



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- ACTA DA 1^a. REUNIÃO DA 3^a. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA -----

----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 18 DE MAIO DE 2007 -----

----- ACTA N.^o 6/07 -----

----- Aos dezoito dias do mês de Maio de dois mil e seis, no Auditório da Assembleia Municipal, em Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência do Senhor José Eugénio Moutinho Tavares Salgado tendo como Primeiro Secretário o Senhor Vidal Diogo Fernandes Antão e como Segundo Secretário a Senhora Ana Maria Andrade Borja Santos de Brito Rocha.-----

1. ABERTURA DA REUNIÃO -----

----- Pelas dezasseis horas e quinze minutos, o Senhor Presidente declarou iniciada a Primeira Reunião da Terceira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de quarenta e dois Membros (Fernando Victor Beirão Alves, Jorge Manuel de Sousa de Vilhena, Luís Filipe Vieira Viana, Carlos Alberto Ferreira Morgado, João dos Santos Aguiam Serra, Salvador António Martins Bastos Costeira, António Ricardo Henriques Costa Barros, Custódio Mateus Correia de Paiva, Maria Carolina Candeias Tomé, Arlindo Pereira Barradas, Alexis Godinho Gonçalves, Abílio José da Fonseca Martins Fatela, Luís Filipe Pereira Santos, Luís Miguel Larcher Castela dos Santos Cruz, José Henriques Marques Santana, Maria Teresa Sousa de Moura Guedes, Ricardo António Sobral Lopes Ferreira Pereira, Alda Maria Reis Gouveia Lima, Carlos Jaime Fonseca Santos, José Pedro Resende Barroco, José Eugénio Moutinho Tavares Salgado, António Macieira Coelho, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Alberto Augusto Antas de Barros Júnior, José Jorge Pereira, Ana Maria Andrade Borja Santos de Brito Rocha, Paulo José Frischknecht, Maria da Graça Rodrigues Tavares, Levy Nunes Gomes, José Manuel Parreira Duarte Meira, Vidal Diogo Fernandes Antão, Luísa Maria Diego Lisboa, Maria Hermenegilda Ferreira e Vasconcelos Guimarães, Pedro Miguel Ramos de Almeida, Manuel Caetano Félix

Roldão, Rosa Maria Francisco de Almeida Portela de Matos, António José Coutinho Lopes Cabral, Arnaldo António Pereira, Daniel dos reis Branco, José Manuel Milheira Pinto Ferreira, Jane Lúcia Weber Casagrande de Carvalho e Francisco Manuel Vicente Figueira da Silva) desta Assembleia Municipal.

Faltou o Senhor Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, tendo a Mesa justificado a respectiva falta.

Os Senhores Fernando Augusto Fraude dos Santos Ferreira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Nuno Ricardo de Almeida Neto, Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha, Eduarda Maria Ribeiro de Matos Godinho, Marcos Sá Rodrigues, Joaquim dos Reis Marques, Luís Alberto Lopes, Pedro Afonso Nóbrega Moita de Melo e Sá, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, Ana Paula Ribeiro Aboim Gomes e António Vieira Grosso pediram a sua substituição para esta reunião tendo sido substituídos pelos Senhores, Luís Miguel De Castro Larcher Castela dos Santos Cruz, José Henrique Marques Santana, Maria Teresa Sousa de Moura Guedes, Ricardo António Sobral Lopes Ferreira Pereira, Levy Nunes Gomes, José Manuel Parreira Duarte Meira, Pedro Miguel Ramos de Almeida, Manuel Caetano Félix Roldão, Rosa Maria Francisco de Almeida Portela de Matos, António José Coutinho Lopes Cabral, José Manuel Milheira Pinto Ferreira, Jane Lúcia Weber Casagrande de Carvalho e Francisco Manuel Vicente Figueira da Silva.

Representaram a Câmara Municipal de Oeiras, o Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente Senhor Paulo César Sanches Casinhos da Silva Vistas e os Senhores Vereadores Carlos Alberto Monteiro Rodrigues de Oliveira, Pedro Miguel dos Anjos Simões e Jorge Manuel Barreto Xavier.

2. ORDEM DE TRABALHOS

Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Designação dos Representantes a que se referem as alíneas a) e c) do Número 2, do Artigo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

25.º, dos Estatutos do SATU; -----
2 - Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 472/07 relativa à Aprovação da Carta Educativa do Concelho de Oeiras.-----

3. APROVAÇÃO DE ACTAS -----

3.1 O Senhor Presidente submeteu à apreciação a **Acta da 1ª. Reunião da 2ª. Sessão Extraordinária realizada em 25 de Abril de 2007.** -----

3.1.1 VOTAÇÃO-----

----- O Senhor Presidente pôs à votação esta Acta a qual foi aprovada, por maioria, com quatro abstenções, dos Senhores Ricardo Ferreira Pereira (IOMAF), Arnaldo António Pereira (CDU), Jane Lúcia Weber Casagrande de Carvalho e Francisco Manuel Vicente Figueira da Silva (BE). -----

3.2 O Senhor Presidente submeteu à apreciação a **Acta da 1ª. Reunião da 2ª. Sessão Ordinária realizada em 27 de Abril de 2007.**-----

3.2.1 VOTAÇÃO-----

----- O Senhor Presidente pôs à votação esta Acta a qual foi aprovada, por maioria, com cinco abstenções, dos Senhores Manuel Caetano Félix Roldão, António José Coutinho Lopes Cabral, (PS), Arnaldo António Pereira (CDU), Jane Lúcia Weber Casagrande de Carvalho e Francisco Manuel Vicente Figueira da Silva (BE). -----

4. PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

----- O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Vamos fazer uma alteração à Ordem de Trabalhos.-----

----- Começamos pela Carta Educativa e a eleição dos representantes da Assembleia Municipal para o Conselho Administrativo do SATUO fica para o fim. -----

4.1 Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 472/07 relativa à Aprovação da Carta Educativa do Concelho de Oeiras, que a seguir se transcreve: -----

“8 - Proposta Nº. 472/07 - Aprovação da Carta Educativa do Concelho de Oeiras: -----

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Introdução -----

-----De harmonia com o Decreto-Lei número sete, de dois mil e três, de quinze de Janeiro, a Carta Educativa de Oeiras foi elaborada em dois mil e quatro, tendo sido aprovada pela Assembleia Municipal em Janeiro de dois mil e cinco e posteriormente remetida para a Direcção Regional de Educação de Lisboa para que fosse homologada. -----

-----No entanto, a apreciação feita pela Direcção Regional de Educação de Lisboa, comunicada à Câmara Municipal em Maio de dois mil e seis, apontou para a necessidade da sua revisão para reunir as condições para a sua homologação. -----

-----A assumpção enquanto prioridade política para este mandato da Educação, a necessidade incontornável do reordenamento da rede escolar e da qualificação das Escolas de Oeiras norteou a elaboração do Plano Estratégico dos Equipamentos Educativos que, naturalmente, integra a nova Carta Educativa. Neste documento foram consideradas as questões suscitadas pela DREL. -----

-----A Divisão de Educação e o Gabinete de Desenvolvimento Municipal desenvolveram todos os esforços para que a Carta Educativa pudesse ser remetida, em tempo útil, para homologação pelo Ministério da Educação. A premência deriva da condição de apenas os Municípios que tenham a Carta Educativa homologada possam aceder a verbas do Quadro de Referência Estratégica Nacional que venham a ser destinadas à Educação. -----

-----Na reunião extraordinária do Conselho Municipal de Educação, realizada no dia doze de Abril de dois mil e sete, a Carta Educativa mereceu o parecer positivo, por unanimidade. -----

-----A Carta Educativa é um documento em permanente actualização que deve reflectir a dinâmica do Concelho, nomeadamente o seu desenvolvimento demográfico e socio-económico, não podendo dissociar-se da problemática do desenvolvimento/ordenamento do território,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

devendo constituir-se como parte integrante do Plano Director Municipal, com monitorização sistemática e regular. -----

----- Face à envergadura e alcance do Plano Estratégico, integrado na Carta Educativa, serão estabelecidas formas de diagnóstico e Planos de Comunicação adequados, que garantam a participação e envolvimento dos professores, pais e comunidade, e de uma série de parceiros com interferência no processo, como: Assembleia Municipal, Juntas de Freguesia, e o Conselho Municipal de Educação.-----

----- Pretende-se um trabalho que faça doutrina nesta área de intervenção municipal, tendo em atenção o efeito replicador que tem a escola em relação à imagem do município, junto de sucessivas gerações. -----

----- Dois - Proposta -----

----- Assim, proponho: -----

----- Dois.um - A aprovação da Carta Educativa do Concelho de Oeiras. -----

----- Dois.dois - O envio para apreciação à Assembleia Municipal de Oeiras.”-----

----- II - Intervindo, a **Doutora Alexandra Vasconcelos** disse ter sido criado um grupo de trabalho que integra técnicos de vários departamentos da Câmara para trabalhar as questões relativas ao serviço de refeições. No fundo, vão apresentar o balanço daquilo que já foi feito e aquilo que ainda falta fazer relativamente aos objectivos que esse grupo de trabalho traçou e às tarefas que tem que cumprir. -----

----- No uso da palavra, o **Doutor Manuel Machado** disse ir passar a apresentar a síntese que prepararam sobre o fornecimento de refeições aos Jardins de Infância e às EB Um do concelho de Oeiras (rede pública), que é um olhar crítico numa perspectiva sempre da obtenção de melhores resultados.-----

----- O guião do trabalho é: Ponto de situação quanto ao Concurso Público Internacional; Evolução do número de refeições servidas; Evolução do número de refeitórios; Gestão de

Refeitórios: Municipal/Não Municipal; Evolução do número de refeitórios por tipo de confecção (Local e Transportada); Evolução da receita e da despesa; Objectivos centrais do Grupo de Trabalho Multidisciplinar; Vistorias Técnicas Internas e Externas; Melhorias necessárias a desenvolver; Conclusões.

Passando ao ponto de situação relativamente ao Concurso Público Internacional (CPI) - Fornecimento de Refeições aos Jardins de Infância e EB's Um do concelho de Oeiras (rede pública), foi decretada judicialmente a suspensão do CPI até à prolação (pronúncia) da decisão na acção principal; corre prazo quanto a uma acção que visa anular o ajuste directo à Uniself; foi indeferida pelo Tribunal providência cautelar interposta pela Gertal no sentido de suspender o ajuste directo à Uniself e manter o serviço de refeições “nas mãos” da Gertal.

Relativamente à evolução do número de refeições servidas, o número de confecções transportadas é bastante inferior ao de confecções locais pelo facto de, das trinta e sete escolas, só há onze com confecções transportadas, daí haver menos refeições servidas.

A evolução do número de refeitórios desde dois mil/dois mil e um até dois mil e seis/dois mil e sete tem aumentado.

Sobre a Gestão de Refeitórios, há cinco Não Municipal e trinta e dois Municipal, sendo que os de Gestão Não Municipal, não são de responsabilidade directa da Câmara, embora esta assuma despesas com os mesmos, como por exemplo: palamenta, vistorias externas, enquadramento de pessoal auxiliar. Esses mesmos refeitórios são os da EB Integrada Sofia de Mello Breyner, que depende do Ministério da Educação; EB Dois, Três Miraflores, que depende do Ministério da Educação; EB Dois, Três Joaquim de Barros, que depende do Ministério da Educação; EB Um Jorge Mineiro, que depende da Associação de Pais; EB Um José Canas, que depende da Santa Casa da Misericórdia de Oeiras.

Novamente intervindo, a **Doutora Alexandra Vasconcelos** disse que no caso das escolas básicas integradas, é evidente que a Câmara só participa nas despesas referentes aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

alunos do primeiro ciclo e, no caso da EB Integrada Sofia de Mello Breyner que também tem jardim de infância, também comparticipa relativamente aos alunos do pré-escolar. Os outros níveis de ensino a Câmara não participa.-----

----- Prosseguindo, o **Doutor Manuel Machado** referiu que os preços fixados pelo Ministério da Educação para o ano lectivo dois mil e seis/dois mil e sete, para o escalão A não têm participação, para o escalão B, sessenta e nove cêntimos por refeição e, para o escalão C, um euro e trinta e oito cêntimos/por refeição.-----

----- As participações da CMO para refeitórios de Gestão Não Municipal, segundo instruções DREL são, para o escalão A, um euro e trinta e oito cêntimos mais vinte e dois cêntimos igual a um euro e sessenta cêntimos por refeição; para o escalão B, sessenta e nove cêntimos mais vinte e dois cêntimos igual a noventa e um cêntimos por refeição e, para o escalão C, zero euros mais vinte e dois cêntimos igual a vinte e dois cêntimos por refeição.-----

----- A ideia a reter é que o facto de ser Não Municipal, não significa que a Câmara não tenha despesas e responsabilidades com eles.-----

----- Em relação à comparação entre a despesa e a receita, a **Doutora Alexandra Vasconcelos** disse que há que ter em atenção que em dois mil e seis há um salto na evolução da receita que tem a ver com a abertura de um programa de financiamento do Ministério da Educação, comparticipando as refeições do primeiro ciclo. Portanto, no ano de dois mil e seis, a Câmara teve uma receita de cerca de cinquenta e oito mil euros porque a evolução da receita proveniente da venda de títulos de refeições tem uma evolução mais ou menos constante. -----

----- Usando da palavra, o **Doutor Manuel Machado** disse existirem outros custos inerentes ao fornecimento de refeições, como participação, em refeitórios de Gestão Não Municipal, como por exemplo: palamenta; participação na manutenção dos equipamentos; inspecções do Instituto Nacional Ricardo Jorge; aquisição de blocos de senhas e livros de recibos; apetrechamento mobiliário de refeitórios; construção e/ou ampliação e adaptação de

refeitórios e cozinhas e transporte de alunos para refeitório da EB Um Almeida Garrett.-----

-----Uma outra evolução importante é a das preocupações da comunidade no passado e no presente. No passado, a grande preocupação era a criação/adaptação de espaços nas escolas e a necessidade de fornecimento de refeições. Hoje, já não é assim. O grau de exigência foi aumentando e há uma maior preocupação com o equilíbrio nutricional e gastronómico das ementas, com as condições da confecção e, naturalmente, com a qualidade das instalações.-----

-----A criação deste grupo de trabalho veio criar novas sinergias, procurando fazer um “todo” que integrasse as várias “partes”, aumentando a fluidez de comunicação entre elas. E as várias partes são a Divisão de Educação, a Divisão de Abastecimento Público e Fiscalização Sanitária, o Departamento de Finanças e Património, o Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico, a Divisão de Equipamento e Iluminação Pública, a Divisão de Conservação e Administração Directa, o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia e a Divisão de Informática. -

-----Os objectivos centrais deste grupo é reduzir, sobretudo, através de vistorias técnicas - internas e externas - o número de incumprimentos e não conformidades em todo o processo de fornecimento de refeições e, por outro lado, aumentar o grau de satisfação dos utilizadores dos refeitórios escolares relativamente à qualidade nutricional e gastronómica das ementas. -----

-----A intervenção no terreno, que já tem sido feita desde Janeiro até Abril, quanto à fiscalização interna, baseia-se na elaboração de uma check list constituída por cerca de noventa itens. Esta check list foi adaptada em “base de dados” pela Divisão de Informática. -----

-----Todos os refeitórios já foram vistoriados pelo menos uma vez, entre Janeiro a Abril de dois mil e sete, por técnicos da Divisão de Abastecimento Público e Fiscalização Sanitária e da Divisão de Educação.-----

-----A incidência e sequência das vistorias é feita em relação à quantidade/qualidade do fornecimento, em relação ao cumprimento diário dos princípios do HACCP (hazard analysis and critical control points - análise de perigos e pontos de controlo críticos) e à informação aos vários



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

intervenientes. -----

----- Os principais aspectos positivos verificados nas acções de fiscalização interna, em primeiro lugar, é a melhoria da empresa fornecedora na elaboração de ementas mais saudáveis (as indicações que foram dadas à empresa para a elaboração de ementas são os critérios que constam no caderno de encargos, ou seja, redução de fritos, de sal e de doces). A isso soma-se a melhoria na qualidade das matérias primas utilizadas, a maior durabilidade das refeições transportadas e a melhoria na qualidade das refeições transportadas. -----

----- Os principais aspectos negativos verificados nas acções de fiscalização interna foram a frequente alteração das ementas do dia, a frequente ausência de “saladas”, doses per capita por vezes reduzidas e incumprimentos/não conformidades verificadas. -----

----- Após estas acções de fiscalização é necessário investir mais na formação de funcionárias por parte da empresa e, em relação à Câmara, é necessário adquirir/substituir equipamentos. -----

----- Para além da fiscalização interna existe a externa, solicitada ao Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSRJ), que incide no cumprimento diário dos princípios do HACCP e sua avaliação, na recolha de amostras e posterior análise relativa à qualidade microbiológica dos alimentos (refeição) e do esfregaço. Esta fiscalização é feita pelo menos uma vez por ano em cada uma das escolas. Estas vistorias são seguidas de informação, em forma de relatório, sendo posteriormente enviadas à CMO. -----

----- Os termos utilizados pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSRJ) para expressar os níveis da qualidade microbiológica nos alimentos cozinhados prontos a comer são: -----

----- Satisfatório - os resultados analíticos indicam uma boa qualidade microbiológica. -----

----- Aceitável - os resultados analíticos indicam que o produto se encontra dentro dos limites estabelecidos. -----

-----Não satisfatório - os resultados analíticos indicam que o produto não satisfaz um ou mais dos valores estabelecidos.-----

-----Inaceitável/potencialmente perigoso - os resultados analíticos indicam a presença de microorganismos patogénicos que poderão constituir um risco para a saúde.-----

-----Felizmente, nunca apareceu nada inaceitável.-----

-----Até ao momento, desde Janeiro a Abril de dois mil e sete, foram feitas catorze vistorias e a Câmara recebeu nove relatórios. -----

-----Quanto aos alimentos/refeições, desses nove relatórios, todos dizem que cumprem os requisitos exigidos. -----

-----Relativamente às instalações, em cinco dos refeitórios verificaram-se situações de incumprimentos em matéria de esfregaço. Noutros tantos identificaram-se acções para posterior correcção. -----

-----A incidência das reclamações que chegam à Câmara, maioritariamente, deve-se ao incumprimento das ementas previamente divulgadas (aliás, em resultado da fiscalização interna, deram conta que as ementas são frequentemente alteradas, não se tratando só de alteração, como também de incumprimento da própria ementa em si) e à pouca quantidade nas doses individuais.

-----Em termos de percentagem das reclamações entre o número de refeições servidas e o número de reclamações havidas, em Janeiro de dois mil e sete, foi de zero vírgula trinta e quatro por cento; em Fevereiro de dois mil e sete, foi de zero vírgula sessenta por cento e em Março de dois mil e sete, foi de zero vírgula oitenta e quatro por cento. -----

-----As medidas a implementar a curto prazo são:-----

----- Plano estratégico dos equipamentos educativos (o próprio plano define como prioritária a requalificação de cozinhas/refeitórios das escolas que não venham a ser desactivadas.)-----

----- Actualizar o manual de procedimentos já existente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- - Manter os contactos permanentes com a empresa fornecedora.-----
- As medidas a implementar a médio prazo são:-----
- - Implementação do plano estratégico dos equipamentos educativos.-----
- - Implementação de sistema de venda automatizada de títulos de refeição (atribuição a cada utilizador (aluno) de um cartão multifunções que, entre outras potencialidades, substituirá o numerário hoje utilizado para a aquisição dos títulos de refeição (senhas)).-----
- Conclusões: hoje há uma maior sensibilidade ao tema “Alimentação”, correspondendo também à maior atenção que as comunidades lhe dedicam. Há também uma melhoria global das condições de fornecimento, sobretudo desde a publicação de Normativos da UE (e Nacionais) que impõem o cumprimento dos princípios do HACCP (dois mil e seis).-----
- Outra conclusão que se pode tirar é que o funcionamento global do serviço de refeições não apresenta problemas graves. Todavia, para além do que foi dito anteriormente, é necessário cativar/sensibilizar os conselhos executivos dos agrupamentos de escolas, visando a maior envolvência de docentes e funcionários no serviço de refeições. -----
- O Grupo de Trabalho Multidisciplinar deverá intensificar acções de acompanhamento com três grandes objectivos: -----
- - Prevenir-----
- - Propor acções de correcção-----
- - Fazer deste serviço um serviço baseado em “boas práticas”.-----
- Intervindo, o **Doutor Ricardo Pereira** disse ir passar a apresentar as Actividades de Enriquecimento Curricular, e que o objectivo desta apresentação é prestar informações à Câmara sobre essa matéria, vulgarmente conhecidas por AEC e que, no fundo, são o serviço de prolongamento que ocorre nas escolas após o tempo curricular.-----
- As Actividades de Enriquecimento Curricular são enquadradas pelo despacho número doze mil quinhentos e noventa e um, de dois mil e seis, (Segunda Série), publicado a

dezasseis de Junho, que identifica autarquias locais como os parceiros preferenciais dos agrupamentos de escolas.-----

-----Define o horário destas actividades nas escolas em regime normal, entre as quinze horas e trinta minutos e as dezassete horas e trinta minutos e também as actividades a desenvolver durante este período.-----

-----Salienta o conceito de Escola a tempo inteiro e a urgência de adaptar o tempo de permanência das crianças na escola às necessidades das famílias.-----

-----Regula ainda o acesso ao apoio financeiro mediante vários pacotes financeiros que variam consoante as actividades apresentadas e define os perfis dos profissionais a afectar a estas actividades. -----

-----Estipula a obrigatoriedade da oferta. -----

-----Define a frequência facultativa e também gratuita destas actividades. -----

-----Obriga a alteração do horário das escolas do primeiro ciclo que deverão estar abertas até às dezassete horas e trinta minutos e por um mínimo de oito horas diárias.-----

-----O modelo das AEC define como domínios o Desportivo, Artístico, Científico entre outros e as actividades que falou há pouco consistem no apoio ao estudo, o ensino do inglês, a actividade física e desportiva, o ensino da música e as expressões artísticas, ou seja, são estas as actividades que as crianças têm a partir das quinze horas e trinta minutos.-----

-----O financiamento do Ministério da Educação varia consoante as actividades desenvolvidas. No caso de Oeiras, o financiamento é de duzentos e cinquenta euros/aluno/ano. --

-----A distribuição horária semanal é entre dois e três blocos de quarenta e cinco minutos, consoante a actividade.-----

-----Seguidamente, apresentou um exemplo de um horário dos duzentos e quarenta e dois (uma vez que eram duzentas e quarenta e duas turmas a beneficiarem destas actividades de enriquecimento) que a Câmara, em parceria com os agrupamentos de escolas, foi obrigada a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fazer num período relativamente curto.-----

----- A planificação e a consequente apresentação da Candidatura, permitiu generalizar a oferta das AEC aos dez agrupamentos de escolas do concelho, a trinta e cinco escolas do primeiro ciclo das trinta e seis, pois apenas numa é uma associação de pais a entidade promotora das mesmas, a quatro mil seiscentos e sessenta e cinco alunos e a duzentas e quarenta e duas turmas. Mais tarde, verificou-se que estes quatro mil seiscentos e sessenta e cinco alunos não são a totalidade dos que beneficiam, porque havia alunos em que os encarregados de educação não estavam interessados nestas actividades, um número relativamente pequeno.-----

----- Como momentos-chave da implementação das AEC, tem-se a publicação do despacho a dezasseis de Junho; no dia quinze de Agosto, a data limite para a apresentação da candidatura, portanto, um período relativamente curto e, no dia quinze de Setembro, iniciou-se o funcionamento das AEC nas escolas, coincidindo com o início do ano lectivo.-----

----- Como cronograma tem-se: -----

----- A vinte e três de Maio foi feita a apresentação prévia do despacho pela Senhora Ministra da Educação;-----

----- A dois de Junho houve reunião com os CE dos Agrupamentos;-----

----- A dezasseis de Junho deu-se a publicação do despacho;-----

----- Em Julho a Câmara foi avaliando os projectos remetidos pelas diferentes entidades;--

----- A vinte e um de Julho houve uma reunião com diversas IPSS's no sentido de averiguar o interesse em apresentar propostas e em se constituírem como entidades promotoras; -

----- A vinte e quatro de Julho foi feita uma consulta com carácter informal para pedido de orçamento junto de vinte e três entidades (obtidas vinte e uma respostas); -----

----- A vinte e cinco de Julho foi feita a análise e seriação de todas as propostas apresentadas;-----

----- A vinte e seis de Julho apresentaram-se as propostas de adjudicação em reunião de

Câmara (Proposta de Deliberação número novecentos e oitenta, de dois mil e seis); -----

-----A cinco de Agosto foram feitas reuniões com empresas adjudicatárias para planificação; -----

-----A seis de Agosto houve reunião com os Agrupamentos para apresentação sumária das entidades/ projectos seleccionados; -----

-----De sete a nove de Agosto houve reuniões parcelares com cada Agrupamento para análise e definição dos termos de cada um dos dez acordos de colaboração; -----

-----A dez de Agosto foi feita a entrega do dossier de candidatura na DREL, cinco dias antes do prazo definido para a sua apresentação; -----

-----A quinze de Setembro deu-se o início do Ano Lectivo e das AEC.-----

-----O montante da candidatura foi de um milhão cento e vinte e um mil novecentos e vinte euros, que não é o mesmo do contrato-programa (novecentos e noventa e um mil novecentos e oitenta euros) assinado com o Ministério da Educação pela divergência no número de alunos que referiu atrás, pois só posteriormente foi possível aferir aqueles que estavam interessados nas AEC.-----

-----Intervindo, a **Doutora Alexandra Vasconcelos** disse que esta diferença deveu-se ao facto de, como a oferta era obrigatória, as actividades foram planeadas para o universo estimado de alunos que, neste ano lectivo, iriam frequentar as escolas da rede pública do concelho. Depois, veio a verificar-se que, como a frequência é facultativa, não era os cem por cento dos alunos. Daí esta diferença em relação ao contrato-programa que depois foi celebrado entre a Câmara e a DREL. -----

-----Relativamente ao peso percentual de cada uma das actividades, o **Doutor Ricardo Pereira** disse ter a ver com o número de vezes que ocorrem estas actividades e também com o número de crianças. Assim, para a actividade de Música, a percentagem é de trinta e um vírgula sessenta e sete, para a Actividade Física, trinta e seis vírgula oitenta, para as Expressões



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Artísticas, treze vírgula vinte e oito e, para o Inglês, dezoito vírgula vinte e cinco. Nomeadamente na Música e na Actividade Física e Desportiva, estas actividades são para os alunos do primeiro ao quarto ano. No caso das Expressões Artísticas, são para os alunos do primeiro e segundo ano e, no caso do Inglês, para os alunos do terceiro e quarto ano.

Na distribuição das escolas por entidade promotora, é feita uma comparação a partir do relatório intercalar do Ministério da Educação relativamente a estas actividades, onde é possível ver a convergência de indicadores onde as autarquias são, efectivamente, numa grande maioria, as entidades promotoras das mesmas.

Assim, o quadro dessa distribuição é o seguinte:

n Nacional / percentagem Nacional / n DREL / percentagem DREL / n Oeiras / percentagem Oeiras

Autarquia - cinco mil seiscentos e dez / noventa e quatro vírgula um / mil duzentos e vinte e um / oitenta e cinco vírgula quatro / trinta e cinco / noventa e sete vírgula dois

Agrupamento - cento e setenta e um / dois vírgula nove / setenta e quatro / cinco vírgula dois / zero /

Associação de Pais - oitenta e cinco / um vírgula quatro / setenta e sete / cinco vírgula quatro / um / dois vírgula oito*

IPSS - sessenta e oito / um vírgula um / quarenta e três / três / zero / zero*

Sem AEC - vinte e cinco / zero vírgula quatro / catorze / um / zero /

* Participam no Programa duas IPSS que estabeleceram parceria com a CMO (C.P.S.S. Romão) e com a Associação de Pais de Queluz de Baixo (Casa Nossa Senhora de Fátima).

Nos estabelecimentos com oferta de AEC por actividade tem-se:

Percentagem Nacional / percentagem DREL / percentagem Oeiras

Inglês terceiro e quarto anos - noventa e oito vírgula nove / noventa e oito vírgula

dois / cem -----

-----Ensino da Música - oitenta e cinco / oitenta e oito / noventa e sete vírgula dois-----

-----AFD - noventa e quatro vírgula três / oitenta e oito vírgula oito / noventa e sete
vírgula dois -----

-----Expressões Artísticas primeiro e segundo anos - - / - / noventa e quatro vírgula quatro

-----Apoio ao Estudo - noventa e oito vírgula seis / noventa e sete vírgula seis / cem -----

-----Para Oeiras, verifica-se a oferta cem por cento no Inglês de terceiro e quarto ano, que
é obrigatória.-----

-----O facto de não se ter cem por cento no ensino da Música, da Actividade Física e das
Expressões Artísticas tem a ver com a falta de espaços existentes nas escolas, algumas delas em
regime duplo, onde não foi possível oferecer estas actividades a algumas das crianças. -----

-----O número de alunos com AEC por actividade é o seguinte: -----

-----n Nacional / percentagem Nacional / n DREL / percentagem DREL / n Oeiras /
percentagem Oeiras-----

-----Inglês terceiro e quarto ano - cento e oitenta e cinco mil duzentos e trinta / oitenta e
oito vírgula oito / cinquenta e oito mil duzentos e setenta e nove / oitenta e quatro vírgula sete /
dois mil trezentos e trinta e nove / oitenta e sete vírgula quatro -----

-----Ensino da Música - duzentos e setenta e três mil cento e setenta e oito / sessenta e
cinco vírgula três / oitenta e nove mil setecentos e cinquenta e cinco / sessenta e quatro vírgula
três / quatro mil e quarenta e nove / setenta e seis vírgula dois -----

-----AFD - trezentos e dezasseis mil cento e vinte e sete / setenta e cinco vírgula seis /
noventa e cinco mil e quarenta e sete / sessenta e oito vírgula um / quatro mil cento e vinte /
setenta e sete vírgula cinco -----

-----Expressões Artísticas primeiro e segundo ano / Sem dados / Sem dados / Sem dados /
Sem dados / mil novecentos e três / setenta e dois vírgula dois-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Apoio ao Estudo - trezentos e trinta e nove mil e quarenta e quatro / oitenta e um vírgula um / cento e seis mil quatrocentos e setenta e seis / setenta e seis vírgula três / Sem dados / Sem dados -----

----- Assim, pode verificar-se que Oeiras tem uma média superior à Nacional e à média da DREL. Apenas no Inglês há uma ligeira diferença.-----

----- O total de alunos com AEC em Oeiras é de quatro mil duzentos e vinte e dois, ou seja, setenta e nove vírgula cinco por cento, superior à média Nacional que é de setenta e cinco por cento.-----

----- Como fragilidades deste programa no presente ano lectivo e no ano que pode ser considerado como zero e de implementação das mesmas, pode apontar-se: -----

----- O curto período que mediou a publicação do Despacho (dezasseis de Junho) e a data definida para a apresentação da Candidatura (quinze de Agosto) que condicionou fortemente as decisões a adoptar e a planificação das AEC; -----

----- A mancha horária definida para estas actividades, quinze horas e trinta minutos/dezassete horas e trinta minutos, que condicionou fortemente a contratação de docentes e potenciou a sua rotatividade, com especial enfoque no Ensino da Música pela escassez de profissionais, problema sentido a nível nacional que vem inclusive referenciado no relatório intercalar, onde apenas quarenta e um por cento dos profissionais com o perfil indicado para estas actividades possui a licenciatura em Música e tem habilitação para o ensino; -----

----- A falta de pessoal auxiliar é outra das dificuldades. Aumentou-se o tempo de permanência das crianças na escola sem o devido reforço do pessoal auxiliar (da parte do Ministério da Educação) para assegurar a vigilância dos alunos e para a correcta manutenção dos espaços;-----

----- O carácter facultativo de frequência das AEC e a obrigatoriedade de proporcionar a sua oferta não viabiliza a flexibilização do horário. Foi apontada como uma das soluções

acomodar as actividades de enriquecimento no meio das actividades curriculares como é feito, muitas vezes, em instituições particulares, mas esta solução foi rejeitada pelos agrupamentos de escola; -----

----- A falta de enquadramento das crianças com NEE (necessidades educativas especiais) por ausência de professores de apoio fora da componente lectiva. -----

----- Todavia, e mesmo perante a rotatividade anteriormente referida e as muitas dificuldades, é notório que a assiduidade dos professores das AEC e, em alguns casos, a dificuldade de os colocar pela parte das empresas a que foram adjudicadas as actividades, foi um problema muito sentido nos primeiros meses, notando-se a partir de Janeiro uma estabilização que ronda os noventa por cento para qualquer uma das actividades.-----

----- No uso da palavra, a **Doutora Alexandra Vasconcelos** disse que o primeiro período do ano lectivo foi dramático, tanto para as escolas como para a Divisão de Educação, porque estavam todos, constantemente, a “apagar fogos”, e foi um problema que também foi sentido a nível Nacional. Mesmo no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa e no âmbito do Grupo de Trabalho de Educação da Junta Metropolitana, esta situação, que é bem patente na análise da assiduidade, foi feita com base na relação entre as aulas previstas e as efectivamente dadas. Só a partir do mês de Janeiro é que a situação começa a estabilizar porque andar o País inteiro à procura de profissionais para preencher horas entre as quinze e trinta e as dezassete e trinta, condicionou completamente o recrutamento. A certa altura, sentiram-se “prejudicados” porque foram o concelho que na área metropolitana (segundo sabe só houve mais um) começou no dia quinze e, à medida que os outros concelhos iam adjudicando para começarem as AEC, as empresas viam-se obrigadas a oferecer outro tipo de remunerações devido à escassez progressiva dos recursos que estavam no mercado e, portanto, os professores iam desistindo em Oeiras para passarem para outros locais, volvendo o **Doutor Ricardo Pereira** que Oeiras quis ser a primeira e depois vieram buscar os recursos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Os aspectos críticos de sucesso deste programa são a generalização da oferta de actividades de enriquecimento curricular aos alunos do primeiro ciclo da rede pública; a adaptação dos tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino às necessidades das famílias, através do recurso a tempos pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição de competências; o reforço das Câmaras Municipais enquanto representantes do papel de parceiros educativos centrais, constituindo-se como promotoras em oitenta e nove por cento das situações (no relatório vem referido que apenas quinze municípios não o são); o relatório intercalar do Ministério da Educação salienta a adequação das metodologias e estratégias pedagógicas, e isto através da comissão de acompanhamento que existe a este programa, utilizadas no decurso destas actividades, existindo, porém, aspectos a corrigir como a articulação curricular.-----

----- O acompanhamento interno às AEC, que foi feito logo desde o início, foi a monitorização da assiduidade, pontualidade e desempenho dos professores; o contacto permanente com entidades adjudicatárias; reuniões mensais com os Agrupamentos de Escolas; a participação em Grupo de Trabalho da Área Metropolitana de Lisboa constituído especificamente para avaliar as AEC; a aplicação de questionários a todos os supervisores/professores titulares de turma e professores das AEC com o intuito de extrair indicadores como: níveis de satisfação, estratégias pedagógicas adoptadas, entre outros; visitas de acompanhamento a todas as escolas; a observação de actividades “in loco” e elaboração de relatórios aos agrupamentos e entidades adjudicatárias sobre cada uma das observações; o relatório final sobre o desenvolvimento das Actividades de Enriquecimento Curricular, onde se pretende incluir os indicadores atrás referidos.-----

----- Para os anos lectivos de dois mil e sete/dois mil e oito, dois mil e oito/dois mil e nove, foram ponderados vários cenários. Um deles passava pela aquisição de serviços para cada uma das quatro actividades, mas por escola, o que implicaria para as trinta e cinco EB Um ter

entidades diferentes, o que poderia dar um máximo de cento e quarenta entidades o que, para o acompanhamento da Divisão de Educação a nível destas actividades, era uma coisa ingerível. ---

-----A aquisição de serviços para cada uma das quatro actividades por agrupamento foi outra situação equacionada, o que daria cerca de quarenta entidades, o que também não facilitaria muito o trabalho.-----

-----A aquisição de serviços para cada uma das quatro actividades para todas as escolas daria, tal como este ano, serviço de quatro entidades e foi esta a solução adoptada. -----

-----A opção para os anos lectivos de dois mil e sete/dois mil e oito, dois mil e oito/dois mil e nove é a abertura de quatro concursos públicos, que se encontram neste momento a decorrer, para aquisição de serviços de desenvolvimento das AEC para os dois anos lectivos: Inglês (terceiro e quarto ano); Música (primeiro ao quarto ano); Expressões Artísticas (primeiro e segundo ano); Actividade Física e Desportiva (primeiro ao quarto ano). -----

-----Em agenda está a abertura de propostas dos concursos públicos para aquisição de serviços de desenvolvimento das AEC (quatro de Maio); reuniões da CMO com a DREL, agrupamentos de escolas e entidades adjudicatárias para preparação do novo ano lectivo (Junho e Julho); entrega à Câmara do relatório final das AEC (final de Julho); definição de turmas e horários (final de Julho); reuniões entre Coordenadores de Escola e Professores das AEC para preparação do novo ano lectivo (semana anterior ao início das aulas), evitando as dificuldades ocorridas este ano pelo curto tempo que mediou o espaço entre a publicação do despacho e o início do ano lectivo. -----

-----Intervindo, a **Doutora Alexandra Vasconcelos** disse ir utilizar exactamente a mesma apresentação feita da Carta Educativa no Conselho Municipal de Educação.-----

-----Tal como o Senhor Presidente já referiu, a meta a atingir era no sentido de reunir o requisito que o Ministério da Educação e a Senhora Ministra da Educação já definiram, que os municípios que tenham a Carta Educativa homologada poderão vir a aceder aos financiamentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

no âmbito do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional, para a educação. Portanto, era urgente que a Carta reunisse as condições para a sua homologação. Foi nesse sentido que foi desenvolvido o trabalho entre o Gabinete para o Desenvolvimento Municipal e a Divisão de Educação. O trabalho de revisão, propriamente dito, demorou entre dois a três meses, mas já tinha muito trabalho feito pela Divisão de Educação no âmbito do Plano Estratégico dos Equipamentos Educativos.

Passando à apresentação no Power Point, a **Doutora Lurdes Poeira** disse haver uma primeira apresentação relativamente ao concelho de Oeiras, tendo como novidade as estimativas de população para o ano de dois mil e seis e para o ano de dois mil e onze, o que permite perspectivar um pouco em termos de classes etárias, como por exemplo, o que é que vai acontecer nestas duas datas.

Relativamente às referências principais ou marcantes do concelho, tem-se a questão da posição económica na Área Metropolitana de Lisboa, aspecto extremamente importante para se equacionar diversas questões relativamente à Educação, conhecer também que tipo de empresas é que o concelho tem e que tipo de entidades de investigação e desenvolvimento, facto que também consideram básico para discutir algumas questões de futuro para o sistema educativo de Oeiras.

A evolução da população residente no concelho de Oeiras relativamente à Grande Lisboa é uma evolução “paralela”. Para o caso de Oeiras há, de facto, uma grande explosão populacional entre mil novecentos e setenta e mil novecentos e oitenta e um, havendo, depois, uma ligeira estabilização. De notar que há uma diferença importante e é preciso não esquecer que nos anos setenta o concelho da Amadora sai do concelho de Oeiras e, portanto, estas evoluções são sempre um pouco discutíveis porque existem estas alterações administrativas.

Oeiras tem uma estrutura etária que é importante que se perceba que, em vinte anos, perde população jovem, o que coloca diversas questões à previsão da evolução do sistema

educativo do concelho de Oeiras. Por exemplo, se as estimativas forem feitas exclusivamente com base nesta estrutura etária, arrisca-se a não ter população estudantil daqui a uns anos e, portanto, tiveram que ser feitos alguns “malabarismos” estatísticos com algum fundamento para se pegar exclusivamente a uma estrutura etária que está a ser cada vez mais envelhecida e que quase tiraria perspectivas de futuro. Oeiras é um concelho que vai tendo a sua área urbana expandida e, quando essas áreas são novas, a população que aí vai habitar é, na generalidade, também uma população nova e, portanto, vai-se adquirir uma população que tem uma estrutura etária relativamente diferente a esta estrutura etária envelhecida, e é com isso que tem que se contar para se elaborarem as estimativas. -----

-----Na qualificação por níveis de ensino do concelho de Oeiras, que foi comparada com concelhos que têm universidades públicas em Portugal Continental, verifica-se que é o concelho mais qualificado em termos de Portugal Continental e, com certeza, também de Portugal em geral, porque tem a maior percentagem de população com licenciatura e porque tem a menor percentagem de população sem qualquer grau académico. -----

-----Por outro lado, tem-se uma alteração da qualificação profissional que decorre da alteração da actividade económica no concelho de Oeiras e, portanto, na comparação entre mil novecentos e oitenta e um e dois mil e um, já é sabido que o sector primário tem muito pouca importância em Oeiras, o sector secundário diminuiu bastante passando de vinte e nove por cento para dezassete vírgula sete por cento, os Serviços de Natureza Social cresceram um pouco mas os Serviços Relacionados com Actividade Económica sofreram um melhor incremento, o que é extremamente importante para se poder perspectivar para que actividades é que se vai responder com que população qualificada. -----

-----Na comparação entre a população empregada por grupos profissionais, o grupo mais importante é o que diz respeito às profissões intelectuais e científicas e também para os técnicos profissionais e de nível intermédio que, em mil novecentos e oitenta e um, tinha uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

percentagem de dezassete vírgula um por cento e, em dois mil e um, era de trinta e seis vírgula três por cento, ou seja, praticamente duplicou. -----

----- Na comparação entre a Grande Lisboa e Oeiras, no que concerne aos grupos profissionais, verifica-se que o grupo Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas foi aquele que mais cresceu, seguido do grupo Técnicos Profissionais de Nível Intermédio e do grupo Pessoal Administrativo e Similares, ou seja, tudo grupos profissionais que se relacionam com o sector terciário e, portanto, com a transformação do concelho para a terciarização. -----

----- Na evolução dos residentes empregados segundo a situação na profissão, a curiosidade que se assinala é que há cada vez mais empregadores, o que quer dizer que seguem a tónica daquilo que é necessário fazer, ou seja descolar dos empregos e das actividades existentes para uma actividade mais prepositiva relativamente à criação das empresas autónomas e, portanto, há uma grande parte de gente que trabalha no concelho nas tecnologias de comunicação e informação que são eles e um computador e, portanto, são empregadores quando muitas vezes não empregam ninguém, o que quer dizer que o empreendedorismo está a caminhar um pouco, embora com alguma dificuldade. -----

----- Sobre o sistema educativo no concelho de Oeiras, a **Doutora Alexandra Vasconcelos** disse que existem cento e vinte e sete Estabelecimentos de Educação e Ensino, sendo que cinquenta e cinco são da Rede Pública, que corresponde a quarenta e três por cento dos estabelecimentos existentes; quarenta e três são da Rede Privada, correspondendo a trinta e quatro por cento; vinte e nove da Rede Solidária, que corresponde a vinte e três por cento. -----

----- Oeiras tem cerca de vinte e cinco mil alunos que frequentam estabelecimentos de ensino, sendo que a esmagadora maioria corresponde a alunos que frequentam a Rede Pública, ou seja, setenta e seis por cento. Na distribuição por níveis de ensino, o que tem maior peso são os alunos do segundo e terceiro ciclo, que correspondem a trinta e quatro por cento, e do primeiro ciclo, correspondem a vinte e sete por cento. -----

-----A Rede Pública tem cerca de dezanove mil alunos, considerando escolas desde o pré-escolar até ao ensino secundário, e cerca de dois mil e cinquenta professores e educadores de infância que leccionam nas escolas públicas do concelho. Cerca de cinquenta mil, ou mais, munícipes relacionam-se com a realidade escolar. O maior número de estabelecimentos corresponde a escolas do primeiro ciclo, vinte e duas, mas se se somar as escolas que agregam no mesmo edifício os jardins-de-infância, terão que se somar mais doze. -----

-----Existem ainda outro tipo de escolas no concelho, como as profissionais e as de ensino artístico com a Escola de Música Nossa Senhora do Cabo que funciona em três regimes: o articulado, o supletivo e o de frequência livre. -----

-----Enquanto oferta educativa no concelho, existem cursos tecnológicos, profissionais, de educação e formação, de educação e formação de adultos e um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências que, formalmente ainda se chamam assim, mas agora são designados como Centros de Novas Oportunidades. -----

-----Relativamente à evolução do número de alunos na rede pública, é de salientar uma variação no primeiro ciclo de mais de nove por cento, e uma variação negativa de sete por cento no ensino secundário, acompanhando a tendência nacional. Em relação ao pré-escolar, e continua só a referir a Rede Pública, como foi aumentando o número de estabelecimentos do pré-escolar ao longo do período considerado (dois mil e dois/dois mil e três, dois mil e seis/dois mil e sete), como é evidente, também aumentou a capacidade de acolhimento e, consequentemente, o número de crianças que frequentam esses estabelecimentos. Era bom que isto significasse um rejuvenescimento da população, mas não tem a ver com isso, infelizmente. -----

-----Apesar do esforço no investimento da Autarquia em aumentar a capacidade de acolhimento do pré-escolar na Rede Pública, o peso da Rede Privada, em conjunto com a Rede Solidária, é esmagador, assumindo oitenta e quatro por cento da capacidade de oferta. -----

-----Relativamente ao primeiro ciclo, essa realidade inverte-se e, portanto, a Rede Pública



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

assume um peso preponderante de oitenta e um por cento. À medida que se vai progredindo nos níveis de ensino, o peso da Rede Solidária deixa de existir. No segundo ciclo, a Rede Privada assume um peso de seis por cento e, no terceiro ciclo e secundário corresponde, respectivamente, a cinco por cento e a três por cento, sendo a oferta a do Instituto Espanhol, que é o único estabelecimento de ensino privado que existe no concelho para além do segundo ciclo. -----

----- Relativamente ao número total de alunos por Agrupamento de Escolas, o Agrupamento Carnaxide-Portela é o que tem menos alunos e o Agrupamento São Julião da Barra é o que tem maior número de alunos. -----

----- Relativamente à distribuição do número de alunos por nível de ensino em cada Agrupamento de Escolas, o Agrupamento Carnaxide-Portela é o que tem o maior peso de alunos do pré-escolar, dezasseis vírgula nove por cento; o Agrupamento Miraflores é onde há o maior peso de alunos do primeiro ciclo, cinquenta e quatro vírgula quatro por cento, sendo que o Agrupamento Conde de Oeiras é o que tem o maior peso de alunos que frequentam o segundo e terceiro ciclo, correspondendo a sessenta e três vírgula nove por cento, quando a média no concelho nos Agrupamentos é de quarenta e seis e meio por cento. -----

----- Em Oeiras existem dez Agrupamentos verticais de Escolas e dez Territórios Educativos (TE), sendo o conceito de agrupamento diferente do conceito de Territórios Educativos, embora no concelho sejam em igual número. -----

----- A definição dos TE assentou nas escolas com segundo e terceiro ciclos e cuja área de influência decorre da capacidade de agregação de escolas do primeiro ciclo e de estabelecimentos de pré-escolar da rede pública, bem como na rede de acessibilidades viárias e ferroviárias. -----

----- A envolvente urbana dos TE é constituída por: rede de aglomerados urbanos funcionalmente complementares; rede de acessibilidades urbanas e interurbanas; rede de transportes que servem as escolas; rede de equipamentos educativos, desportivos e culturais. ----

-----Intervindo, a **Doutora Lurdes Poeira** disse que houve que avaliar como é que é a população escolar hoje e como é que vai ser amanhã. -----

-----Mostrando o quadro no Power Point, disse que este se refere à população escolar actual, havendo um cálculo com base nos dados que dispõem sobre a população estudantil, tendo sido feita uma relação entre o número de alunos e a população residente em dois mil e um, número de alunos relação com a população residente em dois mil e seis e a relação do número de alunos dois mil e seis/dois mil e sete (ou seja, neste ano lectivo que corre), relativamente a mil habitantes em dois mil e um, com menos de vinte anos. Isto dá um relacionamento com um grande peso de alunos, no caso da Cruz Quebrada/Dafundo por causa do Instituto Espanhol; por exemplo, para o caso da relação do número de alunos com população jovem, dá mil e oitocentos alunos por população jovem existente na Cruz Quebrada/Dafundo, o que só é possível pelo facto do estabelecimento de ensino ter grande capacidade atractiva. De mencionar que no caso de Barcarena e Porto Salvo, tem-se a relação mais deficitária entre o número de alunos e a população jovem e mais ou menos a mesma coisa no que se refere à população residente de qualquer grupo etário.-----

-----Prosseguindo, disse terem sido feitos os cálculos para a estrutura etária escolar relativamente à nova população que se prevê já existir em Oeiras em dois mil e seis. Relativamente à população, só se dispõe de dados fidedignos e pormenorizados em relação a dois mil e um que é o ano de recenseamento. Em dois mil e onze haverá novo recenseamento, ou novos processos de avaliação global de população, portanto, terá que se entrar pelo campo das estimativas através dos alvarás que já estão aprovados e construídos, ou em construção ou que se prevê que entrem rapidamente em construção. Para o caso de dois mil e seis, aqueles que já estão maioritariamente construídos pelo cálculo do número de fogos e pelo cálculo da nova estrutura etária, ou da nova dimensão familiar que detectaram nas novas urbanizações ainda levantadas no recenseamento de dois mil e um. É por estes dados que conseguem valorizar o que é a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mudança de estrutura etária para a nova população, visto haver algum suporte fidedigno estatístico já do recenseamento de dois mil e um. Este mesmo cálculo, com esta mesma metodologia, foi feito para dois mil e onze para se poder perceber que nova população estudantil é que o concelho vai ter para albergar e seguir o sistema educativo de Oeiras.

Foi utilizado um instrumento que, entretanto, foi feito, desenvolvido, completado e está em fase de publicação, que tem a ver com a Carta de Competências Profissionais do Concelho de Oeiras, e acharam interessante colocá-la aqui para se perceber a que é que tem que se responder no futuro próximo. Escolheu meia dúzia de gráficos para se perceber o que é que deu este trabalho, que durou dois anos e meio, acabou em Junho de dois mil e cinco e ainda decorre a fase de publicação. Assim, pode-se verificar, relativamente às áreas de conhecimento necessárias a médio prazo, o grande peso das “ciências sociais, comércio e direito”, com quarenta e um vírgula seis por cento. Também a “engenharia, indústrias transformadoras e construção”, com vinte e um vírgula sete por cento, e “ciências, matemática e informática”, com dezoito e meio por cento. Estas não são áreas de actividade nem profissões, são áreas de conhecimento que se julgam necessárias a médio prazo através dos inquéritos que foram feitos no âmbito da carta de competências.

Relativamente às áreas de conhecimento emergentes, ou seja, aquilo que está a surgir no território de Oeiras face às actividades que já estão aqui implantadas, tem-se como área fundamental a “engenharia”, ou seja, se se está à espera a médio prazo que ela seja importante, neste momento, ela já está emergente, seguida das “ciências sociais”, e depois de um grupo de novas áreas de conhecimento que são por vezes bastante difusas e difíceis de caracterizar no sistema de classificação que ainda está em vigor, tendo a designação de universo de “desconhecido ou não especificado”, mas que se relaciona com serviços.

Relativamente às competências necessárias a curto prazo, com mais de cinquenta por cento, foram indicadas as “tecnologias de informação e comunicação”, ou seja, no âmbito do

sector de actividade TIC e que já está fortemente implantado no território. Para além desse, a “orientação para o cliente”, ou seja, as empresas/entidades que existem no concelho de Oeiras estão fortemente preocupadas não só com a tecnologia, mas acima de tudo com a resposta à procura.

-----Relativamente às competências emergentes, vão aparecer também as “tecnologias de informação e comunicação” à cabeça, e depois um grupo “outras”, indefinido, difuso, pouco classificado que tem a ver com a resposta aos serviços. Só depois é que aparece a “orientação para o cliente” que continua a ser extremamente importante juntamente com uma quarta que é “informação e comunicação”.

-----Relativamente às profissões emergentes no concelho de Oeiras, com mais de quarenta e cinco por cento tem-se os “especialistas de profissões intelectuais e científicas”, ou seja, tem-se aqui uma forte dominância que tem vindo a ser constatada desde o recenseamento de dois mil e um e já anteriormente, em noventa e um era indiciada a importância deste grupo de profissões. Depois aparece logo a seguir os “técnicos profissionais de nível intermédio”. Se se lembrar os primeiros gráficos que apareceram de reconhecimento da situação no concelho, isto, de certo modo, corresponde mas vai mais além, em termos de representação das tais profissões emergentes.

-----Usando da palavra, a **Doutora Alexandra Vasconcelos** disse que no âmbito do trabalho do diagnóstico que foi sendo feito relativamente ao estado da rede escolar, esta é maioritariamente constituída por um número elevado de escolas com elevada idade média dos edifícios, em que a maior parte destes encontram-se desadaptados às necessidades actuais da escola, nomeadamente a dificuldade de proporcionar o acesso a novas tecnologias, e poucos espaços para o desenvolvimento de actividades complementares, a dificuldade dos espaços proporcionarem a participação de outros actores na escola que não só os professores e os alunos e, portanto, com base nesse diagnóstico que está espelhado na Carta Educativa, foi elaborado um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Plano Estratégico dos Equipamentos Educativos que, naturalmente, integra a Carta. -----

----- Este plano tem como objectivos estratégicos reordenar e redimensionar a rede escolar para aumentar a oferta do pré-escolar e generalizar o regime normal, de turno único, no primeiro ciclo; requalificar as escolas do primeiro ciclo do ensino básico de modo a criar espaços com qualidade, higiene e segurança e proporcionar actividades complementares; abrir a escola à comunidade. -----

----- O reordenar a rede e redimensioná-la para aumentar a oferta do pré-escolar, vai ser possível através da construção de sete novos estabelecimentos (EB Um e JI), o que representará um aumento de quarenta e um por cento na capacidade de acolhimento e traduzir-se-á em mais dezasseis salas de actividade.-----

----- Em relação à requalificação das escolas do primeiro ciclo do ensino básico, o diagnóstico actual é dezassete por cento das turmas a funcionar em regime duplo e, com a construção das sete novas escolas, será possível ter mais vinte e nove salas de aula adicionais, aumentar em treze por cento a capacidade de acolhimento e, na sequência da construção destas escolas, irão ser desactivadas trinta e cinco por cento salas de aula. Em relação ao regime duplo, há duas situações que são bastante graves e onde os alunos são bastante penalizados, sobretudo na freguesia de Carnaxide, em que a Escola Sílvia Philips que tem capacidade para dez turmas, funciona em regime duplo para vinte turmas, e na Escola Amélia Vieira Luísa que também tem cem por cento em regime duplo, portanto, duas salas acolhem quatro turmas, também em horário duplo. -----

----- É preciso abrir a escola à comunidade, tendo em atenção a funcionalidade e adaptabilidade dos espaços escolares, tendo também como pressuposto que um estabelecimento escolar é um equipamento para usufruto da comunidade e que a escola tem que ter modos e tempos de funcionamento adaptados às necessidades das famílias, proporcionando serviços de apoio à família e oferta de actividades de enriquecimento curricular. -----

-----Porque acreditam que o espaço escolar pode influenciar atitudes, comportamentos, afectar a aprendizagem, influenciar o diálogo e a comunicação entre os membros da comunidade, conceberam este trabalho que está a ser desenvolvido em vários pontos do mundo. Vários concelhos também estão a equacionar outros modelos de escola e este modelo tem, sobretudo, como princípio a criação de espaços que se interpenetrem e que permitam uma configuração arquitectónica e de organização funcional que permita ofertas e serviços rentabilizando o espaço. Portanto, o investimento a fazer numa escola é, depois das cinco e meia ou das sete da tarde e apenas nos dias úteis, poder ser utilizado pela comunidade. Para isso é preciso que haja, algumas zonas, uma delimitação do espaço que possa ser utilizado por outros membros da comunidade e ser reutilizado de outra forma. -----

-----Intervindo o **Doutor José Ferreira Pereira** disse ir fazer um diagnóstico muito breve da situação do parque escolar no concelho, fazendo uma análise por freguesias, incluindo os agrupamentos que são abrangidos. Oeiras e São Julião da Barra abrange dois agrupamentos de escolas, cinco escolas do primeiro ciclo, duas com jardim-de-infância; a EB Um Conde de Ferreira, ex-Número Um de Oeiras a funcionar em horário duplo, verificando-se um défice de cinco salas de aula e insuficiente cobertura do pré-escolar na freguesia de Oeiras. Por outro lado, a EB Um Gomes Freire de Andrade, apesar de estar instalada num bom lote escolar, é uma escola que está profundamente desqualificada. -----

-----A nível de propostas e tendo em atenção que, quer em Oeiras, quer em Paço de Arcos, para já, não existem lotes disponíveis com a dimensão e com a qualidade necessária para construir novos estabelecimentos, vai passar por uma ampliação e requalificação da EB Um Conde de Ferreira com a disponibilização de uma sala de aula, criação de biblioteca, cozinha, refeitório e ginásio e está em estudo a possibilidade de integração do pré-escolar na EB Um Gomes Freire de Andrade e da criação de quatro salas do primeiro ciclo. -----

-----A freguesia de Paço de Arcos tem apenas um agrupamento, três escolas do primeiro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ciclo, uma delas com jardim-de-infância. Foi desactivada este ano a EB Um Joaquim Moreira Rato que era a escola mais problemática e com mais problemas de segurança, e os alunos foram integrados na EBI Doutor Joaquim de Barros. Novamente referência à inexistência de terrenos com a dimensão e localização adequados na freguesia. -----

----- Caxias tem o Agrupamento de São Bruno, com três escolas do primeiro ciclo, lotes escolares com alguns problemas, falta de acessibilidade para veículos de emergência, apenas três salas de primeiro ciclo na EB Um/JI Nossa Senhora do Vale e nesta, apenas uma sala de jardim de infância em toda a freguesia. A EB Um João de Freitas Branco não tem acessibilidade para veículos de emergência, cozinha e refeitório não conformes. A EB Um Samuel Johnson funciona em horário duplo e a cozinha e refeitório também precisam de melhoramentos. A proposta para a freguesia de Caxias tem alguma dificuldade com o terreno, que ainda terá que ser identificado, estando ainda em estudo, e passará pela construção de uma EB Um/JI de doze turmas de primeiro ciclo e três salas de jardim de infância, com posterior desactivação das três escolas da freguesia. - -----

----- Quanto à Cruz Quebrada/Dafundo, pertence ao Agrupamento Zarco, e é uma situação que vai entroncar com a freguesia de Linda-a-Velha. Tem duas escolas do primeiro ciclo, uma com jardim de infância, apenas duas salas, sem potencial ampliação, a EB Um/JI Roberto Ivens a funcionar num edifício de habitação dos anos trinta, com alguns problemas de segurança e exigente em termos de manutenção.-----

----- A proposta é construir uma EB Um/JI no lote escolar onde se encontra a Escola Secundária Amélia Rey Colaço, no Alto de Santa Catarina, e vai ser equacionada com a DREL a necessidade de complementar a Escola Secundária com parte do segundo e terceiro ciclo, e a posterior desactivação das duas escolas da freguesia -----

----- Quanto à freguesia de Linda-a-Velha, há dois agrupamentos que são Miraflores e Zarco, com três escolas do primeiro ciclo e um jardim-de-infância. A sede é na EB Um Almeida

Garrett, situada no lote escolar exíguo, apenas com três salas de aula, duas turmas em horário duplo, e quatro salas sem infra-estruturas condignas num espaço distante e em pavilhões pré-fabricados, precisamente onde se propõe a construção da nova escola e onde funcionavam antigamente os anexos da Escola Secundária de Linda-a-Velha. -----

-----A EB Um Dom Pedro Quinto tem duas salas de aula em pré-fabricado degradado; a EB Um Armando Guerreiro é uma escola sem potencial de ampliação e a segunda proposta para Linda-a-Velha é a construção de uma EB Um/JI doze mais três no lote dos pavilhões da EB Um Almeida Garrett, antiga secção da Escola Secundária e que irá coabitar com um jardim público e com um parque de estacionamento subterrâneo e que irá ter, tudo se prevê para isso, uma biblioteca municipal integrada na escola que a servirá e à comunidade. Com esta proposta pretende-se desactivar a EB Um Almeida Garrett, quer a sede, quer os pavilhões, e habilitar a EB Um Armando Guerreiro e JI José Martins. A construção destes dois novos estabelecimentos permitirá aliviar muito a forte pressão da existência de turnos duplos em Linda-a-Velha e também com a freguesia de Algés. -----

-----A freguesia de Algés tem o Agrupamento de Miraflores, com apenas uma escola do primeiro ciclo e outra integrada na escola de segundo e terceiro ciclo. A EB Um Sofia de Carvalho é um edifício com problemas de segurança, o refeitório é insuficiente, um lote escolar com vários problemas. Para aqui a proposta é a construção de uma EB Um/JI dezasseis mais três que irá permitir desactivar a EB Um Sofia de Carvalho que é uma das escolas abrangidas na primeira fase do plano estratégico. -----

-----Carnaxide tem dois agrupamentos, o Carnaxide/Portela e o Carnaxide/Valejas. Mais uma escolinha do antigamente, cem por cento regime duplo, com apenas duas salas de aula sem potencial de ampliação. Cem por cento regime duplo novamente. Dez salas para vinte turmas sem refeitório, sendo a única escola do concelho que não tem e a escola com maior número de alunos no concelho. Quatro salas e biblioteca em pré-fabricado, falta de espaços para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

prolongamento. A proposta é a construção de uma EB Um/JI vinte e quatro mais três, no lote anexo à EB Dois, Três Vieira da Silva que permitirá desactivar as duas outras escolas.-----

----- Queijas tem três escolas do primeiro ciclo, duas delas integrando jardins-de-infância, sem nada de especial a assinalar. Entrou agora em funcionamento a EB Um/JI Cesário Verde. ---

----- Barcarena integra quatro agrupamentos de escolas, cinco escolas, duas das quais com jardim-de-infância. A proposta é a desactivação da EB Um Manuel Vaz que é uma escola com apenas duas salas, sem potencial de ampliação e com horário duplo. Também está em estudo a possibilidade da desactivação da escola de Tercena que tem quatro turmas em regime duplo para cinquenta por cento dos alunos e a construção de uma EB I/JI em que terá que ser ainda equacionada a capacidade final com o Ministério da Educação.-----

----- Porto Salvo tem dois agrupamentos, Aquilino Ribeiro e Conde de Oeiras, sendo este último a parte da Lage, cinco escolas do primeiro ciclo. A EB Um Firmino Rebelo tem espaços desqualificados, sem potencial de ampliação. O mesmo se pode dizer para a EB Um José Canas, sem potencial de requalificação. Espaços qualificados sem potencial ampliação para a Lage, ou seja, Porto Salvo é uma freguesia com escolas com uma idade média muito avançada e com espaços desadequados. Existem dois tipos de intervenção em Porto Salvo: a ampliação da EB Um Custódia Marques que já está em estudo; substituição dos pré-fabricados que ocupam três salas de aula; integrar o pré-escolar; remodelar integralmente a escola e os espaços exteriores; e a construção de uma EB Um/JI dezasseis mais três nos terrenos designados Tecnovia, que também integra a primeira fase de construção do Plano Estratégico, com a desactivação destas três escolas da freguesia. -----

----- Num quadro resumo, as intervenções previstas, Porto Salvo, Linda-a-Velha e Algés na primeira fase; numa segunda fase Carnaxide, Linda-a-Velha, Barcarena e Caxias e duas grandes ampliações e requalificações, EB Um Conde de Ferreira e EB Um Custódia Marques. ---

----- A instalação de uma escola integrada em Barcarena, irá permitir a redefinição dos

limites dos agrupamentos e dos territórios educativos.-----

-----Usando da palavra, a **Doutora Alexandra Vasconcelos** disse que a redefinição dos territórios educativos vai permitir ainda uma territorialidade educativa mais equilibrada, potenciando trajectórias escolares mais estabilizadas, sobretudo tendo em atenção o problema que se verifica ao nível da população escolar, a relação entre esta e a escola na freguesia de Barcarena que é deficitária. Também, como é óbvio, minimizará as distâncias a percorrer entre casa e escola que, actualmente, alguns alunos ainda têm que percorrer, embora se esteja a falar de um concelho que tem um território relativamente exíguo. -----

-----Novamente usando da palavra, o **Doutor José Ferreira Pereira** mostrou um quadro resumo das intervenções que integram a proposta da Carta Educativa, mas não vai estar a enumerá-los porque são vários. No final vai haver o cômputo geral de vinte e nove salas do primeiro ciclo e dezasseis salas do pré-escolar. -----

-----De seguida, interveio a **Doutora Lurdes Poeira** referindo que uma das exigências da Carta Educativa, é a sua monitorização, ou seja, seguir como é que vai evoluir o sistema educativo no concelho de Oeiras. -----

-----Considera que há três aspectos extremamente importantes, como seja a população escolar, o parque escolar e a envolvente sócio urbanística, e por outro lado, saber como é que ela evolui. Existem diversos indicadores, onde há a possibilidade de se seguir anualmente, porque todos os anos o quadro escolar muda, e vai também ser seguido nas duas fases fundamentais previstas para o plano estratégico de educação, de dois mil e onze e dois mil e dezasseis.-----

-----A propósito da monitorização da Carta Educativa a **Doutora Alexandra Vasconcelos**, referiu que, no âmbito do Portal da Educação, que está ainda em fase de concepção do projecto, irá ser criada uma ligação entre as escolas e a Câmara, com vista a uma monitorização quase on-line da evolução de alunos, ou seja, um conjunto de indicadores que neste momento não é possível recolher, até porque as escolas não os têm, sobretudo ao nível do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

primeiro ciclo, em que os sistemas ainda não estavam “calibrados”, e dentro da Câmara as coisas ainda não estavam organizadas, tendo em atenção que se perspectiva, com a transferência no âmbito da educação, que serão instrumentos fundamentais para uma melhor gestão da rede escolar.-----

----- Relativamente a esta questão, interveio o **Doutor José Ferreira Pereira**, observando que vão existir salas polivalentes, ou seja, de expressão plástica, de música, laboratórios de informática, laboratórios de iniciação e experimentação científica, centro de recursos e biblioteca que vão servir a comunidade e salas de estudo. -----

----- Quanto aos espaços de apoio e gestão geral e do núcleo que também permitirá servir a população, onde se prevê que o núcleo de atendimento na área da saúde e noutras, também possam servir a população em horário extra escolar, assim como também os espaços para a prática de actividade física, gabinete da associação de pais, sala de pessoal não docente, refeitórios com qualidade e segurança e espaços exteriores atractivos e seguros.-----

----- Terminada a apresentação usou da palavra o **Senhor Presidente** salientado que esta Carta Educativa irá responder às necessidades do concelho, mas é ambiciosa, porque no fundo visa a requalificação de todo o parque escolar, ou seja, é um documento que tem uma filosofia diferente do anterior projecto.-----

----- Por outro lado, a discussão que houve no Conselho Municipal de Educação, da parte do representante da DREL, que foi o único que não votou, porque, segundo disse, ia votá-la noutra sede, no entanto reconheceu a sua grande ousadia, que consiste facto de ela ir mexer em todo o sistema educativo do concelho.-----

----- A propósito deste documento, interveio a **Senhora Vereadora Teresa Zambujo** felicitando todos os que estiveram envolvidos, no passado e no presente, na construção deste instrumento de planeamento, considerando que há um manancial muito mais vasto, um tratamento mais cuidado e com mais serviços envolvidos.-----

-----Acrescentou, estar ainda mais satisfeita porque nas GOP's de dois mil e seis e julga que também nas de dois mil e sete, estava previsto, para esta revisão, recorrer-se a outsourcing, e foram os funcionários da Câmara Municipal que a desenvolveram com o profissionalismo reconhecido por todos, sobretudo os que tiveram hipótese de trabalhar mais tempo com essas pessoas; portanto, regista com muito agrado que esta revisão tenha sido feita deste modo.-----

-----Crê que apesar desta participação dos serviços, não seria correcto da sua parte, deixar de enaltecer sobretudo duas unidades orgânicas que são a Divisão de Educação e o Gabinete de Desenvolvimento Municipal. A Doutora Lurdes Poeiras é uma pessoa muito ligada a toda a parte da perspectiva e da monitorização há muitos anos, tanto na Administração Central, como na Local, e conseguiu, juntamente com as unidades orgânicas sectoriais, trabalhar de uma forma muito correcta, interactiva e de rigor.-----

-----Disse, ainda, continuar a não estar nada arrependida de ter dito ao Senhor Ministro da Educação, que não avançava com os agrupamentos, por entender que não estavam devidamente consolidados.-----

-----Realçou dois aspectos que foram focados, ou seja, as refeições, que foi um dos aspectos que a Câmara Municipal sempre deu muita atenção; contudo, apesar das insuficiências ainda detectadas, conseguiu-se reduzir ao máximo as refeições transportadas e aumentar a confecção local.-----

-----Um outro aspecto prende-se com o facto de um dos Governos PS ter solicitado a Oeiras para participar num grupo de trabalho sobre reflexão ao nível da educação, onde os noventa e oito mil euros apontados como ajuda às refeições, bem como a rotatividade dos professores, que quanto a si era absurda, embora considere que a rotatividade trienal que foi a que ficou, sempre foi uma solução mais viável, dado que a anual não dava qualquer estabilidade.

-----Referiu ainda que ao ler o documento lhe surgiram algumas dúvidas, como seja o caso da Cruz Quebrada, que como se sabe é uma freguesia envelhecida e ao nível de escolas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

também tem problemas e, portanto, a solução será “rebocar” tudo para o Alto de Santa Catarina”.

----- Há um outro aspecto que também lhe cria alguns problemas, mas concorda que quanto mais valências e quanto menos as escolas estiverem fechadas melhor, visto que não faz sentido estarem a funcionar até às quinze horas e trinta minutos, porque elas têm que ser utilizadas a cem por cento, razão pela qual concorda com as novas valências, mas gostaria de saber se há financiamento para os recursos humanos para estas valências funcionarem. -----

----- A finalizar, observou que apesar de algumas dúvidas pontuais que poderá ter, este documento tem o seu voto favorável, felicitando calorosamente todos os que trabalharam no passado e no presente, reconhecendo também que cada documento que se faz sobre as mesmas temáticas, vão sendo sempre aperfeiçoados, o que quer dizer que é bom, é sinal de crescimento e de aprendizagem contínua. -----

----- De seguida, usou da palavra o **Senhor Vereador Amílcar Campos** agradecendo a todos os que apresentaram esta exposição, sendo que este é um trabalho que só pode ser feito com os técnicos e com os serviços da Câmara, que têm o histórico da situação e o olhar permanente sobre as situações ao longo dos tempos. -----

----- No que diz respeito à Carta Educativa, começou por dizer que a CDU esteve contra o projecto da mesma que foi chumbado, mas hoje está muito motivado com o teor da mesma, independentemente de um ou outro aspecto, mas não pode deixar de reconhecer aspectos extraordinariamente importantes que ela contém. Trata-se de facto de um trabalho excelente, quer pelo diagnóstico que faz, pela sustentação, pelos números, pela informação que junta para apreciação, e por uma clara definição dos objectivos com os quais está inteiramente de acordo. No entanto, ao apresentar as soluções, neste momento, não consegue apreciá-las, isto é, não sabe se as escolas que estão aqui preconizadas e as suas localizações resolvem os problemas sem criar outros, em termos de colmatar numericamente as carências que estão diagnosticadas e que estão projectadas para dois mil e onze. Mas não sabe se não criam outros problemas, e essa é que é a

sua dúvida, essa que não é política, mas de insuficiência de apreciação.-----

-----As imagens que foram apresentadas tendentes às soluções que vão ser implementadas, foi pena que não as tivesse em seu poder, para permitir tirar conclusões.-----

-----Acrescentou, ainda, que ficou com a ideia que a Cruz-Quebrada deixa de ter escolas. O concelho de Oeiras é pequeno, e as freguesias são também muito pequenas, não se sabendo onde é que está a fronteira da Cruz-Quebrada com Linda-a-Velha, mas crê que tem que se reflectir sobre esta matéria.-----

-----Ora, gostaria de ver a concentração de todo o equipamento escolar da Cruz-Quebrada, na escola Amélia Rey Colaço justificada, com a mobilidade dos cidadãos para atingirem essa escola neste local, isto, porque tem dificuldade em ver como é que isto se processará em dois mil e onze.-----

-----Disse também ter outra dúvida acerca da bondade da construção sistemática de cozinhas, como uma melhor solução para as escolas, dúvida essa que lhe é suscitada pelo conhecimento de outras realidades noutros sítios e noutros contextos, em determinados serviços públicos concentrados, não sabendo se deve existir uma cozinha para cada um dos serviços.-----

-----Quando se fala em cozinhas elas regem-se por normas que não têm qualquer flexibilidade, exigem grande investimento, espaços para as instalar, e exigem também muitos recursos financeiros para assegurar a sua manutenção e conservação, ou seja, são uma solução, mas também uma fonte de problemas para quem as explora e por vezes não está vocacionado para os manter.-----

-----Acrescentou, ainda, que há outras soluções que assentam em cozinhas centrais, e se é legítimo defender que há uma escala pequena e que a concentração deste equipamento escolar deve ser defendida para uma melhor rentabilização dos investimentos que irão ser feitos. Ora, se isso é válido para as pessoas, que têm que entrar a horas certas, e cumprir horários de acordo com o seu horário semanal, é muito mais válido para as mercadorias, que podem chegar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

qualquer hora, mas desde que haja condições para as acolher, isto é, há outros espaços para preparar as refeições, que não necessariamente a cozinha de confecção, mas estes a Câmara não os tem. -----

----- Portanto, não se pode estar a comparar o que se tem hoje, e aqui está-se a referir a cozinhas de regeneração, ou seja, de comidas feitas de acordo com todos os padrões das mais altas exigências noutros sítios, que são denominadas as cozinhas centrais, que são regeneradas e fornecidas na hora, no local, a quem quer que seja,-----

----- Disse, ainda, não saber se esta reflexão já foi feita pelo grupo que apresentou este trabalho que, mais uma vez, diz que é excelente, mas também considera fundamental tomarem-se opções sobre estas matérias, quer sobre o dimensionamento da escola, quer sobre o programa da escola, em função de realidades concretas. -----

----- Em suma, referiu ter algumas dúvidas nesta área, mas está inteiramente de acordo com os objectivos que estão consignados no documento, e com os eixos fundamentais da estruturação da política municipal nesta matéria. -----

----- Portanto, as suas dúvidas são em relação às soluções, dúvidas estas que não são políticas, mas porque se está a iniciar uma discussão, não se está a chegar ao fim, será necessário promover discussão em torno destas questões, porque crê que há unanimidade no que diz respeito aos objectivos, ao que se espera da escola, mas a concretização do programa diz respeito ao dimensionamento, à localização, e às diversas valências para o programa da escola em si, considerando que se tem que estar muito atento nesta matéria e desencadear uma alargada discussão sobre a mesma. -----

----- Por fim, disse que gostaria de referir um aspecto respeitante à monitorização da Carta Educativa, mais concretamente na página duzentos e quarenta e cinco, onde diz o seguinte: ...“deverão ser designados técnicos para esse efeito, e será desejável constituir uma base de dados”..., mas segundo crê, hoje, esta frase não pode ser colocada apenas nestes termos, ou seja,

tem que se considerar que inerente a esta aprovação está a afectação dos meios necessários para fazer a respectiva monitorização.

Portanto, não há dúvida que é necessário fazer essa monitorização, mas também é necessário que se incumba alguém, e, aqui, julga que devem de ser as unidades orgânicas referidas no texto, para que assegurem essa monitorização.

De seguida usou da palavra o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** dizendo que faz suas as palavras da Doutora Teresa Zambujo e, ao mesmo tempo, pretende dar os parabéns à Doutora Ana Runkel, pelo facto de ter um papel preponderante neste trabalho.

Colocou, de seguida, a questão das refeições escolares e gostaria que lhe dessem uma resposta muito curta. Se o balanço feito à empresa Uniself é positivo ou não relativamente à empresa Gertal.

Quanto às Actividades de Enriquecimento Curricular, o valor apontado na apresentação foi de setenta e nove vírgula cinco por cento, mas gostaria de saber se há estudos feitos que possam descrever onde é que há maior absentismo na frequência das Actividades Extra Curriculares.

Acrescentou, ainda, que há uma grande realidade no concelho, que, por vezes, é desconhecida e que consiste no abandono escolar, e ao mesmo tempo no insucesso escolar, sendo nos bairros municipais onde se verifica mais este problema, realidade esta que é completamente diferente na Escola Conde de Oeiras, Quinta do Marquês e até no Liceu Sebastião e Silva.

É certo que o ensino tradicional não é a vocação para a maior parte destes alunos, não há incentivos e as famílias também não estão motivadas para o seu acompanhamento, sendo este um problema que pode ser cada vez mais explosivo neste concelho e outros que tenham esta realidade, embora haja tentativas de resolução por parte do Ministério da Educação em solucioná-lo, mas não tem sido possível.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Há ainda uma outra realidade que se prende com a questão do ensino privado, ao nível do primeiro, segundo e terceiro ciclo no concelho de Oeiras, que é muito fraca em comparação com Lisboa e Cascais.-----

----- Ora, quando vê que o ensino público teve, no primeiro ciclo, um crescimento de nove por cento, isto deve-se essencialmente à melhor oferta de actividades nas escolas do Primeiro Ciclo, à melhoria nas refeições e também à crise económica ao longo dos anos, que leva muitas famílias nos últimos anos a tirar os filhos do ensino particular e a pô-los no ensino oficial. -----

----- De seguida interveio o **Senhor Vereador Emanuel Martins** que cingindo-se à frase que vem no início do documento a “agradecer a todos quantos participaram na realização da Carta Educativa de Oeiras, Ministério da Educação, Direcção Regional de Educação de Lisboa, Escolas do concelho de Oeiras e Departamentos da Câmara Municipal de Oeiras, disse considerar este intróito delicioso.-----

----- Considera que esta equipa fez um excelente trabalho, e excelente por uma razão, é que ainda deixa muito espaço para quem com conhecimentos na educação possa participar, o que, aliás, se verifica ao ler na página duzentos e quarenta e seis o seguinte: “a dificuldade de articulação dos serviços da CMO na resposta às necessidades da população escolar”.-----

----- Posto isto, considera que esta capacidade de ser o próprio a verificar que tem dificuldade em realizar o que deveria de ser bem feito, este sentido de autocrítica, sensibiliza-o imenso. Contudo, necessita de aprofundar melhor a leitura deste documento, e também trocar impressões com quem está mais ligado ao ensino.-----

----- Referiu, ainda, verificar que este trabalho é muito abrangente, ou seja, ninguém o intitula como se fosse seu. -----

----- Considera, também, que os serviços têm que se articular na rede de transportes, quanto à monitorização só faz sentido se o acesso à escola não for uma questão de quilómetros, de fronteiras, mas sim de se tornar mais ou menos acessível a todas as crianças.-----

-----Por fim, e no que diz respeito ao aumento da iliteracia, verifica que ao longo do documento há essa preocupação, e nesta matéria ainda há tanto para fazer e o País necessita tanto a este nível, que desafiava esta equipa a ir mais longe nesta matéria, daí felicitar toda esta equipa por este trabalho.-----

-----Após esta intervenção usou da palavra o **Senhor Vereador Carlos Oliveira** felicitando todos os que participaram neste trabalho, pois cheira-lhe a muita transpiração, mas também a alguma inspiração, ou seja, tem aquela regra dos noventa e cinco por cento, que considera fundamental neste tipo de trabalho.-----

-----Relativamente à questão das refeições, é bom que haja uma mudança de mentalidades no que diz respeito às mesmas, isto é, que no futuro elas passarão a ser produzidas centralmente, porque têm muito mais condições higiénicas para serem servidas às crianças sendo esta uma matéria onde deve haver um trabalho intenso.-----

-----De novo no uso da palavra o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** chamou a atenção para a página duzentos e vinte e três, onde fala no “Diagnóstico e Plano de Acção”, na Escola EB Um Conde Ferreira, em que o último tipo de intervenção que vem mencionado é o arranjo de espaços exteriores.-----

-----Na Escola Dionísio dos Santos Matias menciona a requalificação do edifício, colocação de estores, etc., mas gostaria de saber se também há arranjos exteriores, ou seja, o que pretende saber concretamente é se há arranjos exteriores numas e noutras não, ao que a **Doutora Alexandra Vasconcelos** esclareceu que algumas ainda estão em fase de concurso.-----

-----De seguida interveio o **Senhor Vereador Amílcar Campos** salientando que se deveria poder visualizar as condições de acesso ao novo local, a partir das populações que é suposto servir, sendo que esta imagem iria abreviar muita discussão, daí sentir a sua necessidade.

-----Uma outra questão prende-se com o chumbo que a anterior Carta Educativa teve por parte do Ministério da Educação. Quando a enviaram para a Câmara terá vindo junto um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

normativo para a elaboração das Cartas Educativas, presumindo que esta estrutura dá uma resposta integral a essas normas -----

----- Debruçou-se ainda sobre o aspecto da Monitorização da Carta Educativa, considerando que é obrigatório que haja esta monitorização, para se cumprir o que lá está expresso, sendo certo que com a aprovação deste documento deve-se dar responsabilidade a alguém para assegurar essa monitorização nos termos que estão descritos no mesmo, sendo este o sentido da sua intervenção há pouco, e, agora, o que pretende é sublinhá-lo. -----

----- De novo no uso da palavra o **Senhor Presidente** observou que, hoje, qualquer processo de planeamento é dinâmico e sujeito a alterações com uma celeridade e, portanto, este documento ainda vai passar pela Assembleia Municipal, pelas redes sociais de freguesia, onde irão passar os professores, etc., ou seja, ainda vai ser um documento muito discutido. -----

----- Por outro lado, há algumas questões, tal como aquela que o Senhor Vereador Amílcar Campos colocou no que diz respeito às cozinhas. É óbvio que se de acordo com a reflexão que vier a ser feita, se se chegar à conclusão que não faz sentido fazerem-se as cozinhas, elas não serão feitas. Agora, não se vai é dizer que não há cozinhas, porque uma escola completa, com todos os serviços a prestar à comunidade escolar deve de ter todas essas valências e designadamente uma cozinha. No entanto, se se chegar à conclusão que a cozinha é resolvida através do serviço central de refeições, então, aí, terá que ser gizada dessa maneira. -----

----- Quanto à questão da monitorização, é claro que ela terá que ser feita pela Divisão de Educação e, complementarmente, pelo GDM, aliás em relação ao todo o processo de planeamento da Câmara o GDM tem essa função, embora neste caso concreto e no contexto da reestruturação da Câmara se possa clarificar esta função em termos do futuro Departamento de Educação. -----

----- No que tange ao encerramento de escolas há que ponderar certas circunstâncias. É claro que a afectividade, a relação de proximidade pode levar a que se desenvolva uma escola na

Cruz-Quebrada/Dafundo, mas a verdade é que se se quiser fazer essa escola com as diferentes componentes deste conceito, não é possível, ou seja, não há qualquer possibilidade de se fazer uma escola naquela localidade com essas características, de modo a que as crianças que frequentassem uma escola neste sítio, iriam ficar, a dada altura, numa situação de desigualdade, como acontece em certos sítios do País, onde há dois alunos a frequentar uma escola, comparativamente com outras onde há cem, duzentos ou trezentos alunos. -----

-----Portanto, esta é uma questão que tem que ser ponderada, mas é indiscutível que neste momento a freguesia mais mal servida é a Cruz-Quebrada/Dafundo, e não é possível pela natureza física daquela freguesia, encontrar uma alternativa que permita construir um edifício, que tenha as componentes a que a Câmara se propõe neste novo conceito de escolas, de modo que se a Câmara Municipal quiser optar por boas condições, terá que optar por Linda-a-Velha. --

-----No que toca ao ensino privado/ensino público julga que há lugar para o crescimento do ensino privado no concelho, e a verdade é que têm sido construídos, ultimamente, alguns estabelecimentos. Neste momento, há várias propostas apresentadas na Câmara Municipal para a construção de novos colégios, propostas estas que pretendiam terrenos baratos, mas em Oeiras isso não existe, de modo que ou são IPPS's e a Câmara Municipal dá-lhes o terreno, ou não o são e, aí, os particulares têm que pagar o terreno ao preço normal, o que não significa que a Câmara Municipal não possa mediar. No entanto, está convencido que nos próximos anos irá haver um crescimento significativo do ensino privado no concelho. -----

-----III - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

-----Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro de Actas, nos termos do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de Agosto.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Presidente da CMO fez a seguinte sugestão: -----

----- “Os serviços farão uma explanação do que é a Carta Educativa e, posteriormente, eu usarei da palavra.” -----

De seguida foi passada em PowerPoint a Carta Educativa do Concelho de Oeiras, a qual consta dos documentos da reunião, bem como um filme exemplificativo da comunidade escolar dos Estados Unidos da América. -----

----- O Senhor Presidente da CMO fez a seguinte intervenção: -----

----- “Gostaria de dizer que o filme que foi apresentado assume um simbolismo importante. Como é natural, não pretendemos fazer exactamente o que aquele filme nos diz, só queremos mostrar que há soluções, que há mudanças em todo o processo educativo, que há experiências, quer no País, quer no estrangeiro e não é preciso descobrir a pólvora, havendo vontade política para o fazer, é necessário encontrar as boas práticas e com as devidas modificações, transplantá-las para o nosso território.

----- Nessa matéria a Câmara de Oeiras tem uma longa experiência porque já outros equipamentos constituem excelentes exemplos, a nível nacional e no estrangeiro. Estou-me a lembrar do Tagusparque, que para nascer visitámos outros parques na Europa, como por exemplo Bredford, Manchester, Grenoble, Sofia, etc., acompanhados por técnicos desta Autarquia.

----- Desde o modelo societário ao próprio conceito de planeamento, muita inspiração foi recolhida nesses complexos já existentes.

----- O mesmo aconteceu nos parques empresariais, porque quem visite os parques do Concelho de Oeiras, facilmente pode verificar as diferenças entre a Quinta da Fonte e o Lagoas Park, são dois processos de loteamento diferenciados, mas que demonstram bem como se tem atenção para algumas aprendizagens e algumas deficiências verificadas no processo de planeamento.

-----Lembro que no mandato anterior tanto a Câmara, com esta Assembleia aprovaram uma Carta Educativa que a mesma foi chumbada, não foi homologada pelo Ministério da Educação e se o fosse seria estranho porque a única proposta que foi apresentada era apenas a necessidade de construção de uma Escola Básica Integrada em Barcarena e se os Senhores Membros da Assembleia leram o documento verificam que as necessidades do Concelho vão muito para além da mera construção de uma escola.-----

-----Esta Carta tem mais ambição, mas corresponde aquilo que são a satisfação de necessidades actuais, mas numa perspectiva que consideramos dever apontar para o desenvolvimento no Concelho das melhores escolas do País. -----

-----Quando dizemos as melhores escolas do País, não é uma questão de concorrência, nem de vaidade, mas, se vamos avançar com um projecto novo, o conceito que foi apresentado da nova escola, deve muito na experiência de casos do estrangeiro, por isso se aponta para uma nova escola, quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista da inserção dessa escola enquanto estrutura física, mas também enquanto comunidade escolar, com os alunos, os professores, os pais, as famílias e os cidadãos que de alguma forma estão inseridos na zona de influência da Escola. -----

-----Nalguns destes equipamentos escolares prevemos que alguns deles vão servir a população não escolar, ou seja, a polivalência destes equipamentos escolares. -----

-----Esta Carta é ambiciosa porque foi desenvolvida num contexto de um programa mais vasto que espero apresentar em breve à Assembleia Municipal, que é o Programa Habitar, onde está incluído o Programa Estratégico da Política Educativa do Município.-----

-----O investimento previsto situa-se nos vinte milhões de euros, por aqui se vê a importância deste projecto, o qual está faseado e calendarizado.-----

-----Qualquer processo de planeamento é dinâmico, sujeito a alterações ou a adaptações.-

-----Neste processo parece que a Freguesia da Cruz Quebrada/Dafundo é a única que não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

irá ter equipamento escolar ao nível do primeiro ciclo. Do ponto de vista simbólico, efectivo e até político, pensar-se que uma Freguesia não tem um determinado equipamento pode, à primeira vista, ser perspectivado de forma negativa, mas, o certo é que este território tem apenas quarenta oito quilómetros quadrados, as distâncias são curtas e as divisões administrativas também são artificiais, porque são feitas a partir de determinados interesses sectoriais.-----

----- Lembro que há pouco tempo a Cruz Quebrada não era uma Freguesia, Carnaxide abrangia cinco Freguesias actuais, por isso, não se pode olhar para este tipo de equipamento e cada Freguesia ter que ter todos os equipamentos, até porque das actuais escolas da Cruz Quebrada às escolas previstas, é só uma questão de demorarem vinte e cinco minutos.-----

----- Não dou como definitivo que não haja esse tipo de equipamento na Cruz Quebrada. Quem visitar as escolas daquela localidade verifica que são dois edifícios degradados, que qualquer obra que seja feita não resolve o problema, mas tudo depende do número de alunos que ali haja, sendo certo que os que existem neste momento têm que ser tirados daquelas duas escolas e ser construída uma escola noutro local, no entanto, na escola Roberto Ivens, que tem três pisos, estamos a estudar a hipótese de demolir e no terreno poder ser construído um novo equipamento escolar.-----

----- Também se aguarda a constituição da SRU, porque pode haver necessidade de compra de algum edifício e assim fazer-se a alargamento do equipamento escolar.-----

----- Considero esta Carta Educativa de um alcance extraordinário, de uma ambição que está à vista e a sua concretização irá traduzir-se na existência das melhores escolas do País.-----

----- Já o fiz na Câmara, mas nunca é demais reconhecer o trabalho do pessoal da Divisão de Educação e do Gabinete de Desenvolvimento Municipal, porque estava prevista uma verba de cinquenta mil euros para consultadorias externas, com prestação de serviços no exterior para a elaboração desta Carta Educativa e foi tudo feito pelos funcionários da Câmara Municipal e, perante a Assembleia Municipal não posso deixar de expressar o reconhecimento pelo excelente

trabalho e reflexão que fizeram. -----

-----O Conselho Municipal de Educação aprovou por unanimidade este documento reconhecendo que se traduz numa evolução extraordinária, relativamente, ao outro documento não homologado e que mereceu, por parte do representante da DREL, um reconhecimento de que este documento está em condições de ser aprovado pelo Ministro da Educação.” -----

-----**O Senhor Antas de Barros (PSD)** disse o seguinte: -----

-----“Gostaria de chamar a atenção para o filme que passou. Não viram nenhuma entrevista com nenhum Ministro, nem com nenhum Secretário de Estado, o que é muito importante e viram a importância que a comunidade tem no desenvolvimento de um projecto desta natureza, o que em certa medida em Portugal funciona exactamente ao contrário, nas entrevistas aparecem os Ministros e os Secretários de Estado e nunca aparece a comunidade.-----

-----É esta a grande diferença e estão aqui duas pessoas que estudaram nos Estados Unidos, eu e o meu companheiro Paulo José Frischknecht e sabemos bem a importância que a comunidade tem na definição dos objectivos culturais e escolares de todo o sistema educativo nos Estados Unidos, desde o pré-escolar até à universidade passando apenas o agente, porque nas primeiras fases é o encarregado de educação que tem uma importância enorme, no superior, já são as Ordens, os Sindicatos, as entidades empresariais que têm uma importância muito grande nas políticas a seguir pelo estabelecimento de ensino dessa região. -----

-----Li, com atenção, a carta educativa do Concelho de Oeiras e, confesso que fiquei impressionado. -----

-----Bem impressionado, diga-se, porque não é todos os dias, que temos o prazer de ler um documento sobre educação com princípio, meio e fim, como hoje nos apresentam -----

-----Esta "carta educativa" que na sua realização teve contribuição do: -----

-----Ministério da educação;-----

-----Direcção Regional de Educação de Lisboa -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- - Escolas do concelho de Oeiras -----
- - Departamentos da Câmara Municipal de Oeiras -----
- É na verdade um documento programático, que a mim me enche de satisfação ----- .
- Depois de um estudo minucioso e criterioso, relativamente à situação socioprofissional do Concelho de Oeiras, é-nos apresentada uma Carta Educativa, onde tudo está bem explicado e melhor programado.-----
- Confesso que não subscrevo a intervenção do Senhor Presidente quando disse que a primeira versão do documento teve o chumbo do Ministério da Educação. -----
- Penso que houve o conselho de se acrescentarem umas coisas e alterarem outras, melhorando o documento, que julgo já ter alguns anos de existência. -----
- Contudo, e este contudo é sempre uma medida de prudência que eu gosto de ver salvaguardada nas minhas intervenções sobre educação, a tradição diz e eu confirmo, que nós portugueses somos excepcionais a programar, maus a concretizar e péssimos a avaliar. -----
- Felicito a equipa dos trabalhadores da Câmara de Oeiras, que em determinada altura disseram que no final era necessário avaliar bem os pressupostos que estavam na raiz deste projecto. -----
- Temos algumas das Leis, genericamente falando, que servem de padrão e modelo a outros povos e a outras nações. São leis tão bem feitas e tão minuciosas que depois nem nós próprios as conseguimos cumprir (veja-se por exemplo, o que está a acontecer com a Lei das rendas, aprovada recentemente).-----
- Mas, antes que passe a oportunidade, eu gostaria de fazer aqui um pequeno parêntesis, para enfatizar o trabalho desenvolvido pela equipa técnica da C.M.O., que merece aqui uma palavra de simpatia, pela competência demonstrada.-----
- Quem conhece a "educação", como eu a conheço, sabe bem como é difícil produzir, em termos prospectivos, um documento desta envergadura e saúdo por isso a Directora do

Gabinete de Desenvolvimento Municipal, assim como torno extensível esta saudação, à Chefe de Divisão de Educação da C.M.O e a todos os técnicos que com elas colaboraram. -----

-----Parabéns pelo trabalho realizado. -----

-----Passemos agora à análise do documento em si.-----

-----Os seis objectivos definidos pela UNESCO para dois mil e quinze não devem, na minha perspectiva, servir-nos de reconfortante orgulho, mas sim de sentida vergonha por estarmos em dois mil e sete, tão longe de alcançar tais objectivos. -----

-----Nestes seis princípios, há um que merece reflexão, porque é ele que tem estado na base de um sistema educativo, que incongruentemente nós teimamos em lhe chamar obrigatório. Como é que se pode chamar a uma coisa obrigatória, se muitos dos pais não têm meios necessários para cumprir essa obrigatoriedade. Se me dizem que é obrigatório o uso de gravata, e eu não tenho dinheiro para a comprar, onde é que reside a legitimidade do Estado para me exigir a obrigatoriedade do seu uso. -----

-----Julgo que todas as pessoas sensíveis ao problema educativo partilham consensualmente dos mesmos princípios, relativamente ao melhor percurso a seguir no nosso País: -----

-----Como dizia à pouco o Senhor Presidente da Câmara, na educação não vale a pena inventar, já está tudo inventado, o que temos que fazer é seguir os bons modelos que existem e não nos pormos a sonhar com coisas maquiavélicas ou obtusas, onde, certeza, nunca chegaremos.-----

-----É fundamental no nosso Concelho: -----

----- A existência de um pré-escolar que não deixe de fora nenhuma criança deste Concelho, porque vimos na Carta que apenas cerca de dezasseis por cento das crianças deste Município têm oferta ao nível do ensino público no pré-escolar.-----

-----Significa isto que não é o particular e o cooperativo que cobre o restante que está em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

falta, significa isto que há muitas crianças que por não terem lugar na rede pública e não terem dinheiro para estarem no particular ou no cooperativo, ou estão em casa ou estão em casa dos avós, ou tios, etc. -----

----- É aqui que reside um dos pontos que é mais importante na política educativa no concelho de Oeiras. -----

----- Um ensino obrigatório (realmente obrigatório) que salvaguarde a gratuitidade dos: -

----- * Transportes -----

----- * Alimentação -----

----- * Material escolar -----

----- * Outros auxílios que possam conduzir ao sucesso escolar e à quebra radical do abandono escolar a meio do percurso educativo. -----

----- Se repararam no filme que passou a pessoa mais importante que aparece a usar da palavra, foi o maior, ou seja, o Doutor Isaltino lá da localidade, quer isto dizer que morrerei descansado quando souber que a educação passou integralmente para a competência das Câmaras Municipais. -----

----- A existência de um programa, "complementos educativos", que permita uma extensibilidade do horário escolar, não há conta da permanência anárquica dos professores na escola, mas sim com o recurso a um projecto previamente pensado para ser executado por pessoas devidamente especializadas, nas matérias seleccionadas pela escola e pelos alunos.-----

----- É hoje consensualmente aceite que o melhor e mais rentável investimento que um País pode fazer em termos futuros – é na educação. -----

----- Este princípio, com o qual eu sempre convivi, leva-me a dizer, que se hoje o País está na situação em que está, com um insucesso escolar vergonhoso, com um abandono escolar ainda mais vergonhoso, e com uma reforma educativa sem rumo, a culpa aqui, e neste caso, não morre solteira. -----

-----A insensibilidade demonstrada pela classe política, relativamente a algumas destas questões é no mínimo chocante.-----

-----Espero por isso, e ainda há relativamente pouco tempo o reafirmei nesta Assembleia, ver realizado um desejo meu que passará por uma cada vez maior diminuição da força do governo central na concretização das políticas educativas, em troca, com uma cada vez maior influência e competência das autarquias nestas matérias, palavra, descentralizar e desconcentrar.

-----E reforço isso com o factor proximidade é determinante na forma como devemos encarar a "educação" em Portugal, se queremos, efectivamente, alterar alguma coisa.-----

-----As escolas, em termos de coordenação didáctico-pedagógica, estão ao abandono ou na mão de tiranetes que de uma coisa pública fazem dela bem pessoal.-----

-----Portugal, é o único país da união europeia, que tem uma Inspecção-geral de Ensino que tem como uma das suas principais missões, resolver os problemas criminais da escola, esqueceu-se da sua principal função, que será a da coordenação didáctico-pedagógica da própria escola. -----

-----O inspector, ainda hoje, é encarado não como o conselheiro ou o coordenador, como é encarado praticamente em todos os países da Comunidade Europeia, o inspector não é a pessoa que visita a escola para a ajudar a encontrar novos rumos e melhor ensino! O inspector mantém ainda hoje o estatuto de polícia, que aparece não para ajudar mas sim para investigar, não para coordenar mas sim para detectar, não para promover mas sim para castigar. -----

-----Está na altura do Ministério da Educação e o Governo do Partido Socialista encararem como urgente o encontrar de uma nova via para a Inspecção-geral da Educação em Portugal -----

.-----Não se torna necessário inventar coisa nenhuma, atrevo-me mesmo a sugerir que se siga aquilo que desde há muito já é prática corrente em quase todos os países da comunidade europeia., ou seja, a criação de um corpo de profissionais recrutados entre professores, com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

largos anos de experiência docente, para que assim se consiga uma coordenação efectiva das escolas e uma melhoria significativa do ensino em Portugal. -----

----- Aquilo que os professores precisam, é de profissionais experientes, para os ajudarem a encontrar os melhores caminhos e as melhores respostas, quer no campo da metodologia, quer no campo da didáctica, quer no campo da gestão disciplinar dos alunos. -----

----- O governo, ou se quiserem o Ministério da Educação, tem que dar às escolas e aos cidadãos deste País, um sinal claro, de que tem um projecto educativo e que o pretende realizar, mostrando-o, discutindo-o e finalmente concretizando-o. -----

----- Muitas das questões abordadas nesta Carta Educativa, não constituem de todo, novidade para mim, assim como para muitos dos aqui estão presentes, já que muitos através das vossas carreiras profissionais têm acompanhado de muito perto todas estas questões educativas. -

----- Quanto a mim, o principal mérito desta carta recai talvez, na sistematização conseguida, o que torna este documento quase como leitura de referência para as escolas do Concelho.-----

----- Foi pena e foi talvez o único ponto que falhou no vosso trabalho, foi não haver qualquer referência aos pais e encarregados de educação, à comunidade em si e à forma como os integrar na planificação e no funcionamento da escola. -----

----- Uma última palavra para a análise swat que é apresentada no estudo, li-a com cuidado e a compactação que é feita na minha perspectiva, de acordo com aquilo que são as naturais expectativas da comunidade: -----

----- - Será que isso é uma mera dinâmica de escola? -----

----- - Será que em termos programáticos os pais não são importantes para o ensino educativo? -----

----- - Não seria bom que o Ministério da Educação, a DREL, as escolas do Concelho não deveriam seguir nesta matéria uma metodologia global onde a Autarquia teria uma palavra a

dizer? -----

-----Contudo, e é bom que se tenha consciência disto, quando nós conhecemos os pontos fortes e os pontos fracos do Concelho em matéria educativa, criamos quase, sem darmos por isso, uma interdependência moral com aquilo que é necessário fazer em termos de cursos. -----

-----Se a minha opinião puder, eventualmente, ter algum peso no juízo desta Assembleia, atrever-me-ia a recomendar a aprovação da presente Carta Educativa de Oeiras, arriscando dizer que da sua não concretização resultarão, estou certo, avaliações pouco abonatórias do actual Executivo quando e se tal não vier a ser conseguido.” -----

-----A **Senhora Luísa Diego Lisboa (PS)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Antes do mais gostaria de chamar a atenção para o facto de na acta da reunião do Conselho Municipal da Educação estar espelhado e que referia a presença da Doutora Ana Maria Borja Brito Rocha como representante da Assembleia Municipal.-----

-----A legislação em vigor não prevê nenhum representante da Assembleia Municipal por isso só pode mesmo tratar-se de um lapso.-----

-----A Lei sete/dois mil e três prevê no seu artigo quinto, ponto um. a) b) c) d) que: “integram o Conselho Municipal de Educação: o Presidente da Câmara Municipal; o Presidente da Assembleia Municipal; o Vereador responsável pela educação e o Director Regional da Educação ou quem este designar para o substituir”.-----

-----O ponto dois nas suas catorze alíneas de a) a o) prevê os representantes de diversas estruturas de ensino, docentes de vários níveis de ensino, dos estudantes, dos pais, das forças de segurança, da saúde, dos serviços de emprego e formação profissional, da juventude e desporto, etc. ----- .

-----Se a Lei previsse um representante, esse teria de ser eleito nesta Assembleia de entre os pares. Mas não! Isso não está contemplado. Naturalmente não é nada de pessoal como compreenderá a Senhora Doutora Ana Rocha, tão só o desejo de que se cumpra a lei. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Terá sido por delegação do Sr. Presidente da Assembleia Municipal no seu impedimento e do Primeiro Secretário? Tratar-se-á então de lapso de quem redigiu a acta e que importa corrigir. Pois bem, mas não será como nossa representante, isso é seguro. -----

----- Queremos crer que se trata de um lapso, porque por lei não temos representantes da Assembleia no Conselho Municipal de Educação, penso que terá ido em representação do Senhor Presidente da Assembleia ou por impedimento do Senhor Primeiro Secretário, situação que deve e que precisa ser corrigida.”-----

----- **O Senhor Presidente** esclareceu:-----

----- “Foi em representação do Presidente da Assembleia Municipal que tem assento directo naquele Conselho, como eu não pude estar presente, esteve a Senhora Segunda Secretária.”-----

----- **A Senhora Luísa Diego Lisboa (PS)** continuando disse:-----

----- “Começo por mostrar a minha sensibilização ao filme que foi apresentado e congratular-me por o terem trazido.-----

----- Não só por o trazerem por ele ser uma forma de nos sensibilizar para uma nova forma de ver a escola, como me parece que se identifica com aquilo que querem que seja a política educativa para o Concelho de Oeiras.-----

----- É um dos bons exemplos das boas práticas que espero venha a ser também utilizado como modelo inspirador das novas escolas de Oeiras, da estratégica e da política de educação para o Concelho.-----

----- Começo por lembrar que o documento - Carta Educativa - apresentado a esta Assembleia em Janeiro de dois mil e cinco com parecer positivo do Conselho Municipal da Educação, e votado favoravelmente aqui pela maioria, na altura do PSD, não obteve homologação por parte da Direcção Regional da Educação.-----

----- Este facto veio dar razão ao grupo do PS que na altura propôs a sua reformulação

com base em argumentos concretos, objectivos e que mereceram inclusive a concordância das restantes forças políticas. -----

-----O interesse político-partidário da maioria aqui representada na altura, o PSD, levou o Município a perder dois anos e meio na construção de um documento essencial para a definição de uma política educativa para o Município e que consideramos essencial. -----

-----Temos hoje aqui para apreciação e votação a Carta Educativa. Esta sim. -----

-----Porque este é um documento importante, extenso e cuja análise cuidada permite emitir uma opinião em consciência e como a qualidade exige tempo, lamentamos o facto de, só na segunda-feira passada, o mesmo nos ter chegado às mãos, tivemos apenas três dias de antecedência relativamente ao dia da sua votação em Assembleia Municipal, para estudarmos o documento. Concordarão naturalmente que é muito pouco.-----

-----Pedimos por isso aos serviços que futuramente tenham este facto em consideração. --

-----Sobre o documento, queremos manifestar o nosso apreço pelo trabalho e dedicação dos técnicos da Divisão de Educação patente no mesmo, que na sua globalidade consideramos de muito positivo. Há aqui um enorme salto de qualidade. -----

-----Estamos hoje perante um documento que aponta já para uma estratégia, opções, intenções, uma rota, uma vontade de que, conforme refere na página primeira da nota introdutória, "... sejam de Oeiras as melhores escolas..." Não terá sido ao acaso que duas importantes referências (conceito e compromisso) referidas na página um da nota introdutória sejam repetidas integralmente na definição da política educativa para o concelho (pagina duzentos e nove). Acreditamos que estes são sintomas de uma forte determinação na prossecução de uma política que faça de facto das escolas de Oeiras as melhores do País.-----

-----É função ou não, da Assembleia Municipal, aprovar ou não as medidas que o Executivo propõe e nesse sentido tentamos, na base da legislação que subjaz à construção do documento em presença, o Decreto-lei número sete/dois mil e três, mas, sobretudo, na base do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que entendemos ser melhor para o concelho apreciá-la. E é nessa base que não podemos contudo deixar de fazer alguns, poucos, reparos, que mais uma vez queremos que sejam entendidos como um contributo positivo e construtivo, para um documento que mais do que resposta a um cumprimento legal deverá ser um instrumento de trabalho, um guião, um compromisso para com as escolas, para com os professores, para com as crianças e os jovens, para com os munícipes que elegeram este Executivo e esta Assembleia. -----

----- Em nosso entender, uma fragilidade desta Carta Educativa, refere-se ao não cumprimento das alíneas b), c) ponto dois do artigo dezoito, do Decreto Lei sete/dois mil e três, de quinze de Janeiro: "- Programa de execução com a calendarização da concretização das medidas constantes do relatório - Plano de financiamento com a estimativa do custo das realizações propostas e com a menção das fontes de financiamento e das entidades responsáveis pela sua execução" -----

----- E isto trespassa por todo o documento repleto de profundas e meritórias intenções mas que, por falta desta calendarização e do plano de financiamento como que fica amputado. ---

----- Registamos como ponto positivo: as finalidades e os grandes objectivos gerais que estão bem definidos. É assinalável o tratamento cuidado de alguns dados (quantitativos relativos ao público, tipologia dos edifícios, parque escolar e população de alunos). Contudo, peca ainda este documento por falta de levantamento de alguns dados que consideramos fundamentais. Um levantamento junto dos espaços educativos do número de alunos com deficiência e/ou necessidades educativas especiais, das suas tipologias, da sua distribuição por escolas e por níveis de ensino e das condições físicas das escolas para a aplicação de metodologias diferenciadas que requerem, por vezes, também, unidades especializadas. (O concelho tem apenas uma dessas unidades a funcionar em Algés para a aplicação da metodologia TEACCH, excepto do autismo) e das instituições existentes no concelho capazes de dar resposta, como por exemplo a Cooperativa de São Pedro. -----

-----A existência da diferença não pode ser escamoteada. Ela existe nas nossas escolas, nas escolas deste concelho!-----

-----É incontornável o facto de o nosso concelho ter uma taxa considerável de crianças portadoras de deficiência e este documento não reflecte esta realidade que, naturalmente, implica algumas dificuldades a diversos níveis que pedem também respostas, respostas para as famílias, para as escolas/professores, para os alunos. Mesmo se para alguns, este Sector da Educação pode não ser considerado uma estável prioridade, lamentamos, mas ela deve ser uma prioridade para os responsáveis desta autarquia, porque o é para os municípios e é por eles e para eles que aqui estamos. Estamos na era da "Sociedade de inclusão ". A Europa assinou a "Declaração de Salamanca" que visa a "escola inclusiva" em mil novecentos e noventa e dois. Passaram quinze anos sobre esse importante momento, não podemos esquecer este facto. -----

-----No nosso Concelho como por todo o País, hoje e cada vez mais a multiculturalidade é uma realidade. Antes, jovens de origem africana, hoje dos países de leste, os alunos estrangeiros continuam a chegar às escolas e para eles há que prever medidas de integração. -----

-----Um concelho que quer ter as melhores escolas do País, precisa definir uma política concelhia que responda a todos os que vivem no concelho, aos alunos, às escolas, às famílias. ---

----- Registamos o enorme esforço que foi feito para dar resposta às famílias, aos alunos aderindo de forma pronta à proposta "escola a tempo inteiro" através das Actividades de Enriquecimento Curricular. -----

-----Gostaríamos ainda de ver reflectido nesta carta a preocupação com:-----

----- Os espaços verdes dentro do recinto das escolas, alguns deles estão em estado bastante degradado. Contratos de parceria entre as escolas com cursos, pré-profissionais e com o apoio de empresas poderia ser uma possibilidade.-----

----- a segurança dos equipamentos desportivos no cumprimento das normas da comunidade europeia e da legislação portuguesa -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- - Plano de segurança das escolas em articulação: CMO/Protecção Civil/ Bombeiros. Calendarização de um plano detalhado sobre segurança nas escolas e testagem regular dos planos e plano de evacuação. Em termos globais esta Carta Educativa demonstra uma preocupação assinalável na definição de uma estratégia que visa ter no nosso Concelho as melhores escolas do País. Precisamos contudo de responder a questões (como: QUANDO? sobretudo no que diz respeito às intervenções, construção e ampliações nos edifícios é necessário o calendário de execução. O funcionamento de dezassete por cento de escolas de primeiro ciclo em horário de regime duplo, página duzentos e dezassete, com taxas de ocupação superiores a cem por cento em treze escolas, em alguns casos chega aos cento e noventa por cento como se lê na página oitenta, obriga-nos a reordenar e a redimensionar a rede escolar. -----

----- O aumento de vinte e nove salas de aula para o primeiro ciclo respondendo a treze por cento da capacidade de acolhimento é muito positivo, mas, em que tempo? Qual o horizonte temporal? - -----

----- Relativamente ao pré-escolar, apenas oitocentos e dez crianças num universo de quatro mil novecentos e cinquenta utilizam a rede pública. Ainda quatro mil cento e quarenta crianças, que corresponde a oitenta e quatro por cento, dividem-se entre as IPSS e o privado. A indicação de um aumento de dezasseis salas de actividades do pré-escolar é positivo, mas ao longo de que tempo? COMO? - Estão aqui referidos dados muito importantes extraídos da Carta de Competências e relativos às áreas de conhecimento necessárias e emergentes a médio prazo. São dados preciosos para a definição de áreas de formação a implementar a nível dos cursos profissionais. Como vamos então utilizar estes óptimos dados, esta informação privilegiada? -----

----- Consideramos os princípios e as propostas de acção com base nestes dados e referidas nas páginas que se lhe seguem, duzentas e quatro, duzentas e cinco e duzentas e seis, um marco importante deste documento, um sinal positivo que contribui para a definição da política educativa do concelho. Precisamos também neste particular de ver concretizadas

algumas medidas propostas através da calendarização das mesmas e da identificação dos parceiros.-----

-----Naturalmente esperamos que se lhe siga um trabalho de articulação, mediado pela autarquia, entre as empresas sedeadas no concelho, as escolas secundárias e instituições do ensino superior, que se pode e se deve fazer com vista ao levantamento das reais necessidades profissionais e aquilo que é possível oferecer em termos de formação do Concelho. Ao nível dos Territórios Educativos o levantamento, que está feito, da envolvente empresarial e institucional é também um sinal muitíssimo positivo. Esperamos também pela fase seguinte a da utilização destes dados para uma articulação com as escolas -----

-----À pergunta: COM QUEM? Penso que a resposta está no filme, porque ele fala sobre tudo isto, que são também as nossas inquietações, a importância do trabalho em rede com a comunidade em rede É a eco-comunidade que se deve construir, por isso pensar que a resposta está dada no exemplo que nos trouxeram e que agradecemos.-----

-----A qualidade das escolas não pode ficar pelas condições das estruturas, dos edifícios, passa essencialmente por quem vive nelas: os professores, os funcionários os técnicos, professores especializados necessários às especificidades da nossa população escolar ao nível do ensino especial. E para estas necessidades há que articular com o Ministério da Educação na defesa dos objectivos aqui expressos: "qualidade nas escolas de Oeiras". Definidos que foram os objectivos, gostaríamos de ver definidas as expectativas, face às reais necessidades educativas em consequência as medidas - a curto, - a médio e - a longo prazo!-----

-----Não obstante e para concluir acreditamos que este é já um documento que nos permite abrir novos caminhos com vista ao objectivo principal - "ter em Oeiras escolas de qualidade, as melhores do País"!-----

-----O **Senhor Presidente** argumentou o seguinte:-----

-----“Eu não esperava essa sua intervenção inicial de crítica por o documento só ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

chegado segunda-feira, pois como sabe, foi a Senhora que pediu para antecipar esta reunião e ao pedir a antecipação, como é lógico, não era fácil fazer chegar os documentos mais cedo. -----

----- A reunião estava marcada para dia vinte e dois, hoje são dezoito, são quatro dias menos -----

----- Compreendo que sejam necessários mais dias para analisar um documento tão denso e tão completo, mas, esperava que outros Membros se queixassem. Não a Senhora.” -----

----- **O Senhor Carlos Jaime (J. F. Cruz Quebrada/Dafundo)** opinou o seguinte:-----

----- “Os números que foram apresentados, em termos de distâncias, das escolas a desactivar do Dafundo que passarão para Linda-a-Velha, penso que não estão correctos, inclusivamente os tais vinte e cinco minutos que diz que se poderá levar a pé, é preciso considerar que é terreno íngreme, não é fácil. -----

----- Outra situação que penso que não está correcta, é dizer quais são as valências actuais.

----- O Senhor Presidente disse que iria demolir a escola Roberto Ivens, para ser construído um novo equipamento escolar naquela área, o que desde já agradeço, em meu nome e no nome da Freguesia, essa possibilidade.” -----

----- **O Senhor Daniel Branco (CDU)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sobre estas questões da Carta Educativa, já me pronunciei aquando da Reunião do Vinte e Cinco de Abril, na Sessão, que aqui fizemos e, portanto, nesse aspecto não me posso queixar por atrasos na recepção dos documentos, na medida em que como trabalhamos colectivamente, os documentos, que estão na Câmara Municipal, também estão ao nosso dispor para conseguirmos discutir os assuntos. -----

----- Em relação ao que aqui foi apresentado e ao que tive oportunidade de ver no trabalho, creio que tudo o que foi feito pelos Serviços Técnicos da Câmara deve ter o nosso apreço e, parece-me, como aqui já foi dito por muitos Membros da Assembleia, um trabalho muito positivo.-----

-----O problema que se coloca, para mim, nesta óptica é um problema diferente, não é o problema do diagnóstico e do levantamento de dados, é o problema do passar à frente, em termos de perspectiva estratégica e, sobretudo, de definições de políticas. -----

-----Dizemos muitas vezes que no Concelho há o maior número de licenciados, mas é bom ter em conta que a realidade, que temos no nosso País, não desapareceu daqui, cinquenta por cento da nossa população, no Concelho de Oeiras, não tem o ensino secundário. É bom termos isto em conta. Quer dizer, não é uma generalização e tudo o resto é um deserto e aqui estamos numa situação privilegiada. Não, temos também cá este grande peso das situações em que vivemos.-----

-----Já aqui foi dito por um orador anterior que temos problemas reais em relação à dimensão da nossa rede pública e como houve estes dois trabalhos, não me vou referir à primeira Carta Educativa do Concelho, nós, CDU, votamos contra a primeira Carta Educativa nesta Assembleia Municipal, não me vou referir a isso, mas creio que há dados que hoje nos permitem comparar, o que era o ano lectivo de dois mil e três/dois mil e quatro, que estavam nessa Carta, com o que é o ano lectivo de dois mil e seis/dois mil e sete, que está nesta. Essa comparação permite-nos algumas conclusões.-----

-----Do que eu tirei, diria assim:-----

-----A nível do pré-escolar, as carências da rede pública são notórias só temos dezasseis por cento, também já aqui foi dito, da rede pública. Mas, o que é curioso, é que a rede pública aumentou e cada vez que há um novo equipamento da rede pública, imediatamente esgota. Portanto, há uma apetência bastante grande. -----

-----O que é importante também dizer, é que a rede pública é maior do que o privado, era de quarenta vírgula cinco por cento em dois mil três/dois mil e quatro é de quarenta e um vírgula seis por cento em dois mil e seis/dois mil e sete. Quem cresceu mais foi a rede pública do que o privado.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A rede pré-escolar pública regrediu. -----

----- A rede pré-escolar das IPSS's baixou e a rede pré-escolar do privado aumentou. É um sintoma que é bom ter em conta. E, depois, o que é mais complicado é que no primeiro ciclo se passa precisamente o mesmo. No primeiro ciclo em que, de facto, o público já tinha em dois mil e três/dois mil quatro, oitenta e seis vírgula nove por cento, portanto, é maioritário, mas, em dois mil e seis/dois mil e sete só tenho oitenta e um vírgula nove por cento. O privado que tinha onze vírgula dois por cento em dois mil e três/dois mil e quatro tem dezasseis vírgula seis em dois mil seis/dois mil e sete. Acho que este indicador não está referido na Carta, mas creio que é um dado a termos em conta. Para nós, CDU, o que nos interessa é o progresso do ensino público.

----- Aparece uma outra situação que informa que o secundário baixou sete por cento. -----

----- Estive a fazer contas, andei à procura e vejo que o secundário geral em dois mil e três/dois mil e quatro estava com quatro mil cento e noventa e em dois mil e seis/dois mil e sete está com quatro mil trezentos e três só o público. Em dois mil e seis/dois e sete há mais dados, há mais oitocentos e sessenta e nove que estão no secundário recorrente e há mais cento e trinta e sete que estão no privado, no Instituto Espanhol, que não estava no primeiro. Mas, não vejo esta baixa e não sei onde ela foi encontrada. -----

----- Há uma situação que é muito difícil de perceber que são as estimativas. -----

----- A Senhora Directora do Gabinete de Desenvolvimento Municipal referiu, se eu tomei nota correcta do que disse, que as estimativas apontadas têm a ver com a ocupação do território, penso que, de acordo com os Planos Directores Municipais e com o que se vai fazendo. -----

----- Creio que há um dado relevante, que é o dado do recenseamento eleitoral, que, agora, não é, sequer, um recenseamento feito a prazo, está aberto o ano inteiro. -----

----- No último acto eleitoral, que tivemos aqui, a da Interrupção Voluntária da Gravidez houve menos eleitores do que havia em dois mil e dois, portanto, o número de leitores baixou. Isto é um dado objectivo. -----

-----Creio que, dificilmente, se poderá dizer que o número de residentes aumentou, mas isso é um dado que só lá para dois mil e onze é que temos a possibilidade de acertar e não parece que aqui fosse muito importante. -----

-----Agora, o que aparece também aqui e que creio que vale a pena ver é que no primeiro ciclo existem dezassete por cento das escolas básicas integradas, que funcionam em regime duplo. -----

-----O que se propõe neste Plano é que se aumente a capacidade em treze por cento e, eu fico um bocado aflito, não chega. Se há dezassete por cento em regime duplo e se eu vou aumentar em treze por cento, se as perspectivas apontam para um número maior de alunos, vamos continuar com carências e isto, não sei, como se responde. -----

-----O filme que foi apresentado e que já aqui também foi referido, creio que é curioso. Perdoem-me que seja muito desconfiado nesta história, porque insere-se muito nesta forma de tentar espalhar o ilusório e eu não me vou meter nisso. O filme é nos Estados Unidos, é uma outra realidade, mas creio que há coisas, que vale a pena termos em conta. -----

-----Uma das afirmações que lá se dizem é que a comunidade ia decidir como é que ia ser feito. A comunidade aqui não é de certeza os Serviços da Câmara, o Conselho Municipal de Educação, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal e eu continuo a dizer que, em termos de participação, a comunidade está fora disto. Em termos de participação não tenho conhecimento que a comunidade tenha participado. -----

-----Parece uma outra coisa que acho muito relevante é que lá a páginas tantas diz-se que, “foram ver aonde é que iam fazer a nova escola, o novo centro, que queriam e, então, foram recuperar uma construção centenária. Mas, se repararam disseram lá que para encontrar o terreno necessário, foi preciso adquirir, se não me falha a memória, oitenta e um edifícios, o número não me interessa, foi necessário adquirir edifícios na zona envolvente e dar dinheiro às pessoas para irem para outro lado, isto é, realojá-las. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Ora, o problema aqui, penso que é ao contrário. E, quando eu digo que, do ponto de vista da revolução política, esta Carta Educativa tem problemas sérios é que, nós vamos ver na página duzentos e dezasseis da Carta Educativa, onde estão os pontos fracos e as ameaças. E, uma das ameaças, que lá está, diz, claramente: “indisponibilidade e custo elevado de terrenos e a preocupação dos Serviços...” e, eu penso na preocupação da parte deles, compreendo porque tinham de resolver o problema. Da parte da Câmara não comprehendo. Foram dizer, vamos lá a ver onde é que se arranja os terrenos para conseguir fazer isto. Este é o problema, que creio que está errado. -----

----- Não sou especialista nestas matérias, aliás, tenho a particularidade de ser especialista em poucas matérias, mas nesta não sou, agora, o que me custa é que cada vez que nós queremos posicionar uma escola, essa escola vai para fora do meio urbano. O terreno que há é o do Alto de Algés, que está em desenvolvimento e depois vê-se. É o terreno em Barcarena por detrás das bombas, e, depois, vê-se. É o terreno que está no fim da zona urbana e, depois, vê-se. E, todo o equipamento, em meu entender, deve ser equipamento urbano central, colocado no centro da comunidade. Também se viu no filme que desenvolveram a escola, desenvolveram o complexo, à volta as coisas cresceram, dinamizaram-se e modificaram-se. Aqui não, tiramos do miolo e vai para fora. Não estou de acordo com isto. Nós não estamos de acordo. -----

----- Creio que, neste aspecto, comprehendo um bocado a pressa em tentarem rapidamente aprovar a Carta. -----

----- Não tenho dúvidas nenhuma em dizê-lo, do ponto de vista da minha análise em relação à comparação das duas, porque li até, recentemente, as duas e comparei-as outra vez, este trabalho feito agora, é um trabalho de mérito e que nos deve levar a uma outra consideração; os Serviços da Câmara têm melhor pessoal para resolverem muitas destas questões dos estudos e muitas vezes se dá dinheiro fora a alguém para vir fazer uns planos estratégicos. Completamente de acordo com isto. Agora, é necessário depois, direcionarmos esse trabalho e na direcção desse

trabalho é que faltam coisas e, na parte técnica não tenho nada a objectar. Agora, com esta Carta pronta não é necessário fazer uma reunião em todas as freguesias? Porque vão fechar um conjunto de escolas numa série de freguesias.-----

-----Nós tivemos, na última Assembleia, o pessoal de Vila Fria por causa do “Pingolé”, que é um pequeno infantário de oitenta crianças, que queriam fechar e o pessoal de Vila Fria veio cá todo. -----

-----Ora, isto não tem de ir às Assembleias de Freguesia? É evidente que, Cruz Quebrada dá um exemplo muito claro, pois ficou sem escola e o Senhor Presidente da Câmara teve de ter o cuidado de falar com o Senhor Presidente da Junta para ver como é que iria resolver isso. E, as outras juntas? E as Assembleias de Freguesia? Não têm nada a dizer sobre isto? -----

-----Tudo isto se passa assim; nós aprovamos, batemos palmas e está resolvido. Isto, do ponto de vista da população, da participação da comunidade nestas questões é essencial. Não concebo a participação de outro modo e, portanto, nesse aspecto, embora à pressa, tanto quanto sei, pois veio de uma implicação do Ministério de Educação em querer lá a Carta e já a queria até fins de Março para decidir os prémios e os dinheiros. Mas, aí até há uma situação, que não está resolvida, porque a Área Metropolitana de Lisboa não tem possibilidade de recurso ao QREN para financiamento de escolas. Isto está lá escrito. A Senhora Ministra quer encontrar outra forma, quer arranjar dinheiro por outro lado, que arranje, não tenho nada a ver com isso, antes pelo contrário, se o dinheiro vier, óptimo e nós ficamos muito satisfeitos que as escolas se façam. Mas, de certeza, absoluta que podemos ter mais quinze dias, remetendo isto às assembleias de freguesia e cada uma delas se pronunciasse e, depois, com o que vinha dessas assembleias de freguesia, eu estava, absolutamente, à vontade. -----

-----A Cruz Quebrada é um quilómetro e meio, mas é sempre a subir, não há transportes escolares. E a mobilidade? Eu como pai, e, estando cá em baixo, na Cruz Quebrada, e, quero levar o miúdo lá acima, ao Alto de Santa Catarina, à hora de ponta, quanto tempo demoro? De



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

carro, não é a pé. Estes problemas não estão resolvidos. Quer dizer, é simples fazer e demonstrar a proximidade e estou completamente de acordo que o Concelho é pequeno e o Concelho não vai ficar sem escolas. E, até é meu entendimento de que há uma coisa, que falta, é a perspectivação entre toda a rede escolar, que não está feita, porque há algumas escolas C+S, que já não são, hoje são as um, dois, três a um lado e as secundárias a outro, mas há escolas dessas, que não têm, hoje, de certeza, o número de alunos para estarem todas cheias. -----

----- Aquilo que se fez em Paço de Arcos em que a Moreira Rato fechou e os alunos foram para uma escola, que passou a EB-Um, Dois, Três, de certeza, que se pode fazer noutra sítio. Mas o que é verdade nisto, é que, o Senhor Presidente da Câmara disse, nesta Assembleia Municipal, que a Moreira Rato ia fechar mas que não havia problema nenhum, porque para a Moreira Rato ia um jardim-de-infância. Zero. Na Carta Educativa está zero. Não há nenhum jardim-de-infância fora de escolas, que sejam escolas do primeiro ciclo. Não há nenhum. Eu não estou de acordo com isto. Creio que aqui teríamos de ter uma outra perspectiva.-----

----- De facto, se tivéssemos as opiniões formuladas, em termos de discussão pública, pelas assembleias de freguesia, estaríamos muito mais habilitados a nos pronunciarmos sobre esta matéria.” -----

----- **O Senhor António Cabral (PS)** referiu o seguinte: -----

----- “A minha intervenção vem no seguimento da posição da Senhora Luísa Lisboa, tentando precisar algumas questões de mais pormenor, mas, de certa maneira, não contrariar, digamos, mas apoiar tudo, o que já foi dito, portanto, permite-me não repetir.-----

----- A política educativa, no capítulo em que é referido um Plano Estratégico, está centrada, basicamente, em três objectivos, nomeadamente, o reordenar e redimensionar a rede escolar, a requalificação das escolas do primeiro ciclo e abrir a escola à comunidade. -----

----- O desenvolvimento que é feito nestes três pontos, não há nada a objectar e, parece-me que, tem alguma profundidade, tirando as ressalvas feitas pela Senhora Luísa Lisboa,

nomeadamente, no que se refere à calendarização e à falta de correspondência dos custos em cada uma das intervenções.-----

-----No entanto, no diagnóstico, são apresentadas as áreas de conhecimento necessárias e as áreas de conhecimento emergentes. Foram identificadas as competências necessárias a curto prazo, nomeadamente, nas TIC's. A orientação para o cliente, só para citar as duas em que há maior necessidade.-----

-----Foram também referidas e identificadas as profissões emergentes, nomeadamente, a necessidade de termos mais quadros superiores da Administração Pública e não da privada e, julgo que isto está mais ou menos enquadrado no Programa das Novas Oportunidades, no entanto, naqueles três objectivos, que foram mais desenvolvidos, não está, explicitamente, referenciada estas necessidades, que foram acabadas de identificar.-----

-----Julgo que a Carta devia reflectir um pouco mais estas questões que foram identificadas. Apenas há uma referência, quando se fala na requalificação das escolas do primeiro ciclo, na utilização e na generalização do uso das TIC's, mas pára no primeiro ciclo.----

-----Poder-se-ia pensar em estabelecer programas com a Universidade Atlântica, que está vocacionada para responder, provavelmente, a estas questões ou mesmo com outras instituições na área profissional do Concelho.-----

-----Também não há referências dentro dos objectivos no que se refere ao secundário.----

-----Uma das grandes preocupações, que tem a ver com medidas para evitar a saída precoce na transição para o secundário. Julgo que é um problema nacional, não é um problema do Concelho, no entanto, mesmo que não sejam apontadas as soluções, as vias de lá chegar, podiam-se identificar ou definir alguns objectivos a atingir na percentagem de pessoas, que terminam o secundário. Portanto, poderia ser um objectivo a constar da Carta. -----

-----Há também uma falha no diagnóstico. Não vi nenhuma referência em algumas freguesias, designadamente, Barcarena, em que não há secundário, em que os alunos têm de se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

deslocar para fora do Concelho e, por conseguinte, não há referências de qual é a dimensão dessa realidade e se há ou não apoios e se deveria ou não haver. Há referência ao apoio a quem vai estudar no ensino superior, nomeadamente, às bolsas. Mas, esta situação não está referenciada. --

----- Para terminar e também para sublinhar um ponto, que foi referido pela Senhora Luísa Lisboa, no que respeita ao ensino especial, nas listas das escolas não há referência, por exemplo e só para citar uma, à Escola de São Pedro, em Barcarena, que é uma cooperativa que se dedica à educação dos deficientes.” -----

----- A **Senhora Carolina Tomé (IOMAF)** disse o seguinte:-----

----- “Queria começar por felicitar os serviços, que produziram este trabalho, da Carta Educativa, nomeadamente, a Divisão de Educação e o Gabinete de Desenvolvimento Municipal da Câmara de Oeiras e também os outros parceiros, que foram envolvidos como foi o caso da DREL, do Ministério da Educação, do Conselho Municipal de Educação e das escolas do Concelho.-----

----- Como já foi aqui referido, a primeira versão deste documento, que foi aprovada aqui, em Assembleia não foi homologada pelo Ministério da Educação, não me vou alongar nesse ponto, porque já foi por todos referido, não deixo, contudo, de lamentar o facto do atraso, do tempo, que se perdeu, porque, uma vez que, este documento seja homologado pela Direcção Regional de Educação, temos todos conveniência em que isso seja feito, o quanto antes, como mais à frente me referirei.-----

----- Consegiu-se apesar do atraso, finalmente, um produto de extrema importância para a aplicação das políticas educativas no Município de Oeiras.-----

----- É importante termos uma caracterização rigorosa e aprofundada da população escolar, das escolas da rede pública e privada, que nos fornecem indicadores sobre alunos, professores, pais, encarregados de educação e outros actores educativos. -----

----- É importante dar-nos conhecimento dos níveis de sucesso e insucesso escolar nos

diferentes anos de escolaridade. -----

-----É importante descrever-nos os equipamentos escolares. -----

-----É importante mostrar-nos as ofertas educativas e formativas existentes no ensino regular e nos cursos profissionais, tecnológicos e artísticos. -----

-----E é também importante dar-nos conta das redes de transportes do serviço de alimentação e do fornecimento do material escolar, que é feito. -----

-----Naturalmente que, todos estes aspectos aqui considerados estão, estreitamente, relacionados com o contexto sócio – demográfico do Concelho e com as condições económicas existentes. - -----

-----Em termos de análise desta Carta Educativa, gostava de evidenciar que esta reflecte uma melhoria notória na acção política, que se está a desenvolver e que se pretende, futuramente, levar a cabo no que diz respeito a vários aspectos, mas, sobretudo, aos equipamentos educativos.

É possível, hoje em dia, averiguar, quais são as escolas que não têm condições físicas para se manterem abertas e serem substituídas por novos núcleos com melhores instalações, com serviços de qualidade como é o caso da biblioteca, do laboratório, do pavilhão desportivo, do refeitório e por aí adiante como foi aqui mostrado, onde os alunos terão acesso e poderão usufruir de espaços mais adequados à sua vivência, não só para eles próprios, mas também para os pais, encarregados de educação, para as famílias e abertos à comunidade.-----

-----Foi levantada aqui a questão da comunidade e da Carta Educativa não fazer referência a esse aspecto, mas parece-me que, efectivamente, o faz, quando fala deste assunto.---

-----É, efectivamente, um projecto, uma política de educação para uma escola inclusiva e, por falar em escola inclusiva, como também visionamos no filme, há populações desfavorecidas no Concelho, como sabemos, como é o caso, por exemplo, da Outurela e, devemos dar igualdade de oportunidades a todos, quer os mais desfavorecidos, quer os menos e que todos tenham acesso às mesmas condições de aprendizagem.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Referenciando o caso da Outurela por ter uma população carenciada socialmente, como sabíamos, eram bairros de lata que foram substituídos por bairros sociais, onde, actualmente, existem os melhores equipamentos sociais, onde foram construídas piscinas, bibliotecas, parques desportivos, etc., portanto, não foi por haver populações que tivessem mais carências que se baixou o nível, pelo contrário, incentivou-se a qualidade dos serviços ao recurso daquela população e isto é inclusão. -----

----- É possível com estes dados, que a Carta nos dá, saber onde haverá maior crescimento de população e investir nesses locais na construção de novos equipamentos. Este é um objectivo estratégico. -----

----- É possível averiguar, quais as áreas de estudo ou as áreas de conhecimento, que têm mais procura pelos jovens através da Carta de Competências Profissionais do Concelho e, assim, adequar a oferta à procura no que diz respeito aos cursos de formação e vias profissionalizantes, promovidas por escolas secundárias e pelo ensino superior. -----

----- É de salientar o esforço envidado para aumentar a oferta do pré-escolar e implementar o regime de turno único no primeiro ciclo, proporcionando assim, que a escola funcione a tempo inteiro e as crianças possam usufruir dos complementos educativos como é o caso do apoio ao estudo, do ensino do inglês, das actividades físicas, do ensino da música e das expressões artísticas. -----

----- É de destacar a imprescindível prática de avaliação e regulação por parte dos serviços responsáveis por forma a identificar algumas situações, que precisam ser melhoradas, naturalmente e encontrar as soluções mais ajustadas. -----

----- Estando a Carta Educativa homologada pelo Ministério da Educação é mais um passo dado em frente para o Concelho também beneficiar do acesso a outras fontes de financiamento para a educação como é o caso dos Fundos Comunitários e mais, especificamente, do novo QREN, o novo Quadro de Referência Estratégica Nacional. -----

-----Como sabemos, Oeiras já se distingue dos outros Concelhos do País por concentrar grandes empresas e por ter um elevado número de postos de trabalho. É também referência por ser neste Município, que se encontram as instituições ligadas à investigação, ciência e tecnologia. -----

-----Quanto às qualificações académicas, Oeiras detém a maior percentagem de população licenciada, apresenta a menor percentagem de população sem escolarização e é a segunda maior percentagem de população com o ensino secundário. -----

-----Como se falava também aqui, há pouco, Portugal tem estatísticas, tem indicadores sobre educação provenientes da OCDE, que nos colocam na cauda da Europa, no entanto, Oeiras é, de certa forma, nesse campo, uma excepção. -----

-----Penso que é importante, não só manter estes resultados como melhorá-los ainda mais. Por estas razões, parece-nos que esta Carta Educativa, sendo um trabalho, que exige uma permanente monitorização e avaliação, é um óptimo instrumento para fazer com que as escolas de Oeiras venham a ser consideradas, como tanto se quer, as melhores escolas do País.” -----

-----**O Senhor José Pinto Ferreira (CDU)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“A Carta Educativa em termos formais é um bom documento e, penso ser de elementar justiça, felicitar todos os elementos que contribuíram para a sua elaboração. -----

-----Finalmente, chegou a vez da educação ser encarada com prioridade política por um Executivo da Câmara Municipal de Oeiras. -----

-----Não é que até agora se tenham verificado quaisquer alterações, mas enfim, sempre é uma declaração de princípios.-----

-----A Carta Educativa, agora em discussão, é um documento, que irá ser homologado pelo Ministério de Educação pelo que não se comprehende as sistemáticas referências a este ser um documento aberto e em permanente actualização. A Carta Educativa tem, isso sim, de ser devidamente monitorizada, regularmente avaliada e integrada no PDM. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- E, aqui um à parte em relação à revisão do PDM, que já devia ter sido presente a esta Assembleia, há alguns anos, e que continua sem dar qualquer sinal.-----

----- A Carta Educativa aprovada nesta Assembleia em dois mil e cinco e que não foi homologada pelo Ministério de Educação e passo a citar: -----

----- “Não correspondia àquilo que são os desafios, que se colocam à política de educação no Concelho.” – fim de citação. Mas pasme-se, é sujeita a uma revisão e é ela que serve de base ao documento actual. Estranho. -----

----- A construção de novos equipamentos – nova citação: -----

----- “Queremos fazer as melhores escolas do País nas suas diversas vertentes.” – fim de citação. Tem por base, não a necessidade de servir a população do Concelho, mas – nova citação:

----- “Questões, que têm a ver com a evolução que o Município sofreu, em termos empresariais.” – fim de citação. E aqui devemos chamar a atenção para a localização apontada para os novos equipamentos, que são, sistematicamente, atirados para fora ou para as franjas da malha urbana. -----

----- As acessibilidades através de transporte próprio, estão asseguradas, como é evidente, mas os alunos que não se deslocam por este meio de transporte? Com as localizações apontadas vem-me à memória a definição do traçado da linha ferroviária no Alentejo, onde os grandes agricultores conseguiram que as estações fossem construídas no meio do deserto, no meio do nada, bem longe das localidades, que deveriam servir.-----

----- Que garantias temos na área dos transportes públicos? É a questão que eu coloco. E, em termos de segurança? Há dias em que os alunos saem da escola noite cerrada. Quem irá assegurar o seu acompanhamento até à chegada do transporte público? -----

----- Para não vos tomar muito mais tempo, uma abordagem muito breve ao modelo tipológico eleito para os novos equipamentos. Durante anos alertamos o Executivo de Oeiras para o erro que estava a cometer, em termos urbanos, com a construção de grandes

empreendimentos destinados a realojamento. Hoje, na Outurela/Portela lá temos o Pátio dos Cavaleiros, devidamente, emparedado porque estou em crer que chegaram, agora, à conclusão que são necessários espaços de descompressão, de espaços para respirar e de espaços de descontinuidade na densificação tão, incorrectamente, construída. -----

-----E, o modelo tipológico eleito é o das construções pesadas, obrigando, inevitavelmente, à sua localização na periferia dos aglomerados ou mesmo totalmente isolados. -

-----A avaliação do funcionamento das escolas integradas já foi realizada?-----

-----Os pontos positivos destas sobrepõem-se aos aspectos negativos? -----

-----Termino com duas questões com origem na Proposta de Deliberação, número quatrocentos e sessenta e dois barra zero sete, que deu origem a esta Proposta. -----

-----“Serão estabelecidas formas de diagnóstico”, quais? -----

-----A última questão a colocar –, Planos de Comunicação, que Planos de Comunicação são estes que vêm referidos na Proposta de Deliberação?” -----

-----O **Senhor Arlindo Barradas (IOMAF)** disse o seguinte: -----

-----Quanto à Carta Educativa em apreciação, penso que tem todas as condições para ser homologada desta vez pelo Ministério da Educação, porque nela contém um conjunto de matérias que justifica, plenamente, até porque, desta vez, ela está integrada no PDM. -----

-----Também constatei, na leitura que fiz, que há um déficite de crianças por motivo de encerramento de muitas escolas em vários concelhos. No Concelho de Oeiras há um aumento do número em percentagem razoável. Certamente, isto deve-se à boa qualidade de vida, que é reconhecida a nível nacional e até internacional. Há apenas a ausência do conteúdo programático, mas isto é da exclusiva competência do Ministério da Educação. Aliás, ela foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara e esteve presente, na sua elaboração, uma responsável da DREL. -----

-----Por todas as riquíssimas razões, na sua elaboração, circunstanciada à Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal, não fará sentido a objecção. Presumo que o contrário seria incoerente e prejudicaria a justa ambição dos agentes do ensino e, consequentemente, lesivo dos interesses dos alunos e da decepção dos pais e encarregados de educação.

Finalmente, felicito todos aqueles que participaram na sua elaboração, com competência, abnegação e grande interesse pelo progresso continuado deste Concelho, que continuará a marcar ritmo.

O orçamento de vinte milhões de euros é uma boa garantia para concretizar esses objectivos.

Existe um infantário, que foi inaugurado há bem pouco tempo, em Carnaxide e foi, supostamente, feito para servir todas as crianças e, designadamente, as crianças, que moram naquela localidade. Acontece, porém, que não há cinco por cento de crianças de raça negra, alguns dizem de cor, mas não são de cor, são raça negra, nós temos raça e não cor. Isto choca um bocado e, não quer dizer que seja racismo, mas, devo dizer que, já fiz diligências a pedido do inspector superior para meter lá uma criança, que é negra e filha de um casal de juristas e, não consegue entrar. Já dei volta e meia nesse sentido e já me recorri do Senhor Doutor Pracana com quem tenho boas relações e que me tem feito alguns favores, mas não conseguiu. Gostaria que a Câmara tomasse posição sobre este assunto e que fizesse justiça, porque há quem queira declará-lo no jornal, o que tenho evitado. Eu agradecia que o Senhor Presidente tomasse conhecimento desta situação. Aliás, já li, numa das actas, esta versão e acho até que foi o Senhor Presidente, que disse também algo desse género.

Agradecia, apenas, que tomassem posição antes que seja demasiado tarde, porque eu não me queixo do racismo. Acho que Portugal não tem racismo e, portanto, temos que ver isto, porque, de facto, está mal este tipo de justiça.”

O Senhor Luís Pereira Santos (IOMAF) falou o seguinte:

“Ainda antes de passar à minha comunicação, queria lamentar o facto desta

Assembleia ter sido antecipada, porque, efectivamente, deste modo, o nosso Líder de Bancada, o Senhor Professor Britaldo Rodrigues não pode vir, porque a reunião já estava marcada para terça-feira seguinte. Posto isto, passo, então, à minha intervenção.-----

-----Começo por felicitar os Serviços da Câmara: Divisão de Educação e Gabinete de Desenvolvimento Municipal, pelo excelente documento que elaboraram, excelente pela estrutura apresentada, excelente pela riqueza do seu conteúdo.-----

-----Este documento, que mereceu o voto favorável, por unanimidade, dos Representantes do Conselho Municipal de Educação, reflecte, claramente, que os responsáveis pela sua elaboração, ou seja, os Serviços da Câmara, acolheram de forma assumida e souberam interpretar da melhor maneira a dinâmica, a motivação e as sinergias emanadas do programa eleitoral do Movimento “Isaltino, Oeiras Mais À Frente”, corporizadas na célebre frase, “vamos ter as melhores escolas do País”. Este desígnio, aliás, deixou de ser um desígnio eleitoral, para ser um verdadeiro desígnio do actual Executivo Camarário.-----

-----Nesta Carta Educativa encontramos plasmada esta ambição, exposta com tal firmeza, que constitui por si só, a garantia de que, de facto, a ambição vai tornar-se realidade. Para sustentar esta verdade, socorro-me das palavras do Senhor Presidente da Câmara, transcritas na Acta da Reunião do Conselho Municipal de Educação, no passado dia doze de Abril – cito: -----

-----“Quando dizemos, que vamos fazer as melhores escolas do País, nas suas diversas vertentes, queremos mesmo fazer as melhores escolas do País,... faz todo o sentido que a Câmara invista, seriamente, na política educativa, vamos fazê-lo e aquilo que vai acontecer é uma revolução, porque na realidade nós vamos mexer com todo o parque escolar.-----

-----Estamos já a trabalhar nisso. A partir do momento em que os concursos começem a ser lançados, julgo que entramos em velocidade de cruzeiro. Com certeza que daqui a uns anos, vamos ter orgulho dos equipamentos e da política de educação, que foi seguida, as raízes estão lançadas com esta Carta Educativa.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- No fundo, a nossa ideia é que, a par de outras áreas do Município, que, de facto, são uma referência, também a política educativa possa ser apontada como algo em que valeu a pena apostar como nós vamos fazer.” - fim de citação.-----

----- E que vai então ser feito? -----

----- Que política educativa vamos ter em Oeiras, de acordo com esta Carta Educativa? -----

----- Vou referir, apenas, alguns aspectos que considero mais relevantes. -----

----- A Carta Educativa revela-nos que este Executivo Camarário está consciente de que a educação é um vector estratégico no desenvolvimento do Concelho de Oeiras. -----

----- Para a consecução da sua política educativa, foi feito um diagnóstico rigoroso da situação actual para, em seguida, se conceber um Plano Estratégico que deverá contar com o envolvimento de professores, encarregados de educação, pais e comunidade em geral e que terá os seguintes objectivos: -----

----- Primeiro – Reordenar e redimensionar a Rede Escolar;-----

----- Segundo – Requalificar as escolas do primeiro ciclo já existentes; -----

----- Terceiro – Abrir a Escola à comunidade.-----

----- Quanto ao primeiro, vai aumentar a oferta do pré-escolar em cerca de quarenta e um por cento, graças à construção de sete novas escolas. Vai generalizar-se o regime normal, de turno único, no primeiro ciclo, graças a um aumento de treze por cento na capacidade de acolhimento, fruto da criação de vinte e nove salas de aula adicionais. -----

----- Quanto ao segundo, nas escolas do primeiro ciclo já existentes, vão ser criados espaços com qualidade, higiene e segurança, espaços que permitam fácil acesso às novas tecnologias de informação e ao desenvolvimento de actividades complementares. -----

----- Estes melhoramentos vão, de facto, possibilitar a implementação da escola a tempo inteiro, com horários de funcionamento adaptados às necessidades das famílias.-----

----- Para garantir a concretização do princípio da escola a tempo inteiro, serão

proporcionadas actividades complementares, abrangendo as mais diversas áreas, procurando assegurar a permanência dos alunos na escola, durante todo o dia, respondendo assim às necessidades das famílias. Para tal serão construídos novos espaços funcionais e, facilmente, adaptáveis à evolução constante das práticas pedagógicas.-----

-----Quanto ao terceiro, o edifício escolar deve ser polivalente, multifuncional, deve ser uma partilha com a comunidade, e, de acordo com a Carta Educativa, os nossos edifícios, facilitarão essa abertura à comunidade.-----

-----Já aqui ouvimos falar que, não se referia, a maneira como os pais se vão integrar na escola, penso eu, que isso não compete à Câmara, a esta compete-lhe sim construir espaços, que facilitem essa integração. As escolas com a sua dinâmica e a criatividade dos professores, com certeza, saberão encontrar os melhores caminhos para que essa integração seja uma realidade. ---

-----Perante esta realidade, sem dúvida que é imperativo que esta Assembleia aprove esta Carta Educativa e dê força a este Executivo para que reivindique junto do Governo, os meios necessários para assim poder concretizar todos os desígnios nela formulados.” -----

-----**O Senhor Francisco Silva (BE)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Queria dar os parabéns aos técnicos pelo belíssimo trabalho apresentado.-----

-----Fora este louvor, temos sérios problemas políticos para discutir, porque prefiro chamar as coisas pelos nomes e Carta Educativa é um nome um pouco vago.-----

-----Nós não estamos a votar uma simples Carta Educativa, estamos a votar o futuro dos nossos filhos, dos nossos netos, dos nossos vizinhos e queremos que Oeiras, daqui a vinte anos, tenha uma comunidade muito menos fracturada, em termos sociais, do que tem agora.-----

-----Estamos aqui a discutir a educação, não a Carta Educativa, como querem fazer passar. Estamos aqui para discutir os problemas dos jovens. -----

-----Já ouvi dirigentes de vários Partidos aqui representados, em amenas discussões a dizer que os jovens são pobres e não querem saber. Essa não é a questão, o problema é quando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

têm que optar entre comprar livros fora do que é obrigatório pela escola e quando querem ter acesso à cultura, o que têm, é a televisão e os jornais que são distribuídos gratuitamente e controlados por certos grupos empresariais, que só vêem o objectivo de marketing e desenvolverem as suas estratégias. -----

----- Ouvi falar do insucesso escolar e, sinceramente, dá-me vontade de rir, porque todos estão aqui há mais tempo que eu e penso que já deviam ter percebido que não passa por escolas novas. As actuais são óptimas, quem me dera a mim que a minha escola, e falo com conhecimento de causa e os técnicos estavam certos, porque a Escola do Bairro Auto-Construção a única diferença que tem de há vinte anos são aqueles dois barracões que lá colocaram, é a única diferença. Pergunto se é preciso deixar chegar a esta degradação para se fazerem escolas novas. Será para as populações agraciarem e agradecerem porque o que tinham não prestava para nada e limitam-se a ficar por aí?-----

----- Escolas com vídeo vigilância, supostamente, irão reduzir o número de furtos. O que mudou na minha escola foram os professores, foi a educação e os valores que lá eram transmitidos, não havia vídeo vigilância, porque lá um ladrão era mal visto. Dantes uma pessoa desonesta era apontada, ninguém se queria dar como ladrão porque podia ficar sem as coisas que tinha. Falam do problema racial, de raças, de cores, etc., já farta ouvir falar nisso, porque quando eu estudava os ciganos não queriam roubar, porque não queriam ser apontados como ladrões, os angolanos também não o queriam. Havia consciência cívica, havia vergonha e havia moral. -----

----- Ouvi falar que o insucesso escolar depende de formar as pessoas, não percebo como referem a Escola da Portela, mas ninguém se deu ao trabalho de ver o que estava ali apresentado, porque há muito abandono escolar. A Escola da Portela de Ensino Básico e Secundário, tal como apresentaram, é a que tem menos alunos, porque é que o Pré-Escolar tem o maior número de alunos no Concelho de Oeiras? Como é que há essa discrepância? Essas pessoas emigram depois de fazer o Pré-Escolar? -----

-----Dizem que há falta de apoio às pessoas de raça negra, há pouco ouvi um membro desta Assembleia, que agora não está presente, a agraciar o Senhor Presidente da Câmara e a dizer-lhe que os Cabo Verdeanos estão com ele. Se calhar estão, mas não os que moram no Concelho, porque esses têm as mesmas hipóteses que os Angolanos e que os ciganos e todas as outras minorias. -----

-----Neste plano não há lugar para cultura e para desporto. Há novas salas de música, mas para quê? Para haver aulas com professores não formados, como os da “Clave de Sol”, que recebem circulares a dizer que se não perceberem nada de música que ensinem através de CD’s. É para isso que queremos salas de música? -----

-----Tinha pensado fazer um discurso sobre a Carta Educativa, mas penso que esta discussão é sobre educação e cada um de nós, que assinou a folha de presenças desta reunião, deve ser consciente de que irá ser responsabilizado no futuro por aquilo que votou, porque o futuro da sociedade de Oeiras está aqui a ser discutido. -----

-----Não percebo que exemplo a América nos pode dar em termos escolares, porque se em vez de terem mostrado aquele liceu, tivessem apresentado o liceu de Columbano as situações eram diferentes. Investem nas escolas? Muito bem. Investem para ajudar o YMCA? Se calhar tiraram o YMCA à comunidade para dependerem do Mayor, visto que este é que autoriza o financiamento da sede nova e que permite actividades. -----

-----Acho que está na altura de se falar no futuro de quem nada tem, no futuro daqueles que sabem que ninguém se interessa por eles, os miúdos percebem isto muito bem porque sabem que não têm lugar nesta sociedade. Depois diz-se que os miúdos roubam, assim nestas condições não o hão-de fazer? Se recebem todos os dias solicitações de tudo e mais alguma coisa, que não podem comprar e vêm os outros a esfregarem-lhes isso na cara diariamente. Se os miúdos são ensinados pelos exemplos que têm do nosso poder político, dos nossos altos magistrados e funcionários, etc., que a mentira é passível de passar, que se chegar à escola amanhã com o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

chapéu de outro miúdo, não há problema, porque o trouxe de casa e ninguém viu, não está no vídeo da escola, é meu. Eles aprenderam tudo isto muito mais cedo do que nós. -----

----- Não sou pai, mas sou filho, muito falam à boca cheia de que têm experiência nas escolas, eu sou filho dessas escolas que existem no Concelho e sei o que aconteceu aos meus colegas, porque vejo-os diariamente e se muitos deles, da minha geração, ainda trabalham, os mais novos já perceberam que com trabalho não vão lá e preferem vinte anos de vida aceleradíssima do que sessenta ou setenta a trabalhar para alguém e viver na miséria. -----

----- Gostava de perguntar, porque o PDM está em revisão, e como o Senhor Vice-Presidente já me explicou, vigora o actual. Será que os terrenos libertados pelas escolas vão manter o uso social? -----

----- Percebo porque é que esta Carta Educativa será homologada pelo Ministério, porque veio directamente de lá. Ela reflecte todas as orientações políticas do Senhor José Sócrates.-----

----- Os próprios técnicos fizeram questão de lembrar que está totalmente integrada no programa das novas oportunidades pelo qual o Senhor Primeiro Ministro, José Sócrates, tão fielmente deu a cara.-----

----- Só não percebo as críticas do Partido Socialista, estas deviam ser feitas nas reuniões políticas que têm, porque as orientações políticas vêm de cima e sabem donde vem esta Carta. Vamos ser sérios, porque todos sabemos o que há aqui em jogo.-----

----- Houve alguém que disse que as raízes estão lançadas para o futuro, espero que estas dêem árvores com fruto, que não dêem ervas daninhas. Espero que não se vão buscar os exemplos de França, porque está a ver-se os resultados, é a inclusão, são as propostas socialistas que hoje em dia ultrapassam o PSD pela direita, largamente. Perguntem às pessoas o que é que acham da política educativa.-----

----- Parece-me de muito mau tom serem apresentados filmes de propaganda política do Senhor George Bush, acho que a nossa realidade é totalmente diferente, o nosso tecido social é

diferente e todos sabem isso muito melhor que eu.”-----

-----**O Senhor Pedro Almeida (PS)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“É uma honra poder falar depois de um ex-Presidente de um Conselho Directivo de uma escola, em meu entender, que está entre as melhores do País, o Professor Luís Santos. Andei na escola, também andei nas do Concelho e sei bem que apesar de haver muitos casos, como ficou demonstrado e já falarei sobre isso, o caso da Escola Vieira da Silva é exemplar de há muitos anos. -----

-----Em relação à Carta Educativa, a minha camarada assumiu, uma posição bastante consistente e fundamentada por parte do Partido Socialista, que mais uma vez aponta críticas, quanto a mim, que devem ser tidas em conta numa versão final a ser apresentada no Ministério. -

-----Queria vincar politicamente aquilo que é uma perspectiva que não podemos deixar de ter em conta. De facto, os funcionários da Câmara fizeram um trabalho notável, esta Carta Educativa representa uma mensagem de esperança para o futuro, daquilo que são as políticas educativas do Concelho. Mas, não podemos escamotear uma realidade, esta Carta Educativa é também um certificado de falhanço das políticas educativas, assumidas, no passado, por alguns protagonistas que aqui estão.-----

-----Gostaria de ver, também, aqui presentes, os principais protagonistas da anterior Carta Educativa que foi chumbada, para poderem responder por esse chumbo. Não deixo de assinalar isso, porque ficaria bem que, quer a Senhora Vereadora Teresa Zambujo, quer o Senhor Vereador José Eduardo Costa, estivessem aqui hoje para justificar porque é que na primeira Carta Educativa não tiveram em conta aspectos que hoje constam desta nova Carta Educativa.---

-----Gostaria de chamar à atenção para uma situação, que julgo que todos nós temos que sublinhar, que é uma realidade diferente de todas as outras realidades educativas do nosso Concelho, que é o Agrupamento de Escolas de Outurela, que foi considerado, recentemente, como um território educativo de intervenção prioritária. É certo que o PSD, no Governo, acabou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

com esse programa a escolas, que dado o seu meio social envolvente mereciam, e continuam a merecer, um tratamento, especial, por parte dos responsáveis políticos. O PS, no governo, retomou esse programa, já recebeu aquilo que é o projecto deste agrupamento de escolas, mas olhamos para esta Carta Educativa e parece-me que a realidade difícil do Agrupamento de Escolas de Outurela/Portela não está reflectido nela. Se olharmos para aquilo que são as prioridades estratégicas para este agrupamento de escolas vê-se, apenas, reconversão de duas salas, remodelação da instalação eléctrica e arranjos exteriores.

Devo lembrar que a Escola Sofia de Mello Breyner, que faz parte deste Agrupamento e na qual este Município teve uma responsabilidade importante na sua concepção, é pelos seus responsáveis apontada com diversas críticas em relação aquilo que é a sua infra-estrutura. E não foi há tanto tempo, foi há dez anos. Se formos ver esse relatório, entregue ao Ministério, podemos identificar, que situações tão elementares como espaço para as crianças poderem praticar desporto não existe. A escola é assumida como agressiva, a estrutura da escola é agressiva para os alunos.

Gostaria de deixar esta nota à consideração do Senhor Presidente da Câmara para que possa, de alguma forma, haver um reforço naquilo que são compromissos assumidos nas opções estratégicas, em relação às políticas educativas assumidas pela Câmara sobre este Agrupamento de Escolas.

Bem sabemos que este Agrupamento se insere numa realidade social extremamente complicada, é verdade que beneficia, hoje, de importantes equipamentos que foram, também, financiados por dinheiros comunitários, mas não posso deixar de referir que tomei conhecimento, com muita estranheza, que os alunos destas escolas não podem beneficiar de um equipamento importante, ali construído, que é a piscina. Terão havido, certamente, razões de gestão e económicas para afastá-los da piscina, mas penso que deverá ser um assunto a ser reponderado pela Câmara, porque não faz sentido e aquele espaço recebeu fundos comunitários

exactamente por se inserir numa zona de carência social óbvia, e, portanto, se os equipamentos lá estão é para serem utilizados pelos alunos e pelas crianças que ali vivem. -----

-----Se pensarmos nos problemas de insegurança que existem, hoje, no nosso Concelho, é ali, nas novas gerações que andam naquelas escolas que se podem prevenir muitos problemas no futuro. Isso não pode ser desconsiderado nesta Carta Educativa.-----

-----Foi colocada a questão, por alguns Membros, no sentido de se saber qual é que é a política educativa, em curso, deste Governo. Como Membro do Grupo Político do Partido Socialista tenho que responder, porque só por desatenção é que se pode questionar isso.-----

-----A opção clara do Governo do Partido Socialista é pela qualificação e temos vários exemplos disso: temos, além do reforço óbvio por inúmeras medidas de defesa de escola pública, e posso falar de enriquecimento curricular, de escola a tempo inteiro, posso falar da criação de uma empresa que vá permitir que haja um reequipamento e uma revalorização dos espaços escolares em todo o País, mas posso falar daquilo que foi uma opção bastante importante no novo Quadro Comunitário de Apoio, em que houve um acréscimo brutal de vinte seis para trinta e sete por cento dos apoios estruturais na área da qualificação, que é digno de registo. -----

-----Também posso falar de outra política fundamental deste Governo, que é a iniciativa a novas oportunidades, que é bem referida nesta Carta Educativa. Esta política que tem como objectivo, assumido pelo Governo, fazer do décimo segundo ano o referencial mínimo de qualificação, fazer com que cinquenta por cento dos jovens a frequentar o ensino secundário sejam abrangidos em vias tecnológicas e profissionalizantes e qualificar um milhão de activos até dois mil e dez, através do sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências e dos custos da educação e formação de adultos. Estes são os objectivos definidos.

-----Já foram criados quinhentos novos cursos profissionais, o que resultou na entrada de mais vinte e cinco mil novos alunos nesta vertente do ensino tão importante. -----

-----Nos centros de oportunidade já estão inscritas mais de duzentas e cinquenta mil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pessoas, e isto não é reflexo de uma política importante de opção pela qualificação dos portugueses? -----

----- Não valem a pena discursos que assentam em chavões, que são há anos utilizados, há que encarar este desafio da qualificação dos portugueses de uma forma construtiva e optimista, porque não é o pessimismo que nos vai fazer aproximar dos países mais modernos da Europa. ---

----- Deixo uma resposta, inevitável, ao Senhor Daniel Branco, que se arroga do trabalho colectivo que lhe permite receber documentos com menos tempo, mas a verdade é que na última reunião da Assembleia Municipal o Partido Comunista Português votou contra uma proposta que permitiria que os jovens pudessem ter mais fácil acesso à habitação, por não dispor de documentos que já tinham sido distribuídos pela Câmara. -----

----- O Partido Comunista Português tem que ter alguma coerência naquilo que defende.”

----- **O Senhor António Barros (J. F. Queijas)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sou filho mas também sou pai. Convém esclarecer que foi a primeira vez que, e congratulo-me por isso, ouvi uma Força Política discutir um documento em que não falasse de falta de transparência. Fico contente em registar isso.-----

----- Acho que este trabalho foi feito com profundidade, com rigor, com planeamento, tem um enquadramento à realidade actual e faz, um pouco, a extração das necessidades futuras. -

----- Parece-me, e gostaria de colocar esta questão directamente ao Senhor Presidente da Câmara, porque talvez esta bancada esteja enganada, fiquei sem perceber se isto era uma Carta Educativa, ou se era uma Carta Viária, ou se era uma Carta relacionada com a Segurança, fiquei sem perceber porque, em determinada altura, baralharam-se tanto os assuntos que fiquei sem perceber se estávamos a falar de educação. -----

----- Estive há dois dias atrás numa reunião onde estiveram todos os Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho, nessa reunião que durou cerca de quatro horas, em duas delas estive a ouvir que uma Freguesia, nomeadamente Algés, estava sistematicamente a ser discriminada em

relação aos trabalhos da Câmara Municipal face às outras. -----

----- Fiquei confuso porque o Senhor Presidente falou especificamente na Cruz Quebrada. Deu-me ideia, pelas palavras que deixou, que a Cruz Quebrada estava a ficar, eventualmente, prejudicada com esta Carta Educativa, o que me surpreendeu, porque depois de estar metade de uma reunião a ouvir sistematicamente que Algés estava a ser discriminada, fiquei um pouco expectante e leva-me a perguntar ao Senhor Presidente se o que se passou naquela reunião é verdade, porque é que fala na Cruz Quebrada. Gostaria de ser esclarecido.”---

-----**O Senhor Macieira Coelho (PSD)** disse o seguinte:-----

-----“Esta apreciação já foi feita e o nosso louvor está dado. -----

-----No capítulo “Taxas de Sucesso” encontrei nos territórios educativos taxas muito elevadas, mas há dois territórios educativos, que são o quatro e o sete, que têm taxas de sucesso de cinquenta e oito por cento e sessenta e oito por cento respectivamente, e não encontrei qualquer comentário a esta situação. Parece-me que seria interessante dar uma explicação de onde é que vem a taxa de insucesso de dois territórios educativos. -----

-----Na preparação para esta Sessão de hoje fui à Escola Secundária Amélia Rey Colaço, porque habito ali perto e encontro um terreno enorme, que faz parte desta escola, completamente abandonado e com ar de estaleiro. Para mim era de uma curiosidade muito grande perceber o que lá se passava e fui lá. Fui recebido, muito agradavelmente, por um director/professor, que me explicou, mais ou menos, aquela situação. Pelo que me disse aquilo está há muitos anos naquele estado, proveniente de uma situação de tribunal e que a mesma depende da DREL.-----

-----Penso, e o Senhor Presidente o dirá, que aquele local tem capacidade, pela sua área, de ser um regime integral, isto é, com vários outros Ciclos. Tem um refeitório que está contaminado por aquela situação do estado dos terrenos, que é uma das grandes preocupações do Conselho Directivo. -----

----- O director referiu-me que pensa que a Câmara não tem conseguido resolver a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

situação porque encontra-se, de facto, em tribunal. Não sei se a Câmara tem meios para resolver este assunto junto do tribunal, mas é lamentável ter-se um espaço com um magnífico aproveitamento, naquela situação.

Pela exposição feita, anteriormente, pela nossa bancada, com a profundidade com que foi feita pelo Professor Antas de Barros, revela bem que o Partido Social Democrata, embora o Partido Socialista nos tenha imposto a antecipação desta Sessão, não deixou de estudar como deve ser e conscientiosamente este documento.”

A Senhora Carolina Tomé (IOMAF) referiu o seguinte:

“Gostaria de esclarecer o Senhor Francisco Silva do Grupo Político do Bloco de Esquerda que a Escola de Outurela não é uma Escola Secundária é uma Escola Básica Integrada e como o conceito refere, de Básica/Integrada, tem os quatro níveis de ensino: Pré-Escolar, Primeiro Ciclo, Segundo Ciclo e Terceiro Ciclo.

É uma escola que existe há cerca de doze anos e posso testemunhar que, porque estive lá a leccionar e pertenci ao seu Conselho Directivo, de início teve anos bastante difíceis para a integração social das crianças que, como sabemos, tinha oitenta por cento de população Cabo Verdeana.

Era uma escola considerada de intervenção prioritária, houve um trabalho comunitário feito de intervenção junto da população escolar e também local, com o programa URBAN, com a Câmara, com psicólogos, com assistentes sociais conjuntamente com os professores/educadores e tentou-se trabalhar o insucesso e o abandono que, no início, era imenso, mas que tem vindo gradualmente a reduzir e a melhorar. Mas, nestes casos, as pequenas mudanças e os pequenos sucessos às vezes podem ser grandes, um pequeno passo já é qualquer coisa e tem que ser reconhecido como tal.

O facto da educação pré-escolar nesta escola estar a aumentar parece-me um bom sinal, que as crianças logo de pequena idade, sejam acolhidas nesta escola.

-----Quanto à questão do insucesso, disse que não são os edifícios ou os equipamentos que fazem o sucesso escolar, mas isso é mais que evidente. Foi aluno e lembra-se, com certeza, do que é uma escola, e, existem uma série de factores – os professores, a dinâmica que é criada no interior da escola – que geram o sucesso escolar, mas aí a Câmara tem pouco a ver com isso, a ela compete-lhe construir o equipamento que depois proporciona, através dos recursos materiais, o desenvolvimento de ambientes de aprendizagem mais favoráveis. -----

-----Não se pode estar a incutir aqui falsas ideias de que o insucesso se deve à incompetência de serviços da Câmara, que não têm a ver com isso. A Câmara faz aquilo que lhe compete, a escola faz aquilo que lhe compete e temos que distinguir as duas coisas.” -----

-----**O Senhor Jorge Pracana (PSD)** disse o seguinte: -----

-----“Infelizmente custa-me ouvir afirmações que não correspondem, minimamente, à verdade e fundamentalmente vindas do Senhor do Partido Socialista. Custa-me em nome da verdade, em nome dos ausentes, dos presentes e, por isso, não me posso calar. -----

-----A situação tem a ver com o facto de o Senhor ter começado o seu arrazoado procurando imputar responsabilidades pela anterior Carta Educativa, e olhando para a bancada dos ausentes, onde se incluem, julgo, os seus Vereadores do Partido Socialista que, na altura, estavam na Câmara. -----

-----Quero recordar-lhe que a anterior versão da Carta Educativa, que foi devolvida, foi aprovada pela Assembleia Municipal, todos nós a aprovámos, e, portanto, se ela tem erros, presumo que os tenha e por isso melhorou, e não faz mal a ninguém aprender com os erros do passado, mas esta Carta é manifestamente melhor, é um hino à capacidade deste Concelho, e por isso, seguramente, irá ser aqui aprovada, mas isso não lhe dá o direito de vir aqui fazer acusações relativamente a uma Carta Educativa anterior, que todos nós aprovámos. -----

-----Quando pretendeu responsabilizar os ausentes no seu início, acho que foi de muito mau tom. Por isso, não podia deixar de lavrar este meu protesto.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Alda Lima (J.F. Algés) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não tencionava intervir nesta matéria, porque já tudo foi dito relativamente à Carta Educativa do Concelho, que a todos nos honra e nos orgulha. Ainda recentemente, a propósito de uma entrevista que me fizeram no âmbito das Festas da Freguesia, tive a oportunidade de dizer que existem duas áreas no Concelho que considero não estarem à sua altura. Exactamente a área da educação e a das acessibilidades. -----

----- Vi-me forçada a intervir depois do meu colega Presidente de Junta, Senhor António Barros, ter usado da palavra. Queria referir que não exerço a minha função andando a criar rixas ou conflitos em qualquer lugar e acho inoportuno, deselegante e desadequado o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Queijas vir transpor para aqui o que se passou numa reunião de trabalho dos Presidentes de Junta. No entanto, permito-me aqui referir e reiterar que tudo o que eu disse, nessa reunião, relativamente às discriminações que tenho vindo a sentir, designadamente desde o início deste ano, reitero aqui tudo isso. -----

----- Sendo certo que considero, que não é neste local que esse assunto deva ser discutido, ponho-me à disposição para que, se esse assunto tiver que vir a ser discutido, seja agendado para então podermos tratar dele.” -----

----- O Senhor Francisco Silva (BE) referiu o seguinte: -----

----- “Só queria acrescentar que, no decorrer das declarações da minha colega, falsas ideias é um termo um pouco pesado para mandar para o ar e que, se calhar, tal como o Senhor Professor Antas de Barros disse, seja recorrente da deficiente capacidade que os portugueses têm de avaliar as situações, e, por isso é que foram interpretadas como tal.” -----

----- O Senhor Pedro Almeida (PS) disse o seguinte: -----

----- “Gostaria de responder ao Senhor Jorge Pracana, porque a verdade é que, e por mais que digam outras coisas, os responsáveis políticos pela Carta Educativa, que não foi homologada pelo Ministério de Educação, – ao contrário do que sucedeu com inúmeras Cartas Educativas por

esse País fora – fazem parte da Câmara, não estão hoje aqui presentes e falharam esta discussão. Teria sido bom estarem presentes e terem dado um contributo sobre aquilo que é a sua apreciação junto da Assembleia Municipal sobre a matéria. -----

-----Em relação ao passado o Partido Socialista disse e apontou na altura que havia falhas na Carta Educativa apresentada, nomeadamente insuficiência de dados e incumprimento de um objectivo essencial para as Cartas Educativas, que é a capacidade de traçar, de uma forma ampla, objectivos a serem cumpridos. Não votámos a favor dessa Carta Educativa, salientámos aquilo que eram aspectos e insuficiências da mesma e quem assumiu a responsabilidade política por ela foi o PSD. - -----

-----Em relação às críticas que fizemos na altura, o PSD preferiu não lhes dar acolhimento, e, passado este tempo ficava bem ao PSD assumir a responsabilidade daquilo que foi uma não homologação, por parte do Ministério da Educação. O primeiro responsável político pela Carta Educativa que não foi homologada é o Partido Social Democrata.” -----

-----**O Senhor João Serra (J.F. Paço de Arcos)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Todos os Partidos louvam este documento e estou à vontade para dizer que tanto me dei com o PSD quando estava no Governo, como me dou bem com o PS que está no Governo, como me dou com o Partido Comunista, que nunca esteve no Governo, mas há algo que me deixa um pouco aflito, é que enquanto o PCP faz os trabalhos de casa e convence, porque as críticas que faz dão que pensar, e quando se refere à Escola Joaquim de Barros devo dizer que relativamente a esta escola falei com o Senhor Presidente da Câmara e ele disse-me que ali iria ser um infantário/creche.-----

-----Aquilo que disse ao colega do Partido Comunista foi o reflexo daquilo que o Senhor Presidente da Câmara me tinha dito e irei continuar a lutar por isso. -----

-----O Senhor Francisco Silva esteve a “dar-nos música”, porque falou muito mansinho, mas não estuda os trabalhos de casa. Quero-lhe dizer que concordo consigo quando referiu que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

os jovens roubam, mas sabe porque o fazem? Porque não querem trabalhar, vão para as praias destroem tudo, vão para o ringue de patinagem fazem fogueiras, vão para os contentores e incendeiam tudo, constato isso todos os dias.” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** deu os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Julgo que devemos ter respeito pelo trabalho que toda a gente faz, mas às vezes temos que puxar também um bocadinho dos “galões” relativamente àquilo que nós fazemos, não envolve obviamente uma crítica, mas terei que dizer que o que temos estado aqui a discutir é uma Carta Educativa, aquilo que reportamos da mesma do anterior Executivo, realmente não era uma Carta Educativa, esta é que é a realidade, logo não podia ser homologada pelo Ministério da Educação. -----

----- Não tenho mais nada a dizer sobre a mesma, os Senhores leiam-na, basta dizer que a proposta é meia página, onde tem, entre outras coisas que referi, a necessidade de uma Escola Básica Integrada em Barcarena, se isto é uma Carta Educativa, vamos lá ver se nos entendemos. Julgo que em vários momentos há distracções, houve alguma distracção na aprovação daquele documento.-----

----- Há razões para nos congratularmos, eu próprio e em nome do Executivo, dos funcionários da Câmara, dos técnicos que participaram e que elaboraram este documento, porque de uma forma geral a avaliação que é feita deste documento pelos Senhores Membros é positiva, naturalmente que nunca são documentos acabados, podem ser sempre melhorados, nessa perspectiva, como é óbvio, o documento anterior também foi importante, não podemos dizer que foi um exercício inútil, porque houve várias pessoas a trabalhar nele, muitas das pessoas que apresentaram esta foram as mesmas que trabalharam na outra, pura e simplesmente o que faltou foi uma orientação política ou estratégica, e que este documento agora tem.-----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Antas de Barros, o filme, pelos vistos, produziu o efeito que nós pretendíamos que produzisse, devo-vos dizer que ele foi apresentado

em reunião do Conselho Municipal de Educação com a Carta Educativa, foi uma atitude abusiva por parte dos responsáveis da Divisão de Educação trazerem o filme, nem eu sabia que o mesmo vinha aqui, sabia que ia ser feita uma apresentação, mas o filme até foi uma surpresa para mim, mas ainda bem que foi apresentado, porque foram atingidos os objectivos que se pretendiam. ----

-----Realmente a sociedade Portuguesa não é a Americana, nós ainda vivemos sob um estado de providência, os Estados Unidos não está de providência, quando se fala em participação dos cidadãos, uma coisa é a participação dos cidadãos em Portugal, os Portugueses na vida da comunidade, outra é a participação dos cidadãos Americanos na vida da comunidade, de facto, a participação nos Estados Unidos não tem nada a ver com a que existe em Portugal, lá há uma participação que parte dos próprios cidadãos. Em Portugal estamos naquela fase em que os poderes públicos é que têm que criar condições para a participação, têm que apelar à participação, têm que mobilizar as pessoas para que participem, é demagógico, porque de uma forma geral as pessoas, são absolutamente comodistas, só se forem buscá-las a casa é que participam, é obvio que temos que continuar a insistir, a fazer um esforço para que as pessoas participem na vida pública, designadamente, naquilo que lhes diz respeito, razão porque em Portugal se vêm muitos Ministros e Governantes, este filme não mostrava. Este filme tem uma lição pedagógica extraordinária para todos nós.-----

-----A avaliação e monitorização da Carta está bem patente, é um dos aspectos que naturalmente tem a ver com a necessidade de adaptação, mudança, não é de facto um documento estático.-----

-----No que respeita ao pré-escolar público cobrir as necessidades, foi aqui dito que havia uma cobertura de dezassete por cento do sector público, para onde vão as restantes crianças, é obvio que de acordo com este programa vamos aumentar a oferta pública, mas não significa que daqui a seis ou sete anos, temos que atender à natureza sociológica da população deste Concelho, apesar de nós aumentarmos, podermos duplicar/triplicar a oferta não significa que a percentagem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

suba, até pode diminuir, até pode haver situações que nós estamos a pensar que há uma carência enorme e de repente podemos ter um super avit, porquê? Porque está haver um movimento de construção de equipamentos no sector privado, que estão a absorver largos sectores de crianças para esses estabelecimentos. Nos últimos dois anos foram construídos novos estabelecimentos, um no Tagusparque, outro no Lagoas Parque, há neste momento pedidos na Câmara Municipal para construção de novos equipamentos, a oferta do privado também está a ser cada vez maior, essa referência não está aqui feita na Carta Educativa.

----- Por outro lado gostaria de chamar a atenção a nível dos complementos educativos, a propósito da utilização da piscina.

----- A Senhora Luísa Lisboa falou na questão da calendarização do investimento, quer a calendarização, quer o investimento, estão previstos nas páginas duzentos e trinta e duzentos e trinta e cinco. Nesse aspecto a situação é clara e está aí referida.

----- Por outro lado, é claro que um plano ou um programa tem sempre algo de utopia, de sonho, mas aquilo que nós estamos a apresentar não é nada que nós entendamos que não é possível construir, porque já na próxima quarta-feira, irão à reunião da Câmara Municipal três propostas das sete escolas que aqui estão referidas, para abertura de concurso público já com os projectos, caderno de encargos, programa do concurso.

----- Naturalmente que em simultâneo com a elaboração da Carta Educativa, Plano Estratégico, foi criado uma “task force” que é constituído por técnicos do Departamento de Assuntos Sociais e Culturais, Divisão de Educação, Gabinete de Desenvolvimento Municipal, Departamento de Infra-estruturas Municipais, PROQUAL e Divisão de Estudos e Projectos, e já estão a trabalhar há meses para chegarmos ao ponto em que nos encontramos neste momento, que é a existência já de três propostas prontas a serem aprovadas pela Câmara Municipal de Oeiras, significa que estamos já a trabalhar.

----- Por outro lado, sobre a escola, foi aqui falado pelo Senhor Antas de Barros a

propósito de não haver referências à comunidade, julgo que só por lapso se pode dizer isso, há várias referências à comunidade, neste novo conceito, porque realmente trata-se de um novo conceito de equipamento escolar, a comunidade é fundamental, obviamente que é a comunidade tal e qual, a nossa, não é a que estava naquele filme, este filme é um apontamento que mostra o que a comunidade organizada pode fazer, agora estamos a falar da nossa comunidade, as referências aí são mais que muitas ao papel e à participação da mesma.-----

-----Gostaria de dar um esclarecimento ao Senhor Daniel Branco que traduz uma preocupação. É nestes momentos que se vêm as nossas divergências, não me surpreendeu, ainda bem que o referiu.-----

----- Para a CDU o que interessa é o progresso do público, para mim não, o que me interessa é o progresso do Concelho, para mim o importante é o progresso do Município, da comunidade Oeirense, das pessoas que residem e que trabalham no Concelho de Oeiras. O que é fundamental é que eles possam usufruir, de acordo com as suas condições e necessidades, do equipamento público ou privado, e que ninguém seja prejudicado por não ter as condições económicas que permite usufruir de determinado equipamento, digamos que aí está naturalmente o papel do público, agora não estou preocupado se o público progride mais do que o privado, é bom que progridam em simultâneo, que o público seja capaz de satisfazer as necessidades daqueles que não têm condições de utilizar o privado.-----

-----O filme visa tentar espalhar o ilusório, ando a ouvir esse discurso há vinte e tal anos, tantos quantos tenho de Presidente da Câmara, muitas coisas que os comunistas neste Concelho consideravam ilusórios, são hoje felizes realidades. Olhem para as Câmaras governadas pelo Partido Comunista e vejam as ilusões que lá existem. Mais uma vez gostaria de dizer que também há muita coisa que fizemos aqui no Concelho de Oeiras, que também era considerado ilusório, hoje é uma realidade. -----

-----Alguns dos Senhores Membros falaram na localização destes equipamentos. No



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

filme foi necessário adquirir edifícios, também são realidades territoriais diferentes, no nosso caso é engraçado, porque antes do Senhor Daniel Branco ter usado da palavra, eu próprio na primeira intervenção que aqui fiz disse que não excluía a possibilidade, no caso da Cruz Quebrada, de poder adquirir alguns edifícios que permitissem a ampliação daquele terreno, fiz essa afirmação aqui. Dos terrenos que estão indicados, o único terreno que é periférico é o de Carnaxide. Num contexto de transformações extraordinárias como aquelas que são apresentadas na Carta Educativa, dizer que os terrenos são periféricos não é verdade, o único periférico é o de Carnaxide, o Senhor Daniel Branco pode ter é uma concepção absolutamente absurda do Ordenamento do Território, porque onde a Câmara Municipal quer fazer a escola de Barcarena, é exactamente no Centro Geodésico de Queluz/Barcarena/Tercena, exactamente onde as populações o querem, no centro da Freguesia de Barcarena. Afirmar cada vez que se faz uma escola que vai para fora do aglomerado, de facto, é por essas e por outras que o que cada um diz tem a credibilidade que tem, se fossem mais rigorosos provavelmente a credibilidade seria outra.

----- Devo-vos dizer que da nossa parte não houve qualquer pressa na aprovação desta Carta, realmente temos consciência que por parte do Governo, da Senhora Ministra da Educação há um empenho que as Cartas Educativas sejam apresentadas pelas Câmaras Municipais, da nossa parte fizemos um esforço no sentido de acelerar este processo, digamos que não foi pelo facto de haver esta aceleração que a Carta no seu contexto, no seu conteúdo, em termos de materiais, que ela está porventura diminuída.-----

----- Manifestações como aquela que aqui foi referida que o pessoal de Vila Fria veio cá todo, não veio nada, vieram cá quatro/cinco pais, que exagero, temos sempre uma tendência para tomar a parte como um todo, expor uma situação legitimamente, fizeram muito bem em vir com certeza, mas foram quatro ou cinco, não foi a população de Vila Fria. -----

----- Era importante, julgo que as reuniões da Assembleia Municipal e não só, através dos requerimentos, até porque há Membros que têm esse cuidado, que é o de não falarem sem

saberem, deve haver a preocupação de recolher informação, depois em função da informação ajuizar.

-----Julgo que também foi o Senhor Daniel Branco que disse que relativamente há Joaquim Moreira Rato, na Carta Educativa não está lá nada sobre o infantário que o Presidente da Câmara disse que iria para lá. Pois não, nem tem que estar, por uma razão muito simples, não é um infantário público, é de uma IPSS, uma Instituição Particular de Solidariedade Social, já foi aprovada pela Câmara Municipal a deliberação que entrega aquele edifício, à Ajuda de Mãe ou Ajuda de Berço que é quem vai gerir o infantário, aliás não é infantário, é uma creche, que vai funcionar na Escola Joaquim Moreira Rato. De maneira que se o Senhor tivesse perguntado antes teria sido desnecessário fazer o comentário que fez.

-----Devo-lhe dizer que a Carta Educativa independentemente da aprovação aqui na Assembleia Municipal, ela segue para o Ministério da Educação, irá ser ainda debatida também nas redes sociais de freguesia, são documentos que ainda irão ser discutidos.

-----Aqui há um tempo atrás dizia-se que Barcarena não tinha uma Escola Básica Integrada. Agora dizem que não tem uma Secundária. Pois não tem uma coisa, nem outra, porque o Ministério da Educação sempre entendeu que não havia o número de alunos suficientes que justificasse a construção de uma Escola Básica Integrada e, muito menos uma Secundária na zona de Barcarena. A Câmara Municipal já fez um avanço extraordinário, ao defender uma Escola Básica Integrada naquela área, ao obter de alguma forma concordância tácita se a Carta Educativa for homologada pelo Ministério da Educação sem reservas, lá estará a possibilidade de se fazer a Escola Básica Integrada em Barcarena.

-----Não há referências à Cooperativa de São Pedro, pois não, porque também é uma IPSS, não fazemos aqui referência a todos os equipamentos escolares e sociais existentes no Concelho.

-----O Senhor José Ferreira referiu que finalmente chegou a vez da prioridade para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

educação, tem toda a razão, estou inteiramente de acordo consigo, é uma política prioritária para os próximos anos, o que não significa que não tenha havido investimento e, foi muito nos últimos anos, já disse várias vezes que o nosso modelo não é igual a nenhum outro Município, temos muito a aprender com os Municípios deste País, sectorialmente, mas o nosso modelo não é igual a nenhum outro, nós queremos fazer melhor do que se faz por este País, queremos fazer melhor ou tão bem daquilo que se faz no estrangeiro, o que significa que em termos comparativos com os Municípios à nossa volta, em termos de educação não estamos piores do que eles, estamos melhor.

----- Lembro-lhe, a propósito da política socrática, terei oportunidade de o esclarecer melhor nesta questão, não se descurou da educação, pelo contrário, houve milhões e milhões de euros de investimento em equipamentos educativos, mais, este Município fez investimentos que eram da exclusiva responsabilidade do Estado, nas Escolas Preparatórias e Secundárias, construídas pela Câmara Municipal, fomos pioneiros a nível nacional nessa matéria, quando a maior parte dos Municípios diziam que isso era um problema do Governo, que as Câmaras não se metessem nisso, não era só nisso, habitação social, etc., o que acontece é que se procuramos actuar em todas as dimensões das atribuições e competências do Município.

----- Tivemos áreas prioritárias, é óbvio que nós tivemos uma grande prioridade neste Concelho, resolver o problema das barracas existentes no Município, erradicar as barracas foi um objectivo prioritário e estruturante de toda a política deste Município, ainda bem que foi, porque como já tive oportunidade de dizer esse é um problema não só de natureza humanitária, de defesa da dignidade da família, mas também um problema de saúde, ordenamento do território, educação, segurança, tem essas implicações todas, o Concelho que hoje somos seria completamente diferente se porventura nós não tivéssemos seguido essa política, olhemos para os Municípios que tiveram políticas diferentes aqui há nossa volta bem perto. Só que agora vamos reforçar o nosso investimento na área da educação.

-----O PDM, a sua revisão é uma prioridade, mas como sabem a média de aprovação dos PDM's está na ordem dos sete a dez anos, portanto, a Câmara Municipal vai acelerar os trabalhos de revisão do PDM, não vai ser pela Câmara Municipal, de resto a Assembleia Municipal tem uma Comissão de Acompanhamento, serão devidamente informados à medida que os trabalhos evoluírem, mas não tenham dúvidas que o grande problema vai ser na discussão com a Administração Central e chegar a acordo com a mesma. -----

-----Garantias para os transportes e para a segurança. A segurança como sabem é um problema global, de qualquer modo também em matéria de segurança todos os indicadores que temos ao nível da segurança têm-se traduzido em melhorias significativas no nosso Concelho, ou seja, os indicadores de segurança hoje no Concelho de Oeiras não têm nada a ver com o que era há dez/quinze anos atrás, enquanto que em outros Municípios está a piorar, no caso de Oeiras temos vindo a melhorar, não tenham dúvidas que isto tem a ver fortemente com a política que a Câmara Municipal de Oeiras tem em matéria de habitação, não tenhamos ilusões, foi fundamental.-----

-----No que toca aos transportes públicos. A partir de um de Junho até vamos ter mais uma situação inovadora, transportes públicos gratuito para populações carenciadas. Idosos com mais de sessenta anos, jovens com menos de dezoito anos com rendimentos abaixo do salário mínimo social, passarão a circular gratuitamente nesse transporte, até três salários mínimos sociais pagarão dez euros, até dois salários mínimos cinco euros por mês.-----

-----Este projecto foi apresentado na quarta-feira em Carnaxide, e até dois mil e nove teremos cobertas as dez freguesias com esse transporte, de qualquer modo, temos transportes públicos concessionados aqui no Concelho. Às vezes empolamos as coisas, falamos em segurança, até parece que é verdade, mas não é assim. -----

-----Por outro lado referiu uma questão relativamente à qual sempre que se fala nessas circunstâncias, diria que é pretexto. De facto, para o Presidente da Câmara e todos aqueles que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

estão envolvidos nesse processo, realmente com muito orgulho, grande auto-satisfação, possam realmente puxar dos “galões” nessa matéria. O Senhor foi dos tais que chamou a atenção para os erros, afirmou-o hoje, do Executivo em matéria de realojamento, erros! Mas que erros? Se a nível nacional e internacional, o Município de Oeiras, recebe os maiores encómios em matéria de realojamento, ao nível dos Bairros Municipais. -----

----- É conhecido por todos aqueles que estudam a dinâmica dos Bairros Municipais, que os primeiros quatro/cinco anos têm alguma dificuldade de adaptação, conhecimento, relações que se estabelece entre as pessoas, depois vai estabilizando até que chega a uma situação que a vivência do bairro é normal, onde existem dois/três/quatro mil pessoas, não há erros nessa matéria, obviamente só não faz erros quem não constrói, mas aqui o erro seria não realojar as famílias.-----

----- Ainda um destes dias fui almoçar com um grupo de autarcas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe ao Hotel do Lagoas Parque, disse-lhes que aqueles edifícios eram de habitação social, não acreditaram, acharam que aquilo era uma coisa extraordinária.-----

----- Qualquer dos Bairros Municipais da Câmara são um exemplo a nível nacional e a nível do estrangeiro.-----

----- Quando falamos com todos os Municípios que têm experiências desta natureza dizem o melhor, não há nada como perguntarem às famílias que lá vivem, mesmo quando as vezes vêm com alguns fantasmas em que tentam manipular vergonhosamente as pessoas, porque não há nada mais injusto do que estar a utilizar o sentimento de injustiça ou de algum oportunismo que muitas vezes as pessoas têm, na questão do pagamento de uma renda. A “montanha pariu um rato”, tanta coisa com o aumento das rendas, o que realmente aconteceu é que a Câmara Municipal fez um ajustamento, houve rendas que subiram, outras que desceram, aliás mensalmente a Câmara Municipal faz reajustamentos às rendas, tem que o fazer, porque as casas foram construídas com dinheiros públicos, há muita gente ainda que precisa de casa, têm que ser

feitas actualizações de rendas, mas há quem tente manipular o descontentamento das pessoas, mas a verdade vem sempre ao de cima, aquilo que estavam à espera que fosse um movimento avassalador contra a Câmara, a questão das rendas, morreu, tinha que morrer porque não tinha razão nenhuma, porque se há alguém que tem reconhecimento pelo nosso trabalho são os moradores dos Bairros Municipais, sei que isto às vezes é difícil de ouvir, sobretudo para quem não tem experiência, para quem vive bem, para quem não tem problemas, agora quem tem problemas, quem viveu nas barracas durante muitos anos, quem não teve privacidade, quem teve problemas de saúde, sabe exactamente. -----

-----Ainda existe o problema da educação, que é essencial, porque a educação num bairro de barracas é um, quando se muda para um bairro social é outro, porque a família passa a ter um projecto de vida novo, de maneira que faz bem a qualquer um ir a um Bairro Municipal aprender mesmo a ser educado com as pessoas, é fundamental, não conhecem, porque se conhecessem falavam de outra maneira. -----

-----Caso do Pátio dos Cavaleiros para libertar espaços, descompressão, etc. O Senhor Daniel Branco está enganado, porque se se informasse também era esclarecido, o Pátio dos Cavaleiros está emparedado não para adquirir espaço, porque felizmente o Senhor errou o alvo, desafio-o a mostrar-me em Portugal um único bairro, não um Bairro Municipal, um qualquer particular que tenha a qualidade e a dimensão dos equipamentos que tem o bairro que acabou de falar, em Portugal qualquer bairro, qualquer cidade, qualquer Município, para a mesma população em termos de quantidade e qualidade, que tenha os mesmos equipamentos que o Bairro de Outurela tem! Foi esse precisamente que o Senhor foi escolher. Porque é que está emparedado para ser demolido? Exactamente porque esta Câmara é exigente, porque já estamos numa segunda geração de habitação social.-----

----- O Senhor tinha obrigação de saber, porque acho que já era membro da Assembleia Municipal na altura, aquele bairro foi construído em mil novecentos e oitenta e sete, na altura,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

em seis meses, num tempo recorde, para realojar as famílias que viviam no Alto dos Agudinhos, quando se iniciou a auto-estrada do Estádio Nacional para Cascais, houve um esforço enorme para realojar essas famílias.-----

----- A Câmara assumiu essa questão, uma Câmara que fez cinco mil fogos, realojou cinco mil famílias, fazer um bairro com sessenta famílias, sessenta apartamentos, que a partir de determinado momento começou a demonstrar determinadas patologias no edifício edificado, com infiltrações, humidades de água, etc., chegámos à conclusão que tínhamos condições de fazer a inclusão daquele edifício, o edifício vai ser demolido.-----

----- Quanto às famílias essas é que são importantes, as mesmas já foram todas realojadas, mas no local desse edifício vai nascer um Centro de Formação Profissional, Centro Multiusos para Formação Profissional e Intervenção Social, que irá ser gerido em parte pela Doutora Iolanda Lourenço, Projecto Família Global, logo que esteja finalizado vamos abrir concurso público para fazer esse grande equipamento social também em Outurela, vai ter campo de futebol relvado, pavilhão desportivo que tem piscina, creche, infantário, vai ser inaugurado dentro de pouco tempo um Lar para a Terceira Idade, Centro de Dia, é este o Bairro Municipal de Outurela.-----

----- O Pátio dos Cavaleiros vai ser demolido, não para fazer a vontade ao Senhor Daniel Branco, para alargamento do espaço, para descompressão, porque por acaso escolheu um péssimo exemplo, se há bairro com planeamento devidamente organizado com espaços livres, com jardins extraordinários é exactamente aquele bairro. -----

----- Os planos de comunicação, são planos que vão no sentido daquilo que o Senhor Daniel Branco referiu, tem a ver com a participação, planos que visam garantir a participação, envolvimento dos professores, alunos, Associações de Pais, da comunidade em geral e, de uma série de parceiros com interferência no processo, Agrupamentos de Escolas, Juntas de Freguesia, Conselho Municipal de Educação, etc. -----

-----O Senhor Arlindo Barradas colocou um problema que não é novidade para mim, porque já tive oportunidade de me aperceber, nalguns casos, dessa situação. Há realmente alguns infantários e creches sedeados em Bairros Municipais, que foram construídos, fundamentalmente, para apoiar as famílias residentes nesses bairros. Esses equipamentos estão entregues a Instituições Particulares de Solidariedade Social, por razões que têm a ver com custos torna-se difícil a acessibilidade de fracos recursos a essas situações. São muitas vezes filhos de agregados familiares de fora dos bairros que estão a usufruir desses equipamentos. É uma questão que está a merecer a atenção da Câmara Municipal, já estamos a tratar disso com as IPSS's, para ver se conseguimos encontrar uma solução que permita realmente um maior equilíbrio, de maneira que esses estabelecimentos venham a acolher essas famílias. -----

-----O Senhor Francisco Silva tem a mesma legitimidade que eu, e de todos nós, para expor as situações conforme entenda, naturalmente que cada um utiliza a experiência e o conhecimento que tem. Falou em comunidade fracturada ou menos fracturada daqui a vinte anos do que é hoje, sou optimista, realmente acho que aqui no Concelho temos uma comunidade cada vez menos fracturada, já foi mais do que é, portanto, é nesse sentido que todos nós trabalhamos, aquilo que acabei de dizer a propósito da habitação é um bom exemplo de como se dão contributos para que tenhamos uma sociedade menos fracturada. -----

-----Quanto às escolas que estão degradadas, é verdade, algumas estão mais que outras, umas melhores, outras piores, naturalmente talvez por isso apresentámos um plano estratégico que visa uma intervenção geral em todas elas. -----

-----Mas há alguns pontos que estou de acordo com o Senhor Membro do Bloco de Esquerda, quando referiu algumas questões relativamente à vergonha, moral e alguns valores. ---

-----Já discordo que os Cabo Verdeanos do Concelho e fora do mesmo, se estão satisfeitos ou insatisfeitos. Enquanto Presidente da Câmara não me preocupo com os de fora, tenho que me preocupar com os de dentro, só me preocupo com os Cabo Verdeanos, Angolanos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

São Tomenses daqui do Concelho de Oeiras, os que estão fora não tenho preocupação nenhuma.

----- Em relação aos terrenos esse é outro aspecto. Os responsáveis do Bloco de Esquerda quando foi a situação da Joaquim Moreira Rato, diria que irresponsáveis, porque se fossem responsáveis não diriam isso. Ouvi responsáveis do Bloco de Esquerda que deram algumas entrevistas aos jornais dizendo que aquela escola iria ser desactivada para dar corpo à especulação imobiliária que grassava aqui no Concelho, se isto é um responsável de um partido político, é um grande responsável, esse grande irresponsável enganou-se, porque não está na Câmara, não está lá instalado qualquer outro equipamento, já tive oportunidade de responder a essa questão e o que é que lá vai ficar.-----

----- No que respeita a outras escolas, em princípio, como ainda estamos numa fase que carecemos de equipamento, é bem provável que na generalidade esses estabelecimentos possam ser utilizados para equipamento social, mas não vinha nenhum mal ao Mundo se fossem utilizados para outros, a Câmara Municipal utilizará naquilo que naturalmente for adequado, aí está a Assembleia Municipal para manifestar a sua posição, a favor ou contra dessas circunstâncias, devo-vos dizer que no estado em que nos encontramos se houvesse mais escolas para desactivar, não faltaria equipamento para lá instalarmos. Ainda precisamos de muito equipamento social, cultural, etc., para utilizar nesse tipo de estabelecimentos. -----

----- Fez aqui uma afirmação interessante, a Carta Educativa reflectia as políticas educativas do José Sócrates, inspirado na política socialista. Às vezes podem chamar-me um bocadinho vaidoso, mas muita gente não é capaz de questionar porque é que em Oeiras temos tido sucesso em muitas políticas, engracado, não há maneira de aprenderem, cometem sempre os mesmos erros durante anos, não se questionam, vêm que o Concelho progride, muitas vezes nem se apercebem e não perguntam: “Mas porquê? Porque será? Porque é que Oeiras consegue ter estes equipamentos e os outros não conseguem?”.-----

----- Em mil novecentos e oitenta e seis fiz uma visita à Alemanha integrado num grupo

de autarcas. Visitei representantes do Estado Federal, Estado Federado da Região Administrativa, do kraise, que é uma espécie de Associação de Municípios e os Municípios propriamente ditos. Uma coisa que achei extraordinário foi numa conversa com o Presidente do Governo de Nova Westefalia, ele que era de um partido opositor ao Governo Federal, dizia que em matéria ambiental, porque era uma questão inserida nas matérias ambientais, o Governo de Nova Westefalia iria cumprir rigorosamente aquilo que eram as prioridades do Governo Federal, entretanto sou recebido na região do Düsseldorf, o Presidente de lá diz que as prioridades do Governo Estadual, em matéria de ambiente eram estas e estas, portanto, são as nossas prioridades, o Kraise exactamente as mesmas prioridades, o que é interessante, porque demonstra um estado evolutivo em termos democráticos, extraordinário, em que desde a Câmara Municipal ao Estado, passando pela Região, por o Estado Nacional ao Estado Federal, todos puxam para o mesmo lado em matéria ambiental, no que respeita àquele princípio. -----

-----O que é que a Câmara Municipal de Oeiras tem feito ao longo dos anos? -----

-----A nível da educação, a Câmara construiu várias Escolas Secundárias, Preparatórias, nove Pavilhões Desportivos. -----

-----As prioridades do Governo vão neste sentido? Então nós também vamos, razão porque nos anos oitenta/noventa apostámos no PRODEP, fez-se a Escola de Música de Linda-a-Velha, Secundárias, Preparatórias e arrancou-se com os Pavilhões Desportivos, obtivemos o financiamento do Estado, agora a prioridade é o ambiente, arrancámos com a primeira Estação de Reciclagem do País de Vila Fria, conseguimos a aquisição de vário equipamento, fizemos a aquisição e recuperação da Fábrica da Pólvora de Barcarena indo buscar os fundos ao CONVER – Programa de Reconversão das Indústrias de Defesa, o que é que isto significa? -----

-----A Câmara de Oeiras nunca esteve em oposição a qualquer Governo, pelo contrário, sempre defendeu a cooperação com os Governos, fossem eles quais fossem, até convidámos Ministros, Primeiro-Ministros e Membros do Governo a inaugurem obras e equipamentos para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

os quais o Governo nunca deu um tostão, nós entendemos que é importante que eles vejam o que estamos a fazer, razão porque se porventura alguns dos Senhores Membros vêm aqui como leigos de articulação da Carta Educativa com o Governo do Senhor Engenheiro Sócrates, sinceramente fico satisfeito, porque significa que estamos na onda de naturalmente seguir captar o melhor para o nosso Concelho, aí sim, naturalmente estamos sintonizados, as coisas vão funcionar melhor. -----

----- Quanto ao filme, no fundo ao qual apelidou de propaganda política, pensará ele: “Porque é que o Presidente da Câmara me está a dar tanta importância?”, mas a verdade é esta, sei que na realidade este Senhor do Bloco de Esquerda, gostava de apresentar um filme como este, porque realmente tem muito que se lhe diga, mas falta-lhes arte e engenho para isso.-----

----- Finalmente o problema que o Senhor Pedro Almeida referiu da Carta Educativa ser um certificado de falhanço na política dos meus Executivos, acho que acabei de responder a essa questão, quando a Câmara se envolve no PRODEP, quando a Câmara faz aquilo que os Governos deviam fazer. Agora o problema é este, não é falhanço, nós queremos é fazer mais, melhor, razão porque agora a política educativa é uma prioridade. -----

----- Quanto à questão dos alunos que beneficiaram da piscina de Outurela, é uma orientação da Câmara que as piscinas sejam utilizadas pelas crianças das escolas, deixaram de utilizar desde o ano passado com os complementos educativos, porque não há horário para facilitar isso, é uma questão que estamos a utilizar para ver se conseguimos compatibilizar, é um problema que tem mais a ver com os professores do que propriamente com a Câmara. -----

----- Os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Algés e Queijas numa altura qualquer em que queiram discutir a descriminação, estou pronta porque também tenho uma certa curiosidade em ouvir a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Algés esclarecer esta Assembleia Municipal onde é que se sente descriminada, fico a aguardar que numa das próximas Assembleias nos traga cá essa questão. -----

-----O Senhor Macieira Coelho referiu-se à questão do terreno da Escola Amélia Rey Colaço. O professor que o informou, está muito mal informado, aquele terreno é da Câmara Municipal, não tem nenhum problema em Tribunal, a ideia é de ali se construir também equipamento do Primeiro Ciclo e Infantário, acontece que não houve ainda oportunidade para o fazer. Já houve algumas sondagens, possibilidades da Escola Gonçalves Zarco poder ser desactivada também e poder passar lá para cima. Julgo que no nosso Plano está prevista uma escola para lá, o Senhor talvez não tenha prestado a devida atenção, neste terreno está prevista uma escola do primeiro ciclo. O professor que o recebeu não está devidamente informado. -----

-----A Câmara pode limpar, mas o problema não é esse, a quem compete limpar é à escola, porque é uma Escola Secundária que está lá, a Câmara Municipal não vai limpar todas as Escolas Secundárias, essa é uma competência da DREL.” -----

-----O **Senhor Arnaldo Pereira (CDU)** fez o seguinte Pedido de Esclarecimento: -----

-----“O pedido de esclarecimento que tenho a fazer ao Senhor Presidente da Câmara que é importante para terminar o nosso sentido de voto é o seguinte. -----

-----O Senhor Presidente afirmou que após eventual aprovação desta Carta Educativa pela Assembleia Municipal, a mesma seguirá a rede das freguesias, estou a utilizar a sua expressão, para discussão, reformulação, sugestões e propostas, a pergunta que faço é qual é a consequência desse procedimento? Esse procedimento terá implicações ao nível da reformulação e alteração da Carta Educativa? Só então será enviada para homologação, tendo que regressar necessariamente após essas alterações à Assembleia Municipal? Ou se esse procedimento não tem consequências ou utilidade alguma. -----

-----Queria também aproveitar esta oportunidade para manifestar aqui um protesto. O Senhor Presidente disse que temos uma concepção muito singular no progresso, o progresso do Concelho não é o mesmo dos serviços públicos, para utilizar a sua expressão, nós queremos dizer aqui muito claramente que consideramos inseparável o progresso integrado deste Concelho, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

reforço, melhoria e qualidade do serviço público, seja ao nível da educação, saúde, a todos os níveis, aliás isto vem com outra questão que foi referida pelo Senhor Presidente de maneira muito clara, basta depois ver a acta, considerando o serviço público uma espécie de serviço residual para pobrezinhos no que à educação diz respeito. Para nós um serviço público na área da educação não é para pobrezinhos, nem é um serviço residual, acontece aqui uma discrepância entre a percentagem do serviço público, no que diz respeito ao pré-escolar, que é oitenta e cinco por cento contra quinze por cento, depois é claramente diversa no primeiro ciclo do ensino básico, como a própria Carta Educativa reconhece, uma falta de resposta ainda do serviço público ao nível do pré-escolar.” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** deu o seguinte esclarecimento:-----

----- “Apenas posso manifestar aqui a minha perplexidade pela intervenção do Senhor Arnaldo Pereira, porque disse precisamente o contrário do que eu estive aqui a dizer, deve ter estado distraído. -----

----- Primeiro não falei em serviço público, mas sim sector público, o que referi é que o serviço público é cada vez melhor, estamos todos de acordo, referi sector público e sector privado, não estava preocupado sobre a dimensão do público e da do privado, o que era importante é que a nível do Concelho houvesse progresso fosse público ou privado.-----

----- Quanto à questão residual, esta Carta Educativa, o investimento que esta Câmara se propõe fazer desmente tudo o que acabou de dizer. -----

----- Quanto à questão da discussão ou da participação, naturalmente que a ideia é que este documento seja circulado, já se estão a fazer contactos nesse sentido, ao nível da rede social das freguesias, como a ideia é enviar este documento imediatamente para o Ministério da Educação, visto que está prevista uma homologação até ao fim do mês, naturalmente, que a Câmara Municipal não vai estar à espera de outras achegas, até por uma razão, nessa altura teria que se mandar novamente aqui à Assembleia Municipal, o que posso garantir se isso o

tranquiliza, é que depois fazia-se a avaliação.-----

-----Nós temos um documento concluído, é uma proposta que visa determinados objectivos, tem uma calendarização, investimento, com determinado conteúdo, pode acontecer e estou a dar um exemplo, estamos aqui a apontar para fazer a escola num determinado terreno, esse terreno ainda não é posse da Câmara, pode acontecer que surja um outro terreno, se isso acontecer a Câmara Municipal vai sugerir ao Ministério da Educação que até temos aquele terreno e com melhores condições.-----

-----Se nos chegarem ideias luminosas e positivas que justifiquem a sua alteração, não tenha dúvidas que nós sugeriremos, claro que não é de quinze em quinze dias que se vai fazer alterações, mas no final do ano quando se vai fazer a avaliação com certeza que não deixaremos de introduzir, até porque como sabe um processo de participação é moroso. -----

-----Esta questão discutida na rede social das freguesias pode andar por lá dois/três/quatro meses. Esses contributos serão naturalmente acolhidos pela Câmara Municipal, serão apresentados à Assembleia Municipal, no momento em que se faz a avaliação, ou seja, daqui a um ano estaremos em condições de poder fazer alterações, isso é um compromisso que posso assumir.” -----

4.1.1. VOTAÇÃO -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria com trinta e um votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais a Frente, oito do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista, cinco votos contra, sendo três da Coligação Democrática Unitária, dois do BE e duas abstenções do Partido Social Democrata. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----DELIBERAÇÃO N.º 23/2007 -----

PROPOSTA C.M.O N.º 472/07 – APROVAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

OEIRAS -----

A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quatrocentos e setenta e dois barra zero sete, a que se refere a deliberação número oito da Reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e seis de Abril de dois mil e sete e deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Isaltino Oeiras Mais à Frente, oito do Partido Social Democrata e sete do Partido Socialista, duas abstenções do Partido Social Democrata e cinco votos contra, sendo três da Coligação Democrática Unitária e dois do Bloco de Esquerda, aprovar a Carta Educativa do Concelho de Oeiras.-----

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.” -----

4.1.1.1. Declaração de voto do Senhor Francisco Silva (BE) -----

----- “Concordo que as escolas sejam boas, não é o ensino em si, mas a educação seja péssima.-----

----- Ser o melhor da cauda da Europa para mim não chega, isso é apontar para o ridículo.

----- O Bloco de Esquerda não vota ao lado de propostas de ataque ao tecido social e às pessoas que o formam, principalmente directivas socialistas que têm feito tanto contra o Governo, os jovens querem trabalhar, dêem-lhes oportunidades iguais como lhes prometem nas campanhas eleitorais, os jovens merecem não ser vistos com os olhos do preconceito e da demagogia mais primária. -----

----- Voto como penso, falo e sinto, irresponsável seria proceder de um outro modo, não estou aqui para entreter ninguém, com protagonismo, não aceito que digam o quero ou não, porque essa fase da minha educação já passou há muito tempo, os meus pais fizeram questão de me dar.”-----

4.1.1.2. Declaração de voto do Senhor Daniel Branco (CDU) -----

----- “Nós votamos contra, não por estarmos contra a Carta Educativa, mas porque estamos contra o processo de não participação da população na discussão desta Carta Educativa.

É nossa convicção que isto irá ter reflexos complicados na vida das populações, quando elas se forem debruçar sobre as novas localizações propostas.”-----

4.1.1.3. Declaração de voto da Senhora Luísa Lisboa (PS) -----

----- “O Partido Socialista votou favoravelmente a aprovação da Carta Educativa, porque não obstante alguns pontos menos positivos que enunciámos, eles não são em si matéria suficiente para impedir que um documento desta importância, pelo qual o PS se vai debatendo desde o início, possa ser apresentado à DREL para homologação.-----

----- Entende que a sua não aprovação neste momento impediria ser homologada em tempo útil por forma a poder o Município, apresentar a candidatura de financiamentos previstos no QREN, o que constituiria um obstáculo à prossecução de um projecto que estamos certos constitui motor determinante do desenvolvimento do Concelho de Oeiras. -----

-----Conscientes estamos das nossas responsabilidades enquanto autarcas eleitos, por isso, apresentamos a seguinte recomendação. -----

-----Voltamos aquilo que dissemos na nossa intervenção anterior, a debatermo-nos por aquilo que é um quadro de financiamento que não consideramos que seja este que está aqui neste documento, nem a calendarização, levantamento dos dados relativos ao ensino especial. -----

-----Sabemos que a Câmara já pediu esses dados à DREL que não chegaram em tempo, mas enquanto autarcas temos o dever de dentro do princípio que é a melhor educação no Concelho de Oeiras, continuar a pedir esses dados e trabalhá-los utilizando-os.” -----

4.1.1.4. Declaração de voto do Senhor Levy Nunes (PSD) -----

-----“Só ontem fui convocado e só hoje tive a documentação, não conheço a pauta. -----

-----Se me abstive não é contra o projecto em si, é efectivamente sobre um pormenor que para mim é por maior.-----

-----Sou natural da Cruz Quebrada, durante vinte anos, não fui assim tão bom como os Americanos, mas vivi numa comunidade, foi essa comunidade que manteve uma escola, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

manteve uma série de actividades circunsescolares, é com muita tristeza que hoje vejo que a Cruz Quebrada/Dafundo é a mais pequena das freguesias do Concelho de Oeiras, mas tem uma população que é maior que alguns Concelhos e será a única freguesia do Concelho de Oeiras que não tem no seu território uma escola de instrução primária, foi esse o motivo. -----

----- De modo algum há agressividade da minha parte sobre este trabalho, quem sou eu, se não o li, mas é lamentar-me sobre a situação, a terra onde nasci vai deixar de ter escola, quando ela efectivamente teve uma escola que foi comunitária, depois a Câmara fez uma outra escola, a nossa que tinha cento e muitas crianças foi fechada, agora até a da Câmara é fechada, e, a do Dafundo também, quando penso na ideia que me deu o Senhor Presidente que a Gonçalves Zarco poderia ser desactivada e passar para ao pé da Rainha Dona Amélia, na Gonçalves Zarco iria ser feita uma escola do primeiro ciclo, sempre ficaria dentro do território da freguesia da Cruz Quebrada/Dafundo.”-----

4.1.1.5. Declaração de voto do Senhor Jorge Pracana (PSD) -----

----- “Não há de facto progressos sem educação, por isso mesmo o PSD não podia deixar de votar favoravelmente aquilo que considera importante e um poderosíssimo instrumento para este Concelho nessa área.”-----

4.2. Designação dos Representantes a que se referem as alíneas a) e c) do Número 2, do Artigo 25.º, dos Estatutos do SATU -----

----- O Senhor Jorge Pracana (PSD) referiu o seguinte.-----

----- “Uma informação prévia antes de entrar neste ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- Dadas as minhas funções no Órgão Social do SATUO ausento-me da sala e não participarei da votação.” -----

----- A Senhora Jane de Carvalho (BE) referiu o seguinte.-----

----- “Posso fazer um esclarecimento prévio? -----

----- Gostaria de dizer que a Bancada do BE não vai participar na votação, porque entende

que votar e eleger alguém para participar desse Conselho é legitimar um Órgão que segundo acabei de saber aqui, pelo documento da Inspecção Geral de Finanças, pela auditoria feita à Câmara Municipal, que é um Órgão que nós não vamos legitimar e votar, porque nós não concordamos. A auditoria além de confirmar as denúncias que nós já fazemos há mais de três anos, dessas denúncias que a selecção do parecer privado não teve por base os princípios gerais da concorrência e da transparência, não existindo evidências de terem sido consultadas outras entidades para poderem entrar nesse processo, não foi realizada qualquer análise do custo de benefício, etc., estou a explicar-vos porque é que não vamos votar, tenho esse direito, não perceberam, preciso de esclarecer que não vou legitimar tudo o que aqui está escrito. -----

-----Foi utilizado um recurso de efectivação de prestações acessórias em espécie, que acaba por ser uma forma de contornar o quadro legal em matéria de contratação pública prevista especificamente para as entidades que exercem a sua actividade.” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M.** interrompeu dizendo o seguinte:-----

-----“A Senhora desculpe, mas não está em discussão o relatório.”-----

-----**A Senhora Jane de Carvalho (BE)** referiu o seguinte:-----

-----“Não estou a falar do relatório”.-----

-----**Senhor Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Temos duas propostas com a letra “A”, uma proposta para o representante da Assembleia Municipal, a outra é para os três cidadãos que utilizam o SATUO, têm as duas a letra “A”, a proposta para o representante da Assembleia Municipal tem a cor rosa, a outra tem a cor azul.-----

-----A proposta para a alínea c), do número vinte e cinco:-----

----- Salvador António Martins Bastos Costeira; -----

----- Arlindo Pereira Barradas;-----

----- Joaquim António Henriques Ribeiro da Conceição.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Proposta para o representante da Assembleia Municipal: -----

----- - Carlos Ataíde Serranho.-----

----- Ambas têm a letra “A”, porque são duas votações.” -----

4.2.1. VOTAÇÃO -----

----- Procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo-se obtido o seguinte resultado:---

----- Três representantes dos utilizadores do SATUO, foram eleitos com trinta e um votos a favor, dois nulos e dois brancos.-----

----- O representante da Assembleia Municipal, trinta votos a favor, três nulos e dois brancos.-----

----- Estas deliberações foram aprovadas em minuta, a qual se dá por transcrita. -----

----- DELIBERAÇÃO N.º 24/2007 -----

-----“ELEIÇÃO DOS TRÊS REPRESENTANTES DOS UTENTES DO SATUO A DESIGNAR PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, CONFORME REFERE A ALINEA C) DO NÚMERO DOIS, DO ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO, DOS ESTATUTOS DO SATUO-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do Ofício da Câmara Municipal de Oeiras número dez mil e setecentos, datado de sete de Março do corrente e deliberou, através de escrutínio secreto, com trinta e um votos a favor, dois votos em branco e dois votos nulos, aprovar a Lista Única, que indica os Senhores: -----

----- Salvador António Martins Bastos Costeira;-----

----- Arlindo Pereira Barradas; -----

----- Joaquim António Henriques Ribeiro da Conceição, como representantes dos utentes no Conselho Geral do SATUO.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.” -----

----- “DELIBERAÇÃO N.º 25/2007 -----

-----“ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICIPIO DE OEIRAS, RESIDENTE NO

**SEU TERRITÓRIO, A DESIGNAR PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, CONFORME REFERE
A ALINEA A) DO NÚMERO DOIS, DO ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO, DOS ESTATUTOS DO
SATUO-----**

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do Oficio da Câmara Municipal de Oeiras número dez mil e setecentos, datado de sete de Março do corrente e deliberou, através de escrutínio secreto, com trinta votos a favor, dois votos em branco e três votos nulos, aprovar a Lista Única, que indica o Senhor Carlos Ataíde Serrenho, como representante do Município de Oeiras no Conselho Geral do SATUO. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.” -----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

5.1. O Senhor Jorge Guimarães – morador na Rua de Macau – Oeiras disse o seguinte:-----

-----“Há sensivelmente três meses estive aqui a falar, mais precisamente no dia vinte e seis de Fevereiro. -----

-----Na altura coloquei uma pergunta e dei duas sugestões, hoje vou fazer o mesmo. -----

-----Quando é que vai ser desbloqueado este processo de reparação da Rua de Macau? A última informação que nós tivemos foi no dia onze de Abril pela Senhora Vereadora do Ambiente, que nos disse que a LNEC estava a proceder a um estudo mais aprofundado do problema das águas subterrâneas, infelizmente não aconteceu nada desde então. -----

-----Com a situação actual na Rua de Macau à noite não há acesso pelos Bombeiros, às casas em caso de incêndio, poderia haver acesso pela parte de trás do jardim da Rua de Belém, só não o tem porque tem carros estacionados em cima do passeio. -----

-----Era fácil de resolver isso, fazer um espaço de três/quatro metros, dois pilares, uma corrente e reboque efectivo de qualquer carro que se ponha lá, porque qualquer dia pode haver um incêndio. -----

-----Estive hoje no site da Câmara Municipal de Oeiras na Internet, tem muita informação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

do género cultural, mas não tem o que me faz falta, as datas das reuniões, ordens de trabalho, actas das reuniões, acho que nada disto é secreto ou clandestino, devia vir tudo referenciado no site. Há um sítio que diz “actas” da Assembleia e da Câmara Municipal, só que não funciona.”---

----- **O Senhor Presidente da A.M.** deu o seguinte esclarecimento: -----

----- “Sobre as actas posso-lhe dizer que estamos a caminhar nesse sentido, esperamos dentro de algum tempo as poder ter no site da Câmara Municipal de Oeiras. -----

----- Quanto às outras questões o Senhor Vice-Presidente vai esclarecer.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** deu os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Quanto à questão do parecer do LNEC ainda se está a aguardar, no sentido de dar boa sequência àquela obra, não são águas residuais, são de nascente que passam por ali, é fundamental que o estudo que virá do LENEC, nos dê orientações no sentido de concluir aquela obra de uma forma definitiva, não de uma forma atamancada para que num futuro próximo não tenhamos que fazer uma nova intervenção. -----

----- Quanto à parte do estacionamento, penso que o Senhor já na outra reunião tinha referido esta questão, já tive oportunidade de transmitir à Senhora Vereadora que tem este pelouro, penso que é uma solução interessante, poderá de alguma forma responder à necessidade de socorro àqueles prédios que neste momento têm o acesso completamente impedido, quer em termos de ambulâncias, quer em termos dos carros dos bombeiros. Irei averiguar qual o ponto da situação, ou se há algum impedimento técnico, mas penso que não. Mas penso que será uma boa solução para a questão do acesso ao socorro àqueles prédios. -----

----- Relativamente às actas das reuniões e à data, tal como o Senhor Presidente da Assembleia Municipal já disse, nós estamos a desenvolver ferramentas para que o site possa ter acesso às actas, quer da Assembleia Municipal, quer da Câmara Municipal, datas e editais de convocação dessas reuniões.” -----

6. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- O Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às vinte e uma horas, à qual estiveram presentes quarenta e dois Membros (Fernando Victor Beirão Alves, Jorge Manuel de Sousa Vilhena, Luís Filipe Vieira Viana, Carlos Alberto Ferreira Morgado, João dos Santos Aguiam Serra, Salvador António Martins Bastos Costeira, António Ricardo Henriques Costa Barros, Custódio Mateus Correia de Paiva, Maria Carolina Candeias Tomé, Arlindo Pereira Barradas, Alexis Godinho Gonçalves, Abílio José da Fonseca Martins Fatela, Luís Filipe Pereira Santos, Luís Miguel Larcher Castela dos Santos Cruz, José Henriques Marques Santana, Maria Teresa Sousa de Moura Guedes, Ricardo António Sobral Lopes Ferreira Pereira, Alda Maria Reis Gouveia Lima, Carlos Jaime Fonseca Santos, José Pedro Resende Barroco, José Eugénio Moutinho Tavares Salgado, António Macieira Coelho, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Alberto Augusto Antas de Barros Júnior, José Jorge Pereira, Ana Maria Andrade Borja Santos de Brito Rocha, Paulo José Frischknecht, Maria da Graça Rodrigues Tavares, Levy Nunes Gomes, José Manuel Parreira Duarte Meira, Vidal Diogo Fernandes Antão, Luísa Maria Diego Lisboa, Maria Hermenegilda Ferreira e Vasconcelos Guimarães, Pedro Miguel Ramos de Almeida, Manuel Caetano Félix Roldão, Rosa Maria Francisco de Almeida Portela de Matos, António José Coutinho Lopes Cabral, Arnaldo António Pereira, Daniel dos reis Branco, José Manuel Milheira Pinto Ferreira, Jane Lúcia Weber Casagrande de Carvalho e Francisco Manuel Vicente Figueira da Silva) desta Assembleia Municipal.

----- Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Secretários da Mesa.

O Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

--O Primeiro Secretário

-O Segundo Secretário

